



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES-CH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**YAGO FELIPE CAMPELO DE LIMA**

**Cidades (in) visíveis, cidades sensíveis, cidades (in) desejadas: uma história de  
prostituição em Caruaru-PE (1960/70).**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**Junho/2018**

**L732c**

**Lima, Yago Felipe Campelo de.**

**Cidades (in) visíveis, cidades sensíveis, cidades (in) desejadas :  
uma história de prostituição em Caruaru-PE (1960/70) / Yago Felipe  
Campelo de Lima. - Campina Grande-PB, 2018.**

**151 f. : il.**

**Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.**

**"Orientação: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó".**

**Referências.**

**1. Cidade - História. 2. Prostituição - Agreste Pernambucano. 3.  
Fenômeno da Prostituição - Leituras e Releituras. I. Agra do Ó,  
Alarcon. II. Título.**

**CDU 930(813.4)(043)**

**YAGO FELIPE CAMPELO DE LIMA**

**Cidades (in) visíveis, cidades sensíveis, cidades (in) desejadas: uma história de prostituição em Caruaru-PE (1960/70).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa Cultura e Cidades, da área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**Junho/2018**

**YAGO FELIPE CAMPELO DE LIMA**

**Cidades (in) visíveis, cidades sensíveis, cidades (in) desejadas: Uma história de prostituição em Caruaru-PE (1960/70).**

**Banca Examinadora:**

---

**Professor Doutor Alarcon Agra do Ó – PPGH/UFCG.**

**Orientador**

---

**Professora Doutora Marinalva Vilar de Lima– PPGH/UFCG.**

**Examinadora Interna**

---

**Professor Doutor José Adilson Filho – UEPB.**

**Examinador Externo**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**Junho/2018**

*Com o eterno amor que me move, para as três  
mulheres cujas vidas me ensinam a nunca de-  
sistir: minha avó, Maria Arruda, minha mãe  
Sandra e a minha eterna Presidenta Dilma  
Rousseff.*

## AGRADECIMENTOS

**A**o *motor primeiro* de todas às coisas, razão de ser do Universo e de sua dinâmica, força em tempos de fraqueza, esperança na desilusão, amor que vence o ódio, paz em meio ao caos, obrigado Deus pela caminhada até aqui.

À minha família pelas muitas ajudas. À minha irmã Bruna pelas muitas vezes que cedinho da manhã acordou para me levar até a rodoviária e depois me buscar. Ao meu sobrinho Wesley, sorriso do meu coração, que em dias cansativos, ainda assim me fazia sorrir, tornando às coisas mais leves, com aquele rostinho indescritível. Ao meu pai. Aos meus tios e tias, todos e todas, que sempre em mim creram.

Aos meus dois amigos, parte indissociável da minha existência, amor diferenciado que só os verdadeiros amigos compreendem. Meu mano, Samuel Lucas, irmão que o céu decidiu me dar e com quem muito compartilhei dessa dissertação, obrigado mano pela paciência de me ouvir, sempre. A minha amiga Yasmin Cristina, que sempre em mim acreditou e, me fazia me sentir melhor e encorajado sempre que com ela conversava e ouvia suas doces e sábias palavras. O Atlântico não nos separou nem nunca nos separará. Amo vocês incondicionalmente!

Aos meus mestres. Inicialmente professores, depois, digitais a marcar minha existência. A Luzinete Lemos, mulher de quem eu serei eternamente admirador, por sua honestidade, ética, postura e saberes, dela aos meus netos contarei. A Adilson Filho, amigo, professor e orientador, homem que me ensinou também a entender o mundo. A Edvalda Leite Miranda, educadora que me inspira a crer na educação, sempre. A Kleber Fernando, por acreditar nos meus tão “impossíveis” sonhos e ainda assim me dizer: “é possível sim”, obrigado por crer em Coimbra comigo. A Josué Euzébio, homem que de tudo um pouco sabe. A Josélia, a mais compromissada professora de História que conheci e a Denilza, a melhor das melhores da Língua Portuguesa, a fantástica mulher da literatura que me fez por ela se apaixonar: inspirações primeiras de toda essa história que começou lá no Médio.

Ao meu orientador que muito admiro, Alarcon Agra do Ó, que quando já estava a encerrar suas orientações no PPGH/UFCG, me aceitou, me escolheu, escolheu esse projeto. Homem admirável por sua conduta e postura, muito me ensinou mesmo sem o saber.

À Sandra Jatahy Pesavento [*in memoriam*], historiadora brasileira que me fez me apaixonar pela História Cultural, lentes pelas quais hoje leio o mundo e, por suas enormes contribuições teóricas e metodológicas para o campo da História no Brasil, e por me fazer moldar o *olhar* sobre tanta coisa.

À companheira Valéria Moura, que sempre acreditou em mim e, com quem sempre pude desse texto contar, ouvir opiniões e conselhos. Obrigado companheira, de coração!

À minha eterna gestora Luciana Queiroz, mulher que por mim fez, o que poucos jamais sei que farão. A ela meu respeito, admiração e coração, por ter também me ensinado a ser um professor de peso, como dizia ela. Amo-a! Ao meu gestor adjunto, o Major Paulo Sérgio, pelas palavras de incentivo, pelo carinho e pela enorme consideração. A eles dois meus maiores agradecimentos.

À minha eterna *Escola Rubem de Lima Barros*, a escola que me ensinou a sonhar. A cada companheiro fantástico que ali estava, está, esteve, não direi nomes para que na fraqueza da memória não seja injusto com tantos que me marcaram. Ela não era só uma escola, era uma família. Obrigado por tudo companheiros!

À os meus mais marcantes alunos daquela escola!

Ao companheiro Flávio Alexandrino, filósofo que também estava no mesmo período que eu cursando seu mestrado na Universidade Federal do Recife-UFPE, daí nossas tantas trocas, angústias, reflexões e cafés. “*Hasta la victoria siempre*” companheiro! Que venha o doutoramento.

A uns especiais: Manu, uma daquelas surpresas boas da vida que me faz sorrir, a Magdalena, amiga de alguns bons anos, à Karla Roseane. À minha amiga Jakeline Tavares, por tudo e sempre, pela crença.

Ao Partido dos Trabalhadores- PT, o meu partido, por acreditar no Brasil e nunca dele desistir, por crer em tantos jovens como eu, por crer na pós-graduação, por crer na educação, por crer na mudança e na inclusão social. Ao mito Lula, por lutar para que isso fosse concreto, à Presidenta Dilma Rousseff, guerreira, que nunca desistiu e acreditou na educação: “*Brasil, pátria educadora*”. Muito obrigado, muito obrigado Lula da Silva, muito obrigado Dilma Rousseff, essa conquista é também de vocês. Amo-os!

À CAPES e a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG-PB, minha Universidade por dois anos e meio quase, e escolhida como a segunda melhor Universidade de médio porte do Norte-Nordeste. Aos companheiros que nela encontrei!

À FAFICA, minha Instituição primeira, pelo acesso sempre que necessário a algumas fontes de minha pesquisa.

E à cada um que de alguma forma contribuiu para a concretização dessa dissertação.

## **EPIGRAFE**

*Estariam as “mulheres de vida fácil” condenadas a renascer sempre com a mesma profissão, apenas trocando de espaço e identidade? Nasceram para encenar roteiros semelhantes em tempo e lugares diferentes?*

*Lucius de Mello*

*(Eny e o Grande Bordel Brasileiro)*



## RESUMO

Esta dissertação, tem como alvo primeiro, pensar, como num dado momento histórico - as décadas de 1960/70 - o fenômeno da prostituição é possível de leituras e releituras em uma cidade do Agreste Pernambucano: Caruaru, a partir dos discursos e enunciados contidos nos jornais *A DEFESA* e o *VANGUARDA* inicialmente, fontes subsidiárias para a realização deste fazer, juntamente com alguns Projetos de Lei da Câmara Municipal de vereadores e, a literatura local, à exemplo de Nelson Barbalho. Foram construídos dois objetivos específicos, com a finalidade de, atados teoricamente, articularem-se com a proposta geral do estudo, fornecendo respostas aos questionamentos iniciais, foram eles: 1) Compreender, como representação, sensibilidade e exclusão se articulam nessa trama cidadina: o combate à prostituição em Caruaru; 2) Primar pelas representações, como construtoras do mundo social e forjadoras de uma imaginário citadino acerca da prostituição pelos discursos e suas tantas relações de poder e saber juntos, bem como, pelas sensibilidades urbanas em torno da temática. A dissertação é composta por dois capítulos e pelas considerações finais, o capítulo I: *Campos do sensível, lugares de representação, fronteiras de exclusão: numa relação, as prostitutas e a cidade*. E, o capítulo II: *Memórias de um “mau lugar”: entre palavras, lembranças e tentativas de esquecimento*. Para a operacionalização da pesquisa, nos apropriamos de alguns conceitos chaves, como o de representação, a partir do historiador francês da cultura, Roger Chartier, sensibilidade, exclusão e segregação, da historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento, discurso e batalha discursiva, do filósofo francês Michel Foucault, para fundamentar o que está sendo defendido nesta dissertação e tentar compreender a vida destas mulheres-prostitutas das décadas de 1960/70 na “Princesa do Agreste” pernambucano.

**Palavras-chave: Cidade. Prostituição. Representação. Sensibilidade.**

## **ABSTRACT**

This dissertation aims first to think, as in a given historical moment - the 1960s and 1970s - the phenomenon of prostitution is possible for readings and re-readings in a city of Agreste Pernambuco: Caruaru, from the discourses and statements contained in the newspapers DEFESA and VANGUARDA initially, subsidiary sources for this work, together with some bills of the City Council of city councilors and the local littoral, like the example of Nelson Barbalho. Two specific objectives were built, with the purpose of being theoretically linked to the general proposal of the study, providing answers to the initial questions, which were: 1) To understand, as a representation, sensitivity and exclusion are articulated in this city plot : the fight against prostitution in Caruaru; 2) Primarily for representations, as constructors of the social world and forgers of a city imaginary about prostitution by discourses and their many power relations and knowledge together, as well as the urban sensitivities around the theme. The dissertation is composed of two chapters and the final considerations, chapter I: Fields of the sensible, places of representation, borders of exclusion: in a relationship, prostitutes and the city. And, chapter II: Memories of a "bad place": between words, memories and temptations of forgetfulness. For the operationalization of the research, we have appropriated some key concepts, such as representation, from the French historian of culture, Roger Chartier, sensitivity, exclusion and segregation, by the Brazilian historian Sandra Jatahy Pesa-vento, discourse and discursive battle , of the French philosopher Michel Foucault, to justify what is being defended in this dissertation and to try to understand the life of these women-prostitutes of the 1960s and 1970s in the "Princess of the Agreste".

**Keywords: City. Prostitution. Representation. Sensitivity.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: CAMPOS DO SENSÍVEL, LUGARES DE REPRESENTAÇÃO, FRONTEIRAS DE EXCLUSÃO: NUMA RELAÇÃO, AS PROSTITUTAS E A CIDADE.....</b>	<b>19</b>
1.1 Situando a <i>urbe</i> .....	19
1.2 Um dia de sábado, um bispo, uma história e algumas prostitutas.....	27
1.3 Mulheres sedutoras, mulheres pecadoras: uma história de uma “rua prostituta”; a <i>Almirante Barroso</i> .....	38
1.4 Projetos de cidades, caminhos de exclusões.....	54
1.5 Projetos de exclusão: a transferência da “zona do baixo meretrício”.....	58
1.6 Tecendo elogios a resolução de um antigo “problema”: a <i>Almirante Barroso</i> agora é uma rua saudável.....	77
<b>CAPÍTULO II: MEMÓRIAS DE UM “MAU LUGAR”: ENTRE PALAVRAS, LEMBRANÇAS, TENTATIVAS DE ESQUECIMENTO E HIGIENIZAÇÃO.....</b>	<b>80</b>
2.1. Por uma outra rua.....	80
2.2. Esqueçamos a <i>rua do Almirante</i> e o seu passado: ela agora deve se chamar <i>Benjamin Larena</i> .....	97
2.3 A justificativa.....	108
2.4 Lugares de prostituição: histórias da antiga rua <i>Dez de Novembro</i> , hoje <i>Porto Alegre</i> ....	117
2.5 Dos nomes das “mulheres da vida” que marcaram vidas.....	125
2.6. Algumas linhas: das causas da prostituição e do capitalismo.....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

“**P***ensar com o sentimento, sentir com a mente*”, este foi o tema da 52.<sup>a</sup> Exposição de Arte Internacional realizada em Veneza em 2007. A frase acima, um tanto provocativa, nos faz um convite e ao mesmo tempo nos propõe um desafio. Um convite, pois nos chama a percorrer um caminho não tão tradicional no fazer científico, na escrita da história.

Coragem, pois pensar com o sentimento e sentir com a mente pode não parecer uma forma plausível, quando se pretende a produção científica do conhecimento. Além, de um ato de coragem e desafio, o tema da Exposição também nos “*serve de inspiração para refletir sobre a História Cultural e o seu estatuto hoje, sobretudo, no que diz respeito à sensibilidade e às suas manifestações de tradução da realidade tal como a capacidade racional do homem de pensar o mundo.*”<sup>1</sup>

Sentir as cidades, perceber a nossa Caruaru das décadas de 1960/70, tentando compreendê-la a partir de suas múltiplas contradições, representações e exclusões históricas, bem como suas imbricações sociais, suas sociabilidades, sensibilidades e especificidades urbanas, a partir de nossas fontes, torna-se um imperativo e um desafio nesta dissertação.

*Olhar* e tomar Caruaru, cidade do Agreste Pernambuco como cenário de nossa peça histórica, é tentar fornecer possíveis explicações para o que poderia ter sido o fenômeno da prostituição nas terras da “Princesa do Agreste” pernambucano, nas décadas de 1960/70, cerne de nossas investigações históricas neste trabalho dissertativo.

Escolhemos aqui o termo/verbo *olhar* em detrimento do enxergar ou ver, pois acreditamos como Alfredo Bosi para quem o “*olhar tem a vantagem de ser móvel, o que não é o caso, por exemplo, de ponto de vista. O olhar é ora abrangente, ora incisivo. O olhar é ora cognitivo e, no limite definido, ora é emotivo ou passional.*”<sup>2</sup> e, com essa compreensão deixamos a cidade de Caruaru do período aqui abordado aberta a outras tantas análises que nos fogem a percepção neste fazer. Pois, o “*o olho que perscruta e quer saber objetivamente das coisas pode ser também o olho que ri ou chora, ama ou detesta, admira ou despreza.*”<sup>3</sup> Essa escrita é apenas um *olhar* dos tantos possíveis.

<sup>1</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Pensar com o sentimento, sentir com a mente, bienal de Veneza, 2007: 52<sup>a</sup> Exposição de Arte.** In: RAMOS, Alcides Freire; DE MATOS, Maria Izilda Santos e PATRIOTA, Rosângela (org.) **Olhares sobre a história.** São Paulo: Hucitec, 2010, p. 19.

<sup>2</sup> BOSI, Alfredo. **Machado de Assis, o enigma do olhar.** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 10.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 10.

*Olhar* a cidade sentindo-a, é uma possibilidade de resposta a muitos dos problemas levantados pelo pesquisador da *urbe* sobre a mesma, pois o olhar é sempre revelador de algo a mais a ser visto, identificado, quem “*diz olhar diz, implicitamente, tanto inteligência quanto sentimento.*”<sup>4</sup> Citando o clássico *As Cidades Invisíveis* de Calvino: “*o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas*”<sup>5</sup> prontas a serem lidas, desvendadas, é como olhamos que também compreendemos. É a compreensão a síntese dos muitos olhares.

Pensar o sensível, “*problematizar as dores, as alegrias, os sonhos, as lutas e sensibilidades dos seres humanos que vieram antes de nós, derivam em parte da necessidade e do compromisso de construir significados e sentidos para a nossa própria caminhada e existência*”<sup>6</sup>, é resgatar em um tempo passado, respostas a questionamentos lançados a partir da temporalidade do pesquisador a um determinado objeto de pesquisa.

Por isso, este trabalho dissertativo é “*nos seus limites precisos, não mais que a exploração de algumas formas pelas quais, num certo conjunto de textos, algumas histórias foram contadas e algumas geografias foram imaginadas, especialmente acerca de uma experiência singular e de alguns de seus protagonistas e de suas trajetórias*”<sup>7</sup>, trata-se aqui, de uma história mais sensível de prostituição se assim podemos dizer, numa cidade do Agreste pernambucano, a pioneira em termos acadêmicos sobre a prostituição em Caruaru no período aqui proposto.

Realizar este trabalho, é também, dar sentido ao que temos sido, enquanto sujeitos históricos comprometidos com a própria história e com esta sociedade da qual somos resultado. Esse reencontro com o nosso passado, que se mistura com o da *urbe* “*serve, portanto, para nos vitalizar contra as efêmeras produzidas pela lógica capitalista [...] numa sociedade cujo cinismo proclama o passageiro e o descartável, mas igualmente ocultando sua profunda dificuldade para aceitar a própria finitude.*”<sup>8</sup>

Os conflitos humanos, os dilemas sociais, os interesses de classes e individuais, os temores e as motivações vivenciadas, sentidas e desenvolvidas nas cidades, carregam consigo elementos do campo do simbólico, da transcendência, das representações, das sensibilidades, das sociabilidades,

<sup>4</sup> BOSI, Alfredo. **Machado de Assis, o enigma do olhar**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000, p. 10.

<sup>5</sup> CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p. 20.

<sup>6</sup> ADILSON FILHO, José. **O Historiador e sua função social na contemporaneidade**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 357.

<sup>7</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945)**. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 11.

<sup>8</sup> ADILSON FILHO, José. **O Historiador e sua função social na contemporaneidade**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 357.

como algo indissociável do próprio viver citadino, do conviver em sociedade, daí a nossa investigação por essas questões, que se apresentam para nós como um texto, um grande e complexo texto composto por muitos enunciados e, escrito por muitos autores.

A cidade, nesta abordagem culturalista e, é a que temos empregado nesta construção dissertativa, “*sempre se dá a ver [...], mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades*”<sup>9</sup>, as experiências de uma outra temporalidade, as tensões e os projetos de exclusões que um dia já compuseram o presente da *urbe*. Pela possibilidade de se buscar o imaginário citadino, em um determinado tempo-espço, e nele perceber as marcas históricas de cada período vivenciado por seus habitantes.

Não poderíamos deixar de considerar nesta análise o imaginário citadino, como uma categoria também a compor a *urbe*, seja ele individual ou coletivo, pois ele possui “*essa força de qualificar o mundo... é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas*”<sup>10</sup> dentro do espaço urbano, sendo fundamental e necessário para a invenção da própria cidade, de suas aspirações, de seus atores sociais, de seus marginalizados, de seus excluídos.

É o imaginário o responsável pelo projeto de cidade futura a que se pretende atingir, é por meio dele que utopias e aspirações são projetadas, obras são sonhadas e arquitetadas, tanto por seus moradores como pelas elites econômicas e políticas que a dominam. Por isso, acreditamos que “*o imaginário de uma sociedade em determinada temporalidade [...], não deve ser tomado como algo irreal. Isto porque, o que não é matéria não deixa de pertencer ao mundo real. A confusão tem a ver com a constatação de que muitos confundem imaterialidade com irrealidade*”<sup>11</sup>, destacamos o imaginário citadino pois é nele que também estavam inscritas nossas prostitutas, as meretrizes da *urbe*.

Essa cidade sensível, que é a dos sentimentos e sentidos, a cidade das sociabilidades, se ancora nas representações múltiplas que a compõem, entendidas aqui como “*as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social.*”<sup>12</sup> Se ancora nos fios complexos que a tecem, que a formam, ela não despreza a coletividade, mas oferece também compreensão para o indivíduo, para os marginalizados, para os excluídos da história, para as prostitutas caruaruenses das décadas de 1960 e sobretudo,

<sup>9</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23, p.16.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>11</sup> ARANHA, Gervácio Batista. **Da história entre a retórica e a prova: por uma mimesis renovada.** In: Anais do XXVII simpósio nacional de história: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 2013, p. 2-3.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** In: revista Annales (NOV-DEZ. 1989, N° 6, pp.1505-1520), p. 183.

de 1970. Busca pelos vestígios deixados, pelas marcas humanas circunscritas nos mais variados espaços, uma compreensão do sensível que é inteligível, portanto real.

Primar pelas representações e sensibilidades e suas relações com o meio social, não significa “*sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou*” pois acreditamos como Pesavento para quem “*o passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo*”.<sup>13</sup> Esta é uma das atribuições da História Cultural, ir além do prezado material, das lacunas, dos vazios, dos silêncios presenciados na história e, muitas vezes, não sem uma intencionalidade.

Ouvir estes silenciamentos, apreender estas representações também de exclusões, se torna uma tarefa, um dos objetivos de nossa dissertação. Trazer à tona um pouco dos sujeitos excluídos da cidade, em nosso caso as prostitutas, é recuperar sem dúvida uma história de exclusão, de representações e, a partir de nossas fontes, pensar sobre o que poderia ter sido a prostituição em Caruaru nos anos aqui abordados, bem como, sua relação com o espaço urbano e os discursos estigmatizadores que evocam a marginalização.

Acreditamos que a cidade sensível, a cidade das representações, dos discursos, dos valores, extrapola os limites do físico, do material, do econômico, elementos prezados sobretudo, em algumas análises de matizes marxistas. Ela é mais que os prédios, as avenidas que a compõem, é algo mais “*do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas edifícios, luz elétrica [...] algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos.*”<sup>14</sup> Ela é antes de tudo um organismo vivo, sem explicações *a piore*, dinâmico, complexo, dialético, contraditório, plural, portanto histórico.

Compreendemos aqui nesta dissertação a cidade como “*um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, [...] está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana.*”<sup>15</sup> E, não apenas como o lugar de acúmulo do capital, de suas forças econômicas e do espaço das lutas de classes, embora seja também, mas, não só.

Porém e, concomitantemente, esta cidade sensível é também a cidade das exclusões, das tensões humanas, dos embates ideológicos, dos projetos verticais e autoritários de segregação de seus

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005. Consulta em 12 maio 2017. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

<sup>14</sup> PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: VELHO, Guilherme Otávio (org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 26.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 26.

mais diversos atores sociais, a exemplo das prostitutas, que por meio de *práticas e representações* constrói seus agentes “indesejáveis” e a eles atribui o “mau” funcionamento da “boa sociedade”. Ela simultaneamente condensa as injustiças, a desigualdade, a marginalização e os enunciados de sua própria invenção.

Ela apresenta-se como o *locus* de pronunciamento dos discursos estigmatizadores, das invenções de si e de seus habitantes, dos estereótipos que anulam a multiplicidade e a interpretação. É o lugar dos estigmas que criam, inventam os “maus” lugares da cidade, como o beco, como a rua *Almirante Barroso* em Caruaru-PE lugar da antiga “*zona do baixo meretrício*”, estigmas que rotulam e “dispensam” uma maior reflexão, eis aí uma das funções do estigma. A cidade sensível é, portanto, ambígua e complexa. Na medida que é bela é sobretudo, cruel.

Não foi isso que fez boa parte da “sociedade” caruaruense nas décadas de 1960/70, sobretudo, através de nossas mídias locais a respeito de suas “mulheres públicas”, a construir discursos e ideias de segregação? Na tentativa de que? De torná-las mais “invisíveis” do que já eram para a sociedade, que as enxergavam como a “podridão moral” da época? São alguns dos questionamentos que abordaremos em nossos dois capítulos deste trabalho.

\*\*\*

São três, basicamente, os teóricos que fundamentam e dão consistência a nossa discussão e, que nos permitiram compreender o fenômeno da prostituição na “*Princesa do Agreste*” pernambucano nas décadas de 1960/70: o historiador francês da cultura, **Roger Chartier**, para quem a história cultural “*tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.*”<sup>16</sup> É através de suas análises sobre certas *práticas e representações*, que tentamos pensar a construção social e cultural da figura da prostituta nos territórios caruaruenses por meio das representações, forjadas e criadas com a intenção de comandarem práticas de exclusão e discursivas dentro do espaço urbano, habitando tantos imaginários.

---

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editorial, 1988, p. 16.



Da historiadora brasileira **Sandra Jatahy Pesavento**, para quem a cidade é um organismo vivo, dinâmico “*e forjadora de um ethos citadino*”, bem como portadora e criadora das muitas sensibilidades, sociabilidades e das exclusões de seus habitantes, tomamos suas análises como faróis a nos guiarem no percurso e processo da busca por nossas prostitutas, de 1960/70, inscritas numa realidade histórico-cultural-social urbana.

Levamos em consideração sua abordagem culturalista, pois, ela contempla o espaço urbano como o *locus* de pronunciamento para a reflexão sobre as cidades, bem como seus múltiplos processos de exclusões, marginalização e estigmatização, por meio de práticas e, também das palavras a gestar e a organizar a *urbe*, pois a linguagem não é desprovida de (in) tensões, quando colocada a governar os muitos espaços da cidade. A escolha por Pesavento se dá, também, por essa pesquisa está vinculada a Linha 1 do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH da Universidade Federal de Campina Grande-UFPG-PB, intitulada de **Cultura e Cidade**, e pelas contribuições da historiadora já citada, abrangerem de forma plausível os dois elementos centrais desse trabalho: cidade, representação e exclusão de prostitutas. Foi Sandra Jatahy Pesavento a lente que guiou *o olhar* do pesquisador em busca de uma compreensão sobre sua cidade e suas prostitutas.

Do filósofo francês **Michel Foucault** para quem “*há uma ordem no discurso*”, nos apoiamos em suas contribuições para pensarmos a produção discursiva sobre a prostituição em nossas fontes oficiais e primárias como um *corpo organizado e intencional*, bem como suas muitas relações e articulações com o *poder* e o *saber*, elementos fundamentais na produção discursiva. É de Foucault também a contribuição para o nosso entendimento da *batalha discursiva* existente entre os diversos segmentos a compor essa trama histórico-discursiva em volta da cidade e da prostituição.

Das fontes. Para a realização desta empreitada, contamos com os dois principais jornais da cidade à época de nossa pesquisa: **A DEFESA**, um jornal católico pertencente a Diocese de Caruaru, que deixou de circular na cidade na década de 1980, hoje pertencendo ao acervo do Núcleo de Pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA, sendo uma peça fundamental e indispensável para entendermos, como pensavam alguns seguimentos da *urbe* a temática da prostituição e a própria cidade.

Utilizamos também, o **VANGUARDA DE CARUARU**, jornal de propriedade privada de um grupo político e econômico da cidade, que se encontra em circulação até os dias de hoje, fornecendo-nos reflexões pertinentes em relação a temática, que em alguns momentos se confrontavam com os escritos do **A DEFESA**, permitindo-nos a comparação, o confronto discursivo e intencional. A utilização dos dois jornais metodologicamente, nos permitiram olhar diferente, as “mesmas” notícias, ou melhor dizendo, enunciados parecidos sobre a temática em discussão, a partir do que nos lembrava

Foucault: o embate discursivo existente na ordem dos muitos discursos publicados e, encontrar nelas, algumas contradições fundamentais para o que aqui na dissertação estávamos a afirmar. A comparação discursiva e automaticamente, representativa, foi fundamental. Elas nos permitiam afirmar certos enunciados.

Além dos jornais, utilizamos como fonte, alguns *Projetos de Lei* da Câmara Municipal de vereadores que aparecerão em nosso segundo capítulo, fundamentando nossas hipóteses e confirmando tramas: saber e poder juntos, como que num grande acordo, (re) criam, (re) inventam, legitimam e excluem, espaços, lugares, atores, gentes. Nos serviu como fonte ainda, a revista bimestral que não se encontra mais em circulação *Caruaru Hoje*, organizada e idealizada pelo falecido jornalista caruaruense Souza Pepeu, onde através dela obtivemos informações sobre as antigas “zonas” de prostituição de Caruaru. E concomitantemente, a literatura local sobre nossas meretrizes nas décadas de 1960/70, destacando-se os escritos de *Nelson Barbalho* e *Aginaldo Fagundes Bezerra*, ambos cronistas caruaruenses, bem como uma bibliografia historiográfica nacional acerca da temática proposta, destacando-se as historiadoras brasileiras *Mary Del Priore*, *Magali Engel* e *Margareth Rago*.

No capítulo I, intitulado: *Campos do sensível, lugares de representação, fronteiras de exclusão: numa relação, as prostitutas e a cidade*, analisamos, dentro de nossas limitações e possibilidades, os diversos olhares da sociedade caruaruense à época sobre o fenômeno da prostituição e, conseqüentemente sobre suas prostitutas, bem como tentamos empreender um inventário das fontes primárias (o jornal A DEFESA e o VANGUARDA), problematizando a batalha de discursos existente nos ditos e, o regime de verdade que tenta se efetivar no imaginário social a partir de cada conjunto documental. Mostramos também, como certos espaços de prostituição na cidade, foram objetos de combate, atenção e preocupação pelos gestores da *urbe*.

No capítulo II, intitulado: *Memórias de um “mau lugar”: entre palavras, lembranças, tentativas de esquecimento e higienização*, buscamos analisar como alguns espaços de prostituição em Caruaru num determinado tempo-espaço foram “apagados” ou “esquecidos” e (re)inventados a partir de uma trama discursiva atrelada ao poder cidadão, bem como as tentativas de controle, higienização e exclusão de prostitutas desses lugares considerados como inoportunos para a presença de tais mulheres “destoantes”, bem como algumas considerações sobre a articulação existente entre a prostituição com a pobreza e os rumos do capitalismo, em grande parte, gerador dessas mazelas sociais e da desigualdade entre os humanos.

Por que se prostituíam as “meretrizes” caruaruenses? Como eram dizíveis e representadas pela sociedade de 1960/70 em Caruaru? Quais as fronteiras de exclusão que permeavam suas existências

por serem *prostitutas*? Que relações de poder e saberes atravessavam os enunciados sobre nossas meretrizes? Esses, foram questionamentos que nos guiaram e aqui procuramos responder.

Não é também a função de Clio, lançar indagações sobre os humanos no tempo? Sem dúvidas, é. E é na cidade sensível, na cidade das sociabilidades, das representações e das exclusões que estas mulheres habitavam, a Caruaru das décadas de 1960/70. Elas permearam entre os campos do sensível, entre os lugares de representação e as fronteiras da exclusão e agora, ocupam estas páginas, esta escrita, atravessam esta dissertação.

Compete agora ao historiador trazê-las para esta escrita, dando-lhes visibilidade e dizibilidade, pois acreditamos que o historiador, é por excelência, um sujeito que *“dialoga com os mortos, pois sempre está a falar do que ficou pra trás. Mas, tal qual o Angelus Novus de Paul Klee, seus olhos ficam arregalados para enxergar as ruínas que ficaram nas margens do rio da história, no afã de instigar seus contemporâneos a autorreflexão comprometida com a alteridade.”*<sup>17</sup>

Pois, *“viver implica em compor estratégias, e ao historiador cabe decifrar isso, estranhando os sistemas simbólicos que estuda e, assim, contribuindo para a sua interpretação (ou seja, para a construção de novos sentidos para o vivido).”*<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> ADILSON FILHO, José **O Historiador e sua função social na contemporaneidade**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016, p. 357.

<sup>18</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945)**. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 24.

## CAPÍTULO I

### CAMPOS DO SENSÍVEL, LUGARES DE REPRESENTAÇÃO, FRONTEIRAS DE EXCLUSÃO: NUMA RELAÇÃO, AS PROSTITUTAS E A CIDADE.

*“Não demorei a aperceber-me, no silêncio aparente destas galerias, que havia um movimento, um murmúrio que não era de morte... Todos viviam e falavam... e à medida que eu assoprava o seu pó, vi-as erguerem-se.”*

*(Jules Michelet)*

#### 1.1- SITUANDO A URBE.

**E**las tinham uma cidade. Habitavam um território, também conhecido como a “*Princesa do Agreste*” pernambucano, a Caruaru das décadas de 1960 e sobretudo, da de 1970. Caruaru dos literatas, dos cronistas, eternizados como “historiadores”, Caruaru da feira, cantada e imortalizada na voz do Rei do Baião Luiz Gonzaga, através da música: *Feira de Caruaru*, de autoria de Onildo Almeida.<sup>19</sup>

Caruaru das festas juninas, do maior *São João do mundo*, cidade do Mestre Vitalino, aquele homem que do barro transformava em realidade seus sonhos e dilemas, sua vida e cenas do cotidiano de sua cidade “*Princesa*”, fazendo com que a mesma se tornasse o maior *Centro de Artes Figurativas*

---

<sup>19</sup> É um caruaruense nascido no dia 13 de agosto de 1928, autor de inúmeras músicas conhecidas local e nacionalmente a exemplo de sua obra máxima *Feira de Caruaru- 1957*, cantada e gravada por Luiz Gonzaga, com quem conviveu ainda jovem e mais tarde de quem tornara-se amigo. A música *feira de Caruaru* já foi gravada em mais de 34 países, além da canção já citada o Rei do Baião gravou dezenas de outras músicas de autoria de Onildo Almeida como “*A Capital do Agreste*”, “*A Hora do Adeus*” entre outras. Além de Luiz Gonzaga outros nomes da música nacional gravaram canções de Onildo, como Gilberto Gil e Maysa. Hoje Onildo Almeida tem 89 anos de idade. Ver: MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p. 224-225.

*das Américas*, título este, concedido pela UNESCO. Elas habitaram a mesma Caruaru de Josué Euzébio Ferreira<sup>20</sup>, de Maria Luzinete de Lemos<sup>21</sup> e Edvalda Leite Miranda<sup>22</sup> grandes mestres e mestras da educação nesta cidade<sup>23</sup>. Caruaru da antiga *Rua Almirante Barroso* hoje *Benjamin Larena*, lugar da “zona”, de nossas meretrizes, Caruaru das prostitutas desta dissertação.

Caruaru é uma cidade do Estado de Pernambuco, que se encontra a aproximadamente 136, 1 km da capital Recife, via BR 232. A Nossa *urbe* está situada na Mesorregião do Agreste pernambucano e na microrregião do Vale do Ipojuca, o que fez/faz da cidade um espaço privilegiado no Agreste, pois é uma ponte entre o sertão e o litoral e vice-versa.

A cidade encontra-se numa posição geográfica favorecida, no entroncamento da BR 232 e da 102, “o que facilita a sua comunicação e integração direta com aproximadamente 40 municípios, tornando-se polo econômico de uma região que abrange mais de 1.600.000 habitantes”<sup>24</sup>.



*Mapa do Estado de Pernambuco com suas Mesorregiões, para situarmos Caruaru.*

<sup>20</sup>Natural de Ameixas-Cumaru-PE, veio morar com a família em Caruaru aos cinco anos de idade. Possui bacharelado e licenciatura plena em História pela Universidade de São Paulo-USP, pós graduado em História do Brasil pela FAFICA-instituição de Ensino Superior de Caruaru da qual foi professor por mais de três décadas- e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Autor de diversos livros acadêmicos, entre eles o seu mais conhecido e referencial para a cidade citamos: *Ocupação humana do Agreste pernambucano*.

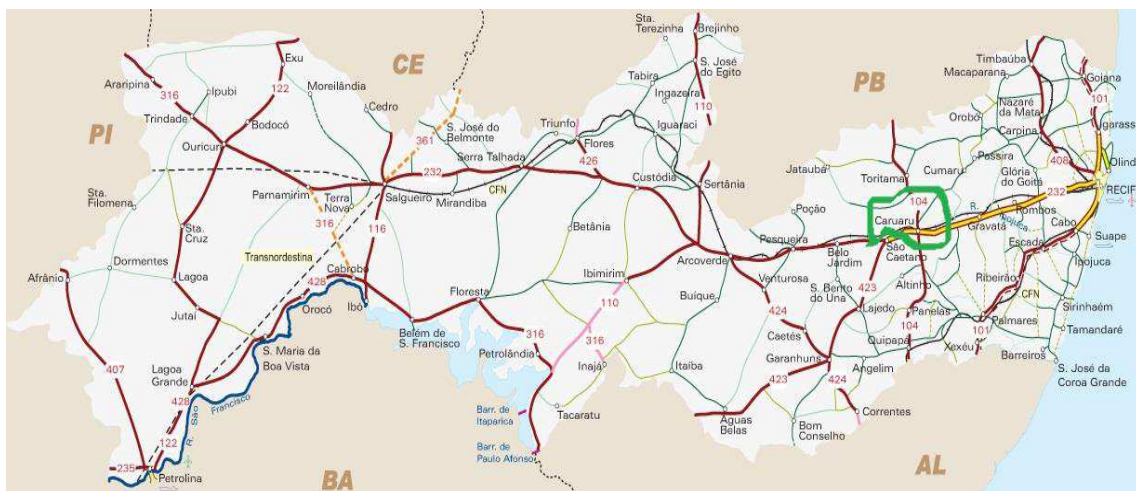
<sup>21</sup>Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco –UFPE. Professora há mais de 35 anos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA, estando ainda hoje em exercício na mesma instituição. Foi Secretária de Educação do Município e é atualmente gerente do SESC Caruaru.

<sup>22</sup>Professora especialista em História do Brasil e História Contemporânea pela FAFICA, instituição da qual foi também docente por quase 30 anos, nos cursos de História e Ciências Sociais. É também bacharel em Direito pela Associação Caruaruense de Ensino Superior-ACES, hoje ACES-UNITA. É autora juntamente com Josué Euzébio do livro *O Ensino em Caruaru, do século XVIII ao final do século XIX*.

<sup>23</sup> Os três nomes citados ocuparão em 2018 respectivamente, uma cadeira na Academia de Letras da cidade.

<sup>24</sup> MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p. 110.

O lar de nossas prostitutas das décadas de 1960/1970, “*limita-se ao Norte com as cidades de Toritama, Vertentes e Frei Miguelinho. Ao Sul, com Altinho e Agrestina. Ao Leste, com Riacho das Almas e Bezerros. A Oeste, com São Caetano e Brejo da Madre de Deus*”<sup>25</sup>, cidades das quais muitas tinham vindo, para aqui se fixarem, tentando fugir da pobreza em que se encontravam, na maioria das vezes, foi desde muito cedo a pobreza, uma das causas primeiras em quase todo o Brasil para a prática da prostituição.



*Mapa do Estado de Pernambuco, tendo como destaque a cidade de Caruaru.*

No início da década de 1960, a cidade já se destacava no Estado pelo seu tamanho e crescimento, segundo Erinaldo Vicente Cavalcante, Caruaru: “*nos anuários do IBGE ocupava em 1960 a terceira posição no Estado como o município mais populoso, com 109.996 habitantes, ficando atrás apenas de Garanhuns e Recife*”<sup>26</sup>. Já na década de 1970 a “*Princesa do Agreste*” conta com 142.653 habitantes, segundo o IBGE. Em uma década há um aumento de 32.657 pessoas na cidade segundo o senso.

Caruaru na década de 1960 com uma área de aproximadamente 1.200 km, já era a terceira maior cidade produtora de café do Agreste pernambucano, já na “*produção do feijão, um dos principais itens da alimentação do brasileiro, Caruaru era o maior produtor da região, com quase oito mil hectares de área cultivada, produzindo noventa e duas mil toneladas em 1960*”<sup>27</sup>, o que atraía populações diversas das cidades circunvizinhas para o município, buscando, em muitos casos oportunidades de empregabilidade, entre essas populações, prostitutas. Sem contar que possuía a maior feira ao

<sup>25</sup> MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p.110.

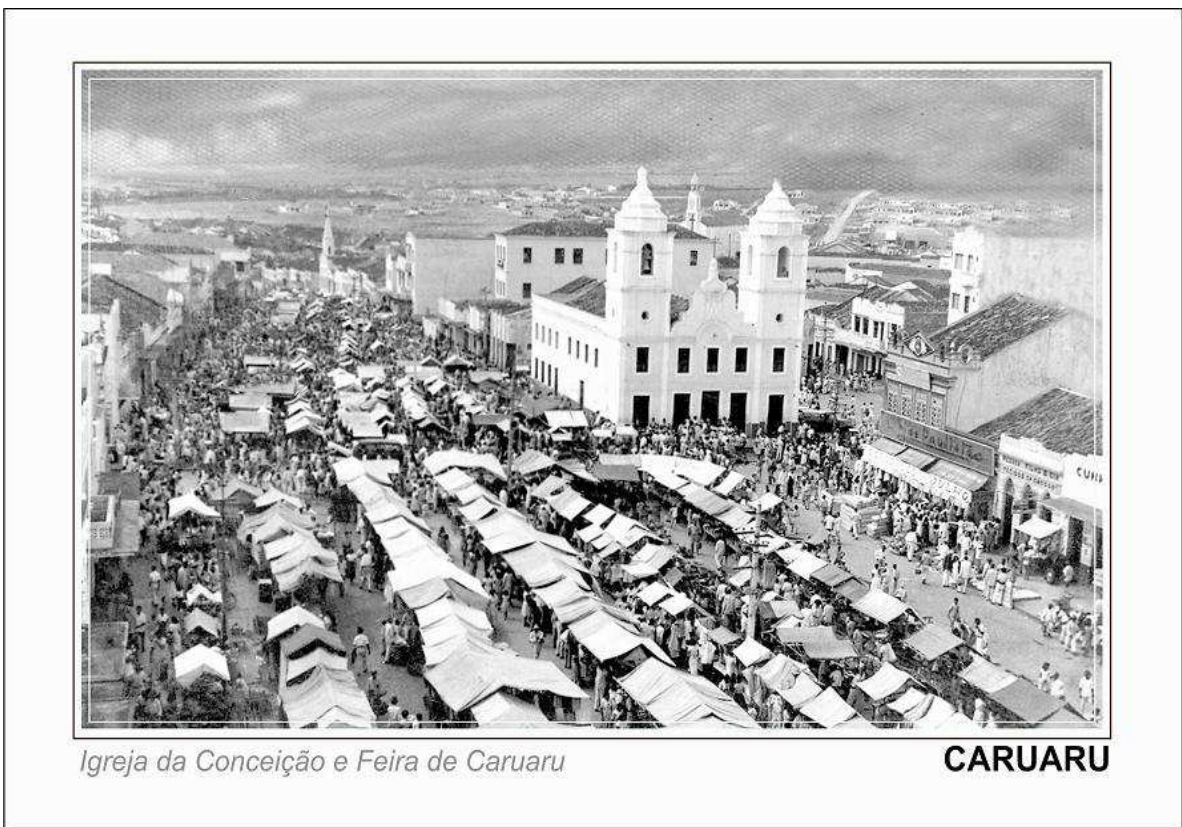
<sup>26</sup> CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960-1968)**. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco-UFPE- Recife, p. 27.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 27.

ar-livre do Agreste, atraindo populações das cidades vizinhas para o comércio, aquecendo a economia do município, tornando-a uma cidade próspera e a “Capital do Agreste”.



Foto 9: Igreja N. S. da Conceição e Feira de Caruaru – década de 60  
Fonte: Revista Caruaru Hoje, n.42, p.13.



Igreja da Conceição e Feira de Caruaru

**CARUARU**

É importante ressaltar neste período o crescimento que ocorria nas atividades do comércio e da indústria, “com mais de trezentos estabelecimentos varejistas e sessenta e três estabelecimentos industriais, o município ocupava o segundo lugar no Estado”<sup>28</sup>, ficando atrás apenas da capital pernambucana, Recife, daí compreendermos os discursos de progresso, desenvolvimento e modernização por parte de nossas fontes locais em Caruaru na década de 1960, tais comentários serão visíveis continuamente nas páginas do jornal A DEFESA, sobretudo, entre os anos de 1962 e 1965. Colunas como *A cidade por dentro* escrita e dirigida por Edvaldo Barros, ressaltava a necessidade de progresso e modernização numa cidade cuja importância era visível dentro do Estado.

Poderíamos destacar ainda nesta temporalidade, a produção em larga escala do couro na cidade, que contava com o maior “estabelecimento industrial de curtume do Norte e Nordeste do país e por isso se rivalizava com os maiores curtumes instalados no Sul, contando com mais de 550 funcionários”<sup>29</sup>. Caruaru tornava-se, então “A Capital do Agreste”, com grandes oportunidades de empregabilidade, transformando-se em polo econômico da região e um lugar de prostituição.

No campo da religiosidade, cabe-nos lembrar que a Caruaru das décadas de 1960/1970 era majoritariamente, cristã católica, o que nos permite entender muitos dos discursos veiculados no jornal A DEFESA, que era também católico, sobre nossas prostitutas e sobre os rumos da prostituição nos limites de nossa *urbe*, lançando-nos *insights* de como tais discursos eram apreendidos pela população leitora e ouvinte das rádios locais e (re) produzidos no cotidiano citadino a comandarem ações e práticas.

Segundo o IBGE, a cidade na década de 1960, contava com 39.971 fiéis, “a diocese de Caruaru era a segunda maior do Estado, ficando atrás apenas da diocese de Olinda e Recife. Tinha sob sua ordenação dez municípios, totalizando quinze matrizes, três só na sede, além de noventa e sete associações católicas filiadas”<sup>30</sup>. Ainda segundo Erinaldo Cavalcante, para além das Igrejas Católicas, havia na cidade algumas outras cristãs protestantes: cinco batistas e três presbiterianas.

Essa que também era uma cidade de “fé”, evocava o sagrado e o divino, e através de chaves religiosas explicativas, “tentavam” interpretar a sociedade caruaruense à época, e nesse *hall* de interpretações, o fenômeno da prostituição, a vida de nossas meretrizes e o “pecado que morava na Rua

<sup>28</sup> CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960-1968)*. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco-UFPE- Recife, p. 28.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 27.



*Almirante Barroso*”, lido e interpretado pelas lentes da religião, quase sempre por elas. Inúmeras serão às vezes que em nossas fontes, a explicação para a prostituição virá dos pressupostos da fé cristã, apenas da fé.

*A Princesa do Agreste* de Pernambuco, se destaca no período aqui discutido, também por sua agitação e intensa atividade intelectual e cultural. Ela constituía-se como um lugar de discussões e reflexões acerca da vida, dos rumos que tomava o Brasil, a exemplo da “Revolução Democrática de 1964”, como diziam ser alguns, hoje como sabemos Ditadura, a ditadura dos militares. Muitos discutiam no centro da *urbe*, sobre o Estado e a própria cidade. Segundo Erinaldo:

Na memória de um de seus habitantes, na década de 1960, Caruaru se destacava pela intensa atividade cultural/intelectual. Para ele a biblioteca do município era o ‘centro da atividade literária e cultural da juventude de Caruaru’. Era também o principal espaço de encontro entre jovens comunistas da cidade. Esses jovens faziam reuniões, realizavam leituras de jornais do Partido Comunista, debatiam os livros de escritores como Jorge Amado<sup>31</sup>.

Ainda segundo o autor já citado, “*foi por meio dos encontros promovidos na biblioteca que o artista plástico Romero de Figueiredo tomou conhecimento do que ele chama de literatura de esquerda e passou a fazer parte do grupo dos jovens comunistas, defensores de Karl Marx, como aparecem nos relatórios do Dops-PE*”<sup>32</sup>, tais discussões eram também reflexos das discussões nacionais que buscavam o combate ao “espectro do comunismo” que acreditam os militares existir.

E aqui destacamos a nível nacional a Ditadura Militar - muito discutida na cidade à época, bem como noticiada nos jornais que aqui tomamos como fonte - implantada no país por meio de um golpe de Estado contra o mandato do presidente João Goulart em 1964, acusado de querer fazer do Brasil uma nova Cuba, apontado como um “*comunista*”, que implantaria no país uma república sindicalista. A Ditadura era um dos muitos assuntos que tomava a boca de alguns caruaruenses, sobretudo, em seu início, exemplo disso são os comentários do A DEFESA, feitos por Aleixo Leite Filho para exaltar a “Revolução Democrática” de 1964.

É, portanto, no período também da Ditadura dos Militares que nossa cidade se encontra localizada temporalmente, nas décadas de 1960/1970 a nível nacional. Sob o peso, pressão, ordem e um tipo de moral estabelecidos por uma ditadura, a guiar posturas e comportamentos, a contribuir para a

---

<sup>31</sup> CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960-1968)*. 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco-UFPE- Recife, p. 29.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 29.

formação de representações que guiariam práticas, das mais autoritárias as mais repressivas e opressivas.

Ainda no campo da cultura e da intelectualidade, Caruaru já contava em 1959 com a **Associação Caruaruense de Ensino Superior-ASCES (hoje Centro Universitário Tabosa de Almeida)**, a primeira faculdade do interior do Estado e o primeiro *campus* universitário privado do Norte-Nordeste, contando inicialmente com os cursos de direito e odontologia, era a chamada e ainda hoje por muitos, Faculdade de Direito de Caruaru.

No ano seguinte, no dia 9 de agosto de 1960, surgia a **Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru- FAFICA**, criada pela portaria da Cúria Diocesana nº 268, assinada pelo Bispo da Diocese, Dom Augusto de Carvalho, idealizador do projeto, o mesmo Bispo que citaremos diversas vezes nesta dissertação. A FAFICA era a única Instituição do interior do estado a formar professores com seus cursos de licenciatura, era a faculdade de educação em seu sentido mais pleno. As décadas de 1960/1970 são o momento também de desenvolvimento destas duas instituições de ensino superior na cidade.

Conforme Erinaldo Cavalcanti, a cidade de nossas prostitutas contava no início da década de 1960, com energia elétrica em boa parte da área urbana, serviços telefônicos, hotéis, pensões, teatros, hospitais, cinemas, ambulatórios médicos, tipografias, livrarias, jornais, clubes, emissoras de rádio e bibliotecas, e ocupava a segunda posição no Estado em número de eleitores. Era uma cidade com ares de interior, mas marcada e atravessada por ideias de modernização e progresso, ideias de desenvolvimento para um futuro que se fazia já, agora.

São os anos 60/70 também o período das chamadas ações desenvolvimentistas na cidade, realizadas notadamente pelos prefeitos João Lyra Filho<sup>33</sup> (1959-63) e Anastácio Rodrigues (1969-73). Na primeira gestão do prefeito João Lyra Filho:

---

<sup>33</sup> *João Lyra Filho* nasceu em Lagoa dos Patos (CE), no dia 12 de março de 1913, filho de João Soares Lyra e de Alice de Albuquerque Lyra. Comerciante, iniciou a vida política como prefeito do município pernambucano de Caruaru, em 1959. No pleito de novembro de 1966, elegeu-se deputado federal por Pernambuco na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Ao término do mandato, em janeiro de 1971, deixou a Câmara dos Deputados. Elegeu-se novamente prefeito de Caruaru em 1972. Com o fim do bipartidarismo imposto pelo governo militar, em novembro de 1979, e a reorganização partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que deu continuidade à linha política oposicionista do MDB. Elegeu-se deputado estadual em novembro de 1982. Foi reeleito em novembro de 1986. Três anos depois trocou o PMDB pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), acompanhando o filho Fernando Lyra, que se candidatara a vice-presidente por este partido na chapa encabeçada por Leonel Brizola. Deixou a Assembleia Legislativa de Pernambuco em janeiro de

Foram estudadas e planejadas alternativas de desenvolvimento para Caruaru e, em decorrência desses estudos, surgiu o projeto do ‘*Cinturão Verde*’, que foi posto em prática em parceria com o Concelho de Desenvolvimento de Pernambuco/CONDEPE. *O Cinturão Verde*, consistia em interligar Caruaru com as cidades circunvizinhas através de estradas asfaltadas, fazendo de nossa cidade um ponto de entroncamento e convergência, atraindo as populações dos municípios vizinhos. Esse projeto foi concluído durante a gestão do governador Nilo Coelho.<sup>34</sup>

Já na gestão do prefeito Anastácio Rodrigues<sup>35</sup>, em fins da década de 1960 e início de 1970, segundo a professora caruaruense Josabel Barreto:

Ele implantou em nossa cidade uma infraestrutura que deu início ao desenvolvimento tão esperado, com ações como: a) urbanização do bairro Universitário, com o calçamento da Avenida Portugal... c) capeamento asfáltico desde a Ponte Nova, no bairro Indianópolis, até a Avenida Rio Branco, estendendo-se tá a Rua Preta; d) implantação do Parque 18 Maio, grandioso projeto que objetivava contemplar a nossa cidade com uma grande área verde, um complexo esportivo, denominado Centro da Juventude Josefa Coelho, com quadra de esportes, piscinas, minicampo, pista de cooper etc... g) conclusão do sistema de abastecimento da barragem de Tabocas... um novo sistema de energia elétrica implantado pela Celpe.<sup>36</sup>

Portanto, é neste ambiente de mudanças, de uma cidade marcada pelas ideias de progresso e desenvolvimento, que nossas prostitutas se encontrarão, vivendo entre as tensões, representações e exclusões múltiplas, geradas pela própria dinâmica histórica da *urbe*. É neste território da “Capital do Agreste” que elas transitarão entre os campos do sensível, entre os lugares das representações e as fronteiras das exclusões, entre os enunciados discursivos de nossas fontes, no imaginário cidadão, nas conversas corriqueiras do cotidiano, nas páginas de muitos de nossos literatas e nas mãos dos muitos homens que as procuravam.

---

1991. Passou a dedicar-se apenas às suas atividades privadas como empresário do ramo de transportes coletivos. Faleceu em Caruaru, em 16 de novembro de 1999. **Fonte: Fundação Getúlio Vargas- CPDOC**

<sup>34</sup> MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p. 113.

<sup>35</sup> Caruaruense nascido em 11 de maio de 1928, nas terras de Taquara (Alto do Moura). Ao longo da vida, fixou com determinação o crescimento intelectual, profissional e político. Filho de feirantes, quando jovem, trabalhou como tipógrafo. Foi bancário, presidente de Diretórios Acadêmicos, tornou-se ainda diretor de Educação e Cultura do município de Caruaru e vereador, até chegar à Prefeitura de Caruaru, em 1968. Naquele ano, Rodrigues concluía o curso de bacharelado da Faculdade de Direito. **Fonte: site da ASCES-UNITA- Centro Universitário Tabosa de Almeida.**

<sup>36</sup> MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012, p. 113-114.

## 1.2. UM DIA DE SÁBADO, UM BISPO, UMA HISTÓRIA E ALGUMAS PROSTITUTAS.

**E**ra 31 de março de 1979, um dia de sábado em Caruaru. E parecia que o bispo da Diocese da cidade, Dom Augusto Carvalho<sup>37</sup> estava incomodado e insatisfeito com o que publicara o jornal Vanguarda no dia 11 do mesmo mês. Conforme o próprio bispo, através de sua publicação no jornal A Defesa no dia 31, foi uma “notinha no Vanguarda” lançada com o título: “polícia prende prostitutas” que o inspirou a escrever e refletir sobre a figura da prostituta na cidade.

O bispo, naquele momento, tinha uma outra compreensão e explicação para a vida daquelas “pobres criaturas”, uma outra leitura sobre as meretrizes caruaruenses, sobre seus dramas, suas histórias. O mesmo bispo que em outros momentos condenou aquelas mulheres e tudo que a elas estava associado, agora toma suas dores e com um olhar sensível, com o olhar da alteridade, discorda do que publicara o Vanguarda e, decide escrever no “seu” jornal católico. O bispo era um homem um tanto ambíguo e complexo.

O jornal Vanguarda, em sua “notinha” como chamou Dom Augusto a pequena notícia do dia 11 de março, dizia que a polícia da cidade, realizou uma *blitz* durante toda aquela semana à noite, prendendo um grande “número de mariposas”, maneira como se referiam naquele escrito as prostitutas de nossa *urbe*. A metáfora usada, “mariposas” era uma referência aos hábitos noturnos daquelas mulheres, que tal qual insetos gostavam de sair às ruas da cidade tarde da noite, depois das 22h, diferentemente da maioria das “borboletas” saudáveis que vivem durante a luz do dia.

As prostitutas foram tomadas naquele escrito como “mariposas”, como seres da noite, seres estranhos, que envergonhavam as mocinhas da cidade que por ali, no centro da cidade passavam

---

<sup>37</sup> Dom Augusto de Carvalho nasceu no povoado de Santa Maria, no Distrito de São José de Belmonte, a 26 de maio de 1917. Filho de Prudêncio Ivo de Carvalho e de Maria Alves da Silva estudou na cidade de Floresta. Foi encaminhado para o Seminário São José na Diocese de Pesqueira, depois para o Seminário Maior da Arquidiocese de Olinda e Recife onde estudou Filosofia e Teologia. Ordenado sacerdote aos 08 de dezembro de 1943 na Igreja Matriz de Floresta – PE. Tomou posse da Diocese de Caruaru, em 11 de dezembro de 1959. Fundou o Seminário Diocesano. Comprou o Colégio Diocesano, que antes se chamava Colégio Caruaru. Fundou a FAFICA – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, onde formou gerações de professores. Além disso, construiu vários locais de acolhimento de pessoas pobres como as Casas das Conferências. Dom Augusto foi o bispo do Nordeste que mais ordenou novos padres, além de ser o único a participar de todas as etapas do Concílio Vaticano II que deu um novo destino as ações pastorais da Igreja em todo o mundo. Em 1992, ao completar 75 anos de idade, comunicou a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, que terminaria ali a sua missão de governante da Igreja na Diocese de Caruaru. **Fonte:** site da Diocese de Caruaru <http://www.diocese-decaruaru.com.br>

naquele horário. As “mulheres decentes” eram o seu oposto, eram as “borboletas” daquele jardim social construído na ambiguidade e complexidade de seus habitantes, como borboletas deveriam manter-se livre dos maus exemplos daquelas “mariposas” noturnas.

O Vanguarda continua as linhas de sua “notinha” dizendo que as “mundanas” não foram só presas, mas, advertidas de que se continuassem na desobediência de estarem nas ruas do centro da cidade, seriam processadas, pois quase “todas elas são do baixo meretrício (Mocó)<sup>38</sup> e que vem à cidade vender seu corpo, atentando contra o pudor abertamente”. Conforme a matéria, o delegado regional e o municipal estavam empenhados num trabalho conjunto para “afastar em tempo rápido todas as mundanas das ruas centrais de Caruaru, a fim de que as famílias e mocinhas possam trafegar livremente no centro da cidade sem a inconveniência de serem confundidas com prostitutas”.

Os delegados haviam informado e agora o jornal Vanguarda advertia os leitores de que, a “fiscalização não vai esbarrar ante qualquer protesto”, aquilo era um imperativo, um projeto. Eles não iriam parar a fiscalização, porque o “lugar de prostituta é na Mocolândia, zona alegre da cidade e nunca nas ruas centrais”, elas tinham um lugar, e nele deveriam permanecer, nas periferias da cidade, nos lugares “invisíveis” e sujos. Eram habitantes de “maus lugares” na concepção daqueles que escreviam, o centro da *urbe* não era esse lugar.

O bispo Dom Augusto achou o escrito “um tanto descaridoso e, porque não dizer injusto!” Ele dizia descaridoso, pelo modo como o jornal Vanguarda chamava e tratava aquelas “pobres criaturas” e se perguntava: “também elas não são pessoas humanas? ”, e como humanas continuou o bispo, devem ser “tratadas e respeitadas”. O homem da Diocese havia atentado para a condição de humanidade que precedia a rotulação do ser, naquele caso, a prostituta.

Continuando o texto, pergunta-se por que que elas foram presas, se a prostituição era um problema social. A prostituição não é um problema da polícia.<sup>39</sup> O bispo um tanto incomodado, lança algumas perguntas aos leitores do jornal A Defesa: “serão somente elas que faltam com o pudor e o respeito, de dia e de noite, nas avenidas, ruas, praças e jardins da nossa cidade? Está aí a injustiça”. E continua: “quem as procura e explora? A quem servem elas de objeto de prazer? ” Ele atacava

---

<sup>38</sup> Local afastado do centro da cidade, às margens da BR 102, para onde foram levadas e transferidas às pressas as prostitutas residentes na Rua Almirante Barroso e adjacências em 1973, sob a lógica da higienização e limpeza social. Inicialmente um lugar sem condições de habitabilidade nenhuma como notifica o jornal A Defesa e o Vanguarda no mesmo ano de 1973, ano da “transferência” que discutiremos posteriormente em nosso primeiro capítulo. O local era também conhecido também como *mocolândia*.

<sup>39</sup> Ver a entrevista com o delegado Armando Pereira, especialista na temática sobre prostituição e polícia, In: PEREIRA, Armando (et al.). **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 61-74.

ponto a ponto o que disseram os escritores do jornal Vanguarda, na “notinha” que o levou a escrever sobre o ocorrido.

Para Dom Augusto, as prostitutas caruaruenses eram o resultado de uma série de questões, como as “propagandas exageradas do sexo feitas através dos meios de comunicação social... da exploração lucrativa... e ainda pelo machismo”. O machismo é destacado pelo bispo, pois é ele o que leva “o homem a iniciar-se logo cedo, nas zonas”, no baixo meretrício, é a cultura machista que diz também contribuir para a permanência da prática da prostituição em nossas sociedades. E não é? É interessante perceber como o machismo ganha destaque na análise do Bispo, ele atenta para o comportamento masculino, culpando-o também por essa “vergonha” nos espaços públicos da cidade. Pela primeira vez nessa história sobre as “mariposas” noturnas, o machismo é apontado como um problema a gerar e contribuir para outros tantos. O masculino, também, é culpabilizado em algum momento pela prostituição, e é o Bispo que aponta tal reflexão.

Elas, para o Bispo, eram resultado da “falta de instrução, da ausência da família, da carência afetiva, da miséria em que se encontravam muitas mocinhas”, e terminava aquele parágrafo dizendo: “a prostituição é problema, sobretudo dos homens mal-educados sexualmente”. E já concluindo suas análises o bispo discorda profundamente do que disse o Vanguarda quanto ao modo de vida de nossas prostitutas “vivem em zona alegre”, para Dom Augusto aquela era uma vida errada e sofrida e não uma vida de alegria.

E conclui seu pensamento dizendo que a “mulher da vida” por ser uma pessoa, não deve ser “rebaixada, ridicularizada, explorada, tratada por ‘bicha’, mas valorizada. Pois também ela é filha de Deus”. Para o bispo de Caruaru naquele momento a “*pessoa humana, seja ela quem for é sagrada*”, pouco importava se ela era uma prostituta ou, a mulher do prefeito.

Embora, ressaltasse o teor errado de suas práticas “quase sempre forçadamente”, chamava à atenção dos leitores e dos cristãos para aqueles “costumeiros escárnios... descaridoso e anticristão desprezo”, para com as prostitutas. E, assim, Dom Augusto Carvalho terminou sua reflexão naquele dia, sendo lido por aqueles que acompanhavam regularmente as publicações do jornal A Defesa.

Esta pequena história sobre a prostituição nos territórios da “Princesa do Agreste” pernambucano, na década de 1970, nos traz à tona uma dupla reflexão intrínseca e necessária. Em um primeiro momento, uma discussão sobre a cidade e seus variados espaços como um objeto de reflexão científica no campo da história e conseqüentemente da historiografia. E concomitantemente, uma reflexão sobre a figura da prostituta e as diversas práticas de prostituição a compor essas muitas

histórias, tramas e projetos de exclusões que se desenvolvem nos limites daquilo que denominamos de espaço urbano. Cidade e prostituição se entrelaçam nessa discussão.

Muito se tem escrito sobre as cidades, sobre o fenômeno urbano, mas sua apropriação como tema e reflexão por parte dos historiadores não é assim tão recuada no tempo. Nem sempre a obra máxima do humano, *a urbe*, foi temática de destaque nas investigações de Clio. Será o século XIX o precursor da “*moderna reflexão sobre a cidade como forma mais específica de organização social*”,<sup>40</sup> embora, isso não signifique dizer que em outros períodos históricos a cidade não foi tomada como um objeto de reflexão.

Embora pintores, poetas, escritores, romancistas, filósofos e até mesmo Heródoto tivessem pensado, escrito, desenhado e sentido as cidades, inclusive aquelas da Antiguidade tão recuadas no tempo, eles não buscaram compreendê-las em suas diversas dimensões possíveis, como um campo específico do saber, como um objeto científico de reflexão. Havia pelas cidades, uma história apaixonada, uma história preocupada com as fundações míticas e imemoráveis dos núcleos habitacionais humanos, uma preocupação com a descrição, com as belezas que comporta uma cidade. Havia muito mais um inventário das cidades do que, uma investigação comprometida com o método e a atitude científica.

Conforme Barros, antes do século XIX “*não havia surgido o interesse de desenvolver uma reflexão sobre o fenômeno urbano que estivesse mais firmemente ancorada em uma investigação sistemática, em métodos apropriados, em teorizações capazes de compreender a cidade e o fenômeno urbano,*”<sup>41</sup> nem de percebê-las para além de seu espaço físico. A cidade como representação, como sensibilidade, como discurso, como problema, não era, portanto, narrada, visibilizada ou oportunizada, até porque toda história é também uma história de seu tempo.

A cidade como reflexão moderna passa, então, a ser fruto do século XIX, período em que transformações diversas ocorriam na Europa no tocante ao (re) ordenamento dos centros urbanos, como a própria urbanização, a industrialização cada vez mais crescente, o crescimento acelerado e descontrolado de grandes cidades à exemplo de Paris e Londres, bem como o século que gestaria paradigmas como o positivismo e o marxismo, formas de ler e interpretar as sociedades das quais também eram frutos, enquanto isso o Brasil se encontrava ainda no II Império e a história atendia a vontade de escrita do imperador.

---

<sup>40</sup> BARROS, José D’ Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 9.

<sup>41</sup> Ibidem, p.9.

Esse processo de busca pelo conhecimento mais sistemático sobre as cidades, tornar-se-á reflexo, também, das ambições e modificações pelas quais passara a ciência da História ao longo do século XIX, que a todo custo buscava sua legitimação e reconhecimento como ciência no campo do saber, o que lhe diferenciaria da literatura. Não sendo literatura a História teria não só a “verdade” dos fatos e dos processos, mas o *status* de ciência. Clio é, portanto, mutável, dinâmica, fascinante e influenciável pelas dinâmicas novas e próprias de cada período histórico. Com o surgimento “*das ciências sociais no final do século XIX e no século XX, a História deixou-se fascinar por Marx, Weber, Durkheim e pretendeu tornar-se ciência social.*”<sup>42</sup>

Conforme José Carlos Reis:

A identidade do conhecimento histórico dependeu, portanto, das alianças que a história estabeleceu ao longo dos séculos. O seu realinhamento permanente com os conhecimentos dominantes do momento a tornaram epistemologicamente muito instável. Seus objetos nunca são os mesmos, o que se espera do historiador nunca é o mesmo, a tal ponto que a proposta de uma metodologia da história única, de um mesmo caminho seguro e controlável, seria absurdo.<sup>43</sup>

Mas, é sobretudo, no breve século XX<sup>44</sup> que a cidade, como componente científico da história, se efetivará. O século XX parece ser o momento de efervescência e explosão dos estudos acerca do fenômeno urbano, da cidade como um campo de reflexão do historiador e da historiografia, reflexões estas proporcionadas, também, pelo movimento dos *Annales* de 1929-1989 dos quais somos herdeiros e, pelo advento da Nova História Cultural que se apresentaria como uma proposta tanto teórica quanto metodológica aos novos questionamentos de Clio.

Eram questionamentos novos, frutos do conturbado século XX, em que paradigmas clássicos a exemplo do marxismo, já não davam conta das novas questões lançadas aos historiadores pela contemporaneidade, pelo próprio viver, sobretudo, em um século marcado por desastres e massacres que abalaram a suposta “ordem” efetiva das coisas que até então se pensavam consolidadas: um mundo em “paz”, que para a paz continuaria a caminhar. O século XX, abala certezas e ordens, revela a fragilidade humana perante às Guerras e a insanidade contida no mais íntimo dos humanos, bem como uma desesperança no por vir. O século XX afeta de alguma forma a própria história enquanto

<sup>42</sup> REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.24.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>44</sup> Expressão usada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm em seu livro **Era dos Extremos**, para se referir ao século XX, período de análise em que se encontra a temporalidade de nossa dissertação, às décadas de 1960/70.



ciência e saber, refletindo seus muitos processos de mudanças na produção historiográfica, no modo como se produzia e pensava-se a própria história.

As abordagens de conotação marxista, que até então eram hegemônicas no Brasil, não fizeram da cidade e do espaço urbano especificamente seu objeto de análise prioritário por exemplo, “*sendo este preferencialmente, o processo de acumulação de capital e formação da força do trabalho [...] Segundo essa postura, as cidades compareciam como o lócus da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo.*”<sup>45</sup> A cidade como representação, sensibilidade e exclusão, não constituía uma base de reflexão dentro dos estudos marxistas, pois não eram seus propósitos de investigação.

Mas, ao longo da década de 1990 a emergência de uma História que passamos a chamar de Cultural no Brasil, veio proporcionar e instigar uma abordagem diferenciada ao fenômeno urbano. A novidade introduzida pela História Cultural é que “*a cidade não é mais considerada só como um lócus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.*”<sup>46</sup>

A cidade passa a ser entendida como um problema, como propunha Bloch e Fervre, a ser pensado e quem sabe solucionado a partir dos questionamentos que lhes seriam lançados e não, como uma categoria autoexplicativa da história. Paulatinamente, a cidade como objeto de estudo “*se abre ao olhar do historiador, ampliando enormemente o campo de pesquisa: da arquitetura da vigilância à ocupação do espaço público pelas mulheres, dos cafés-concertos, cinemas e restaurantes aos hospitais, prisões e cemitérios*”<sup>47</sup>, do cabaré até as casas mais tradicionais, o espaço urbano é tematizado em suas muitas dimensões possíveis e pensáveis.

Não podemos deixar de considerar que tais propostas, foram e são suscitadas e empreendidas com a inspiração e influência da *Escola dos Annales*, movimento que o historiador Peter Burke definiu de forma precisa, suas principais ideias norteadoras, que serão fundamentais para a produção historiográfica do século XX na Europa Ocidental sobretudo, no Brasil e no Estados Unidos:

Em primeiro lugar: a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando contemplar os dois primeiros

<sup>45</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23, p.12-13.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>47</sup> RAGO, Margareth. A “Nova” **Historiografia Brasileira.** Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999, p. 89.

objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras.<sup>48</sup>

A valorização do passado das cidades, bem como tudo aquilo que a elas está associado, como disse o professor Maurício de Almeida Abreu<sup>49</sup>, é uma característica comum às sociedades deste final de milênio (século XX). É como se essa valorização, essa busca pelo passado das *urbes*, dissesse muito sobre os homens do breve século XX, que desencantados com a crença ilimitada no por vir, desencanto proporcionado sobretudo, pelas duas Grandes Guerras, buscasse no resgate da história cidadina, um ponto de ancoragem e identidade em tempos cujas transformações se davam de formas avassaladoras e rápidas, temerárias e incertas.

Para Abreu, essa busca pela memória das cidades reflete “*a emergência de uma nova relação identitária entre os homens e as mulheres do final do século XX e os conjuntos espaciais que lhe dão ancoragem no planeta, sejam eles os estados-nações, as regiões ou os lugares.*”<sup>50</sup> Segundo o autor já citado:

Para dar conta dessa tendência atual, inúmeras explicações vêm sendo oferecidas pelos mais diversos autores. Algumas delas enfatizam as transformações que já vêm ocorrendo no imaginário ocidental há algumas décadas. Outras dão ênfase à velocidade eletrizante do período atual de globalização, que tem dado origem a uma busca ansiosa de referenciais identitários por parte das sociedades.<sup>51</sup>

Estas são apenas duas das muitas e possíveis explicações para este afloramento da busca pela história das cidades, pelas sensibilidades urbanas, pelas representações cidadinas, pelos excluídos da urbe, pelo próprio humano em sociedade, sobretudo em fins do século XX e início do XXI no Brasil. As metrópoles, inicialmente, passam a compor as discussões dos historiadores, as exclusões cidadinas começam a tomar corpo na produção historiográfica, bem como as representações e sensibilidades cidadinas. Posteriormente, não só as metrópoles, mas as cidades do interior de médio e pequeno porte serão também tomadas como problemas de pesquisas.

Foram os *Annales* que lançaram as bases desse novo jeito de se *olhar* e examinar a história, deixando muito claro inicialmente suas limitações, mas, também suas possibilidades nas investigações históricas. A interdisciplinaridade proposta pelo grupo dos *Annales* permitiu a ciência

---

<sup>48</sup> BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* (1929-1989); a revolução francesa da historiografia**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010, p. 12.

<sup>49</sup>Professor do Departamento de Geografia da UFRJ. Ver artigo: **Sobre a memória das cidades**. In: Revista da Faculdade de Letras- Geografia I série, vol. XIV, Porto, pp. 77-97.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 78.

da história um maior contato com outros campos do saber, que lhes legaram uma compreensão mais ampla do próprio histórico, do fenômeno urbano, das representações coletivas, das práticas de exclusão e segregação, à exemplo da sociologia e da antropologia.

A revolução francesa da historiografia, como nomeou o historiador Peter Burke, o movimento da Escola dos *Annales*, era um convite a um repensar de nossa prática historiográfica. A história-problema constituir-se-á como um pré-requisito na pauta dos *Annales*, era um convite para que toda história evocasse um problema e não apenas uma narrativa. Urgia uma história problematizada, uma história dos menos favorecidos, dos não-vistos, dos silenciados, do micro, do indivíduo, das mulheres, das exclusões, do imaginário, das mentalidades, dos discursos legitimadores, das representações (características mais visíveis e marcantes da terceira geração).

Esta proposta ia de encontro aquela história macro, universal e total, apenas política e dos grandes nomes. Era a proposta de uma história mais complexa, mais abrangente, a mais abrangente possível, para além do convencional, para além do que já se produzia no século XIX e início do XX. Emergia uma história que se voltava aos acontecimentos buscando-os compreendê-los a partir de suas especificidades, sem uma pretensão de explicação *a priori*.

Uma história para além do estruturalismo enclausurador altusseriano. Segundo Rago esse era um momento em que “*se tornam visíveis os sinais de esgotamento do marxismo como modelo privilegiado de interpretação do passado,*”<sup>52</sup> nos domínios da História, o marxismo começava a ser um caminho de investigação e não mais, o caminho.

Com isso, não queremos transmitir a ideia de inutilidade historiográfica marxista, são apenas paradigmas que abordam a história sob perspectivas diferentes e muitas vezes com objetos diferentes, embora muitos marxistas se neguem definitivamente a pensar a cidade para além de suas estruturas econômicas, o historiador inglês Eric Hobsbawm é um dos muitos que fogem à regra.

A partir de um “novo” olhar sobre a história, a abordagem culturalista ganha destaque na historiografia, e é esta a abordagem que temos dado ao nosso trabalho, sendo por exemplo no Brasil responsável por 80% da produção historiográfica, segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento em seu livro síntese *História e história cultural*, tão criticado por muitos.

Novas temáticas e discussões ganharam espaço na produção historiográfica de meados do século XX e início do XXI:

---

<sup>52</sup> RAGO, Margareth. A “Nova” **Historiografia Brasileira**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999, p. 74.

Das questões femininas e do gênero à masculinidade, da sexualidade às relações raciais, da história do público ao privado, da ciência à religiosidade e a magia, da cultura erudita à cultura popular e a mídia, da história social à história cultural, assistimos a uma crescente produção acadêmica, criativa, instigante e polêmica, nas últimas décadas.<sup>53</sup>

Talvez não sejam totalmente novos esses questionamentos, como afirmam alguns e com certa razão, “*no entanto passam a ser renovados através das questões colocadas sobre estas temáticas e das novas interpretações a que são submetidas,*”<sup>54</sup> dizem diferente quando são perguntadas de forma diferente, mostram-se distintas, quando o olhar do pesquisador perscruta de forma diferenciada.

Do coletivo ao individual, do macro ao micro, do singular ao plural, das sensibilidades às representações, dos discursos aos silêncios, do amor ao ódio, do urbano ao rural, das cidades às moradias, das praças às sociabilidades, do *Cabaré ao lar*<sup>55</sup>, do projeto da santa-mãezinha à prostituta, dos entrosamentos à segregação, da cooperação à opressão, da educação ao analfabetismo, da infância à maturidade, eis aí as muitas possibilidades de campos de pesquisa para o historiador que opta por esta forma de se pensar a história.

Foi a partir dessas transformações pelas quais passou a historiografia que hoje podemos tomar as prostitutas da cidade de Caruaru-PE nas décadas de 1960/70 como um objeto de estudo, análise e reflexão. Hoje podemos toma-las como possibilidade de uma escrita, de uma história de mulheres aparentemente “desprezíveis” a objeto de reflexão. Podemos assim, quebrar o silêncio a que foram submetidas historicamente e sobre elas falar com alteridade.

Se elas tinham uma história? Sim, tinham, mas não contada ou ouvida. Elas eram apenas representadas e automaticamente marginalizadas. Foram pintadas com os piores pinceis e cores dos grupos elitistas caruaruenses, bem como pelas pessoas comuns do cotidiano. Estavam confinadas ao eterno silêncio da história, eram *outsiders* da sociedade caruaruense, embora estivessem dentro dela, estavam confinadas às margens.

Eram mulheres de 1960/70 e, como se não bastasse ser mulher em uma sociedade machista e conservadora como a nossa, reflexo também do projeto de governo e poder empreendido pela

---

<sup>53</sup> RAGO, Margareth. A “Nova” **Historiografia Brasileira**. Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999, p. 74.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.79.

<sup>55</sup> Título de um dos trabalhos mais importantes da historiadora Margareth Rago: **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**.

Ditadura Militar que no Brasil foi implantada em 1964 por meio de um golpe, que também ditava uma moral a ser seguida e obedecida, eram prostitutas.

Eram aquelas desclassificadas sociais, e aqui tomamos a expressão/conceito de *desclassificação social* tal qual definiu a historiadora Laura de Melo e Souza em seu livro *Desclassificados do Ouro* e depois tomado também pela historiadora Magali Engel em sua obra *Meretrizes e Doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*.

Para Laura de Melo e Souza “*não é qualquer não-inserção que conta- a da feiticeira, a do louco, a do oníromancista, todas elas circunstanciais e episódicas-, mas a não inserção motivada por dados estruturais: a pobreza torna-se, assim o primeiro- mas não o único- dentre os agentes desclassificatórios*”<sup>56</sup>, daí pensarmos a prostituta também como um agente desclassificado da sociedade, pois muito do que temos encontrado como resposta para a prostituição na cidade de Caruaru, está associada a pobreza em que viviam tais mulheres.

Como eram prostitutas, desclassificadas sociais e nada “mais”, deveriam, portanto, ser excluídas da narrativa histórica. Por que reservar um espaço na história da cidade para mulheres tão “infames”, tão “levianas”? Essas mulheres que mais pareciam ser filhas de Jezabeu não deveriam pertencer aos limites da cidade nem muito menos contadas, dizibilizadas. A essas “quengas”, “raparigas” e “imorais” a indiferença já estava de bom tamanho. Embora, contraditoriamente, autores como Nelson Barbalho e Agnaldo Fagundes não tenham esquecido destas mulheres em suas escritas sobre Caruaru, mesmo que com seus adjetivos, às vezes pejorativos.

Mas, *o silêncio foi rompido*<sup>57</sup> e aqui tomamos a expressão da historiadora Michelle Perrot, para nos referirmos a quebra daquela história arcaica em que as mulheres não tinham visibilidade, nem “participação” mesmo estando ali em todo o processo histórico da humanidade. Estavam confinadas ao silêncio, foram obrigadas a permanecerem caladas durante muitos séculos, não havia com o que se preocuparem a não ser com sua virgindade e honra: “*em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.*”<sup>58</sup>

É a partir da década de 1960/70 que as mulheres começam a ser protagonistas de suas próprias lutas e da escrita de sua história, isso é claro, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e depois na

---

<sup>56</sup>ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 23.

<sup>57</sup>Expressão utilizada pela historiadora Michelle Perrot em seu livro *Minha história das mulheres*, para se referir a visibilidade que as mulheres passaram a ter na narrativa histórica, sobretudo a partir da década de 1970, depois de séculos de silenciamentos.

<sup>58</sup>PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17.

França. Aqui no Brasil o processo foi mais lento e tardio. A historiografia começa a mudar e a mulher torna-se efetivamente um objeto de estudo, permitindo-nos hoje tomar as prostitutas como um objeto de análise. As mulheres em decorrência das transformações históricas do século XX, começam a sair do abissal mar do silêncio a que foram submetidas historicamente.

A historiadora Michelle Perrot nos lança algumas reflexões e indagações sobre estas questões:

“Entre as duas guerras, as mulheres têm acesso à universidade. E várias delas manifestam interesse pela história das mulheres, principalmente pela do feminismo: Marguerite Thibert ou Edith Thomas, por exemplo. Mas continuam marginais com relação à revolução historiográfica trazida pela escola dos *Annales*.... Como foi que as coisas mudaram? Como é que nasceu “uma história das mulheres”, na qual estas se tornaram matéria-prima, sendo ao mesmo tempo sujeitos e objetos de relato?”<sup>59</sup>

Depois de muitos séculos de silenciamentos impostos a figura da mulher, presenciamos o nascimento de uma história das mulheres, de todas as mulheres: da camponesa à mulher urbana, da mulher na antiguidade clássica a mulher contemporânea, do ideal de mulher “bela, recatada e do lar” a mulher libertária e revolucionária, da mulher analfabeta a mulher que possui um doutorado, das trabalhadoras rurais as trabalhadoras dos shoppings, da mulher “pura e casta” à prostituta.

Sendo assim, as mulheres-prostitutas de Caruaru-PE nas décadas de 1960/70 passam a ter uma história, esta dissertação é também uma quebra desse silenciamento imposto a essas mulheres. É preciso mostrá-las como parte constitutiva da história caruaruense no período aqui abordado, como parte de um projeto de exclusão, de representação e marginalização. Como parte de um corpo discursivo e intencional que se articulava com muitas relações de poder, como história em seu sentido mais vivo e sobretudo, como humanas.

---

<sup>59</sup> PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19.

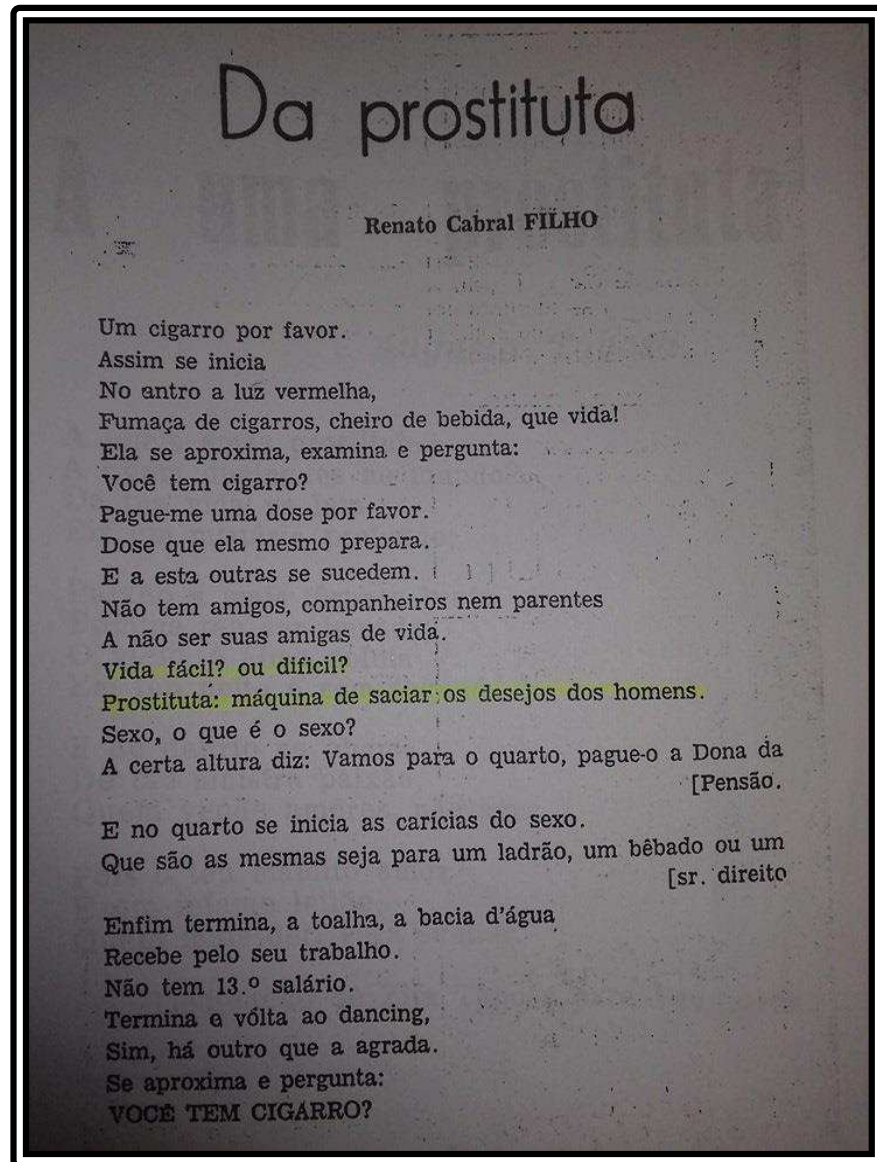
### 1.3.MULHERES SEDUTORAS, MULHERES PECADORAS: UMA HISTÓRIA DE UMA “RUA PROSTITUTA”; A ALMIRANTE BARROSO.

**E**las estavam situadas no coração da cidade. Estavam à mostra nos territórios da “Princesa do Agreste” pernambucano, caminhavam livremente pela rua Almirante Barroso, por aquela rua cujo o nome já se tornara sinônimo de confusão, crimes, brigas e vícios como dizia Antônio Miranda, escritor no Jornal Vanguarda em 12 de agosto de 1973. Algumas com o semblante cansado, outras mais sorridentes, já outras andavam com o olhar sem expressão, carregado apenas de angústias, tristezas e nada mais, diziam alguns escritores do jornal católico A Defesa nos primeiros anos de 1970.

Havia uma outra entre aquelas tantas residentes na *urbe*, que foi descrita com mais detalhes: “com cabelos ruins, olhos cansados, lábios vermelhos, brilhosos, usava um batom barato, perfumada com alfazema, cheiro que pairava ao seu redor. Tinha um semblante oprimido, mas não feio, tinha uma ou duas rugas”, dizia o jornal Vanguarda em 12 de outubro de 1975.

Outras, apenas repetiam o ciclo “vicioso” de seu ofício, tão conhecido por quem escrevia. “Você tem cigarro? Pague-me uma dose por favor... Vamos para o quarto, pague-o a Dona da pensão”. Assim nos contou Renato Cabral Filho em 06 de janeiro de 1974 nas páginas do Vanguarda com certa riqueza de detalhes. E ao acabar o serviço prestado, começavam tudo novamente com mais um cliente, repetindo aquilo que de melhor sabiam fazer ou, só o que podiam fazer para sobreviver.

Vejamos a narrativa do Renato Cabral Filho:



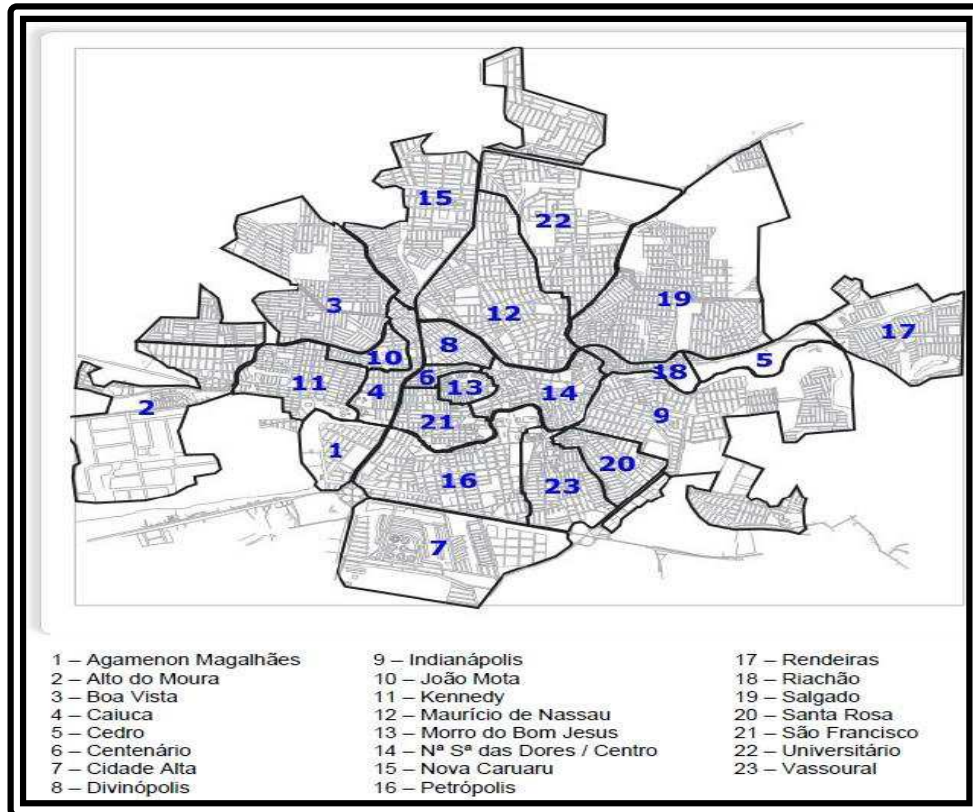
### Texto 1

**Fonte:** Jornal Vanguarda de Caruaru-PE, 06 de janeiro de 1974. Jornal fundado em 1932 e em circulação até os dias atuais.

Aquelas “infelizes” tornaram-se para muitos sinônimas de prazer e de façanhas, eram objetos de cobiça e realização, eram as mulheres das carícias do sexo “que são as mesmas seja para um ladrão, um bêbado ou um sr. direito”, mas, também, o alvo de duras críticas por parte da “boa sociedade”. De discursos excludentes, foram o alvo, o objeto perfeito para se atirar pedras. Eram, no imaginário de muitos, os “problemas” da rua *Almirante Barroso*, eram as desvirginadoras, aquelas que quebravam os cabaços dos futuros homens.



Eram “as meninas trelosas”, nas palavras do jornalista e escritor Nelson Barbalho<sup>60</sup>. Na visão de outro escritor caruaruense, Agnaldo Fagundes Bezerra eram “mulheres da vida, perdidas, caídas no mundo, decaídas da sociedade... eram aquelas infelizes que viviam na antiga rua da Matança, depois Rua Dez”, e agora “sujam” a rua Almirante Barroso com suas presenças e práticas.



*Mapa dos principais bairros de Caruaru, para localizarmos ao leitor a antiga Rua Almirante Barroso, principal espaço de prostituição discutido aqui nesta dissertação. A referida rua encontrava-se entre os bairros 14 e 13, espaços centrais da urbe.*

Elas eram o oposto dos padrões pretendidos e pensados pelos “donos” de uma certa moralidade e dos bons costumes da *urbe*, ditados por uma certa elite cidadina, fruto também das concepções morais de seu tempo que os norteavam. Quando falamos elite cidadina estamos nos referindo aqueles detentores do poder político e econômico da cidade sobretudo, que ancorados no político e econômico ditam os rumos e os padrões culturais de uma época. Elas eram as “outras”, o perigo as “mocinhas de família” que habitavam na cidade, já dizia o bispo da diocese de Caruaru

<sup>60</sup>Escritor, jornalista e roteirista de Caruaru-PE, escritor de inúmeras obras literárias sobre a cidade. BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente**. Recife: 1980, p. 68.

Dom Augusto de Carvalho, no dia 10 de março de 1973, o mesmo bispo da nossa história anterior, a de 1979.

Disse o Bispo Dom Augusto:

Está situado no centro da cidade [*os cabarés*]. No meio das famílias. Jovens e até crianças de doze e treze anos o frequentam... É triste, tristíssimo! Em nossa cidade tudo isso. Depois queremos famílias moralizadas, sociedades também... fala-se muito da podridão de Sodoma e Gomorra, será que estamos perdendo para elas- não creio! ... com tudo isso a sociedade está se diluindo em seus fundamentos. Estão enfermas (sociedade e família), com a vela na mão (Jornal A Defesa, 10 de março de 1973).

Elas pareciam não serem bem-vindas nas terras que ocupavam, representavam um certo “mal-estar” na sociedade. Não podiam ser como uma mulher “normal”, pois segundo o bispo, elas eram também, responsáveis por diluírem os fundamentos daquela sociedade tão aparentemente sólida e saudável, a sociedade em que ele era o Bispo. Não seria melhor extingui-las da cidade “Princesa do Agreste” para a equação de tal problema moral? É quase isso que nos dizem os discursos.

Elas nada mais eram do que as “mulheres públicas”, “mulheres da rua”, expressões que enfatizavam os limites do espaço das mulheres pretendidas e inventadas, aquelas do tipo recatadas e do lar em oposição a essas mulheres que destoavam do *ethos* ambicionado por uma cultura milenar. Essa expressão “mulher pública” era/é “*resquício dos ideais da mulher trancafiada nas alcovas, ou enfiada nas cozinhas, uma herança medieval e árabe que transformou muitas casas-grandes de engenhos e sobrados de cidades em verdadeiros cárceres privados de mulheres.*”<sup>61</sup> A casa e a rua, traziam em si limites simbólicos, a rua nesta acepção era a oposição do lar, do privado, da família, a prostituta fazia-se assim uma estranha aos padrões civilizacionais da sociedade, pois era da “rua”, era “pública” e andava sozinha ou acompanhada por homens que não eram os seus, coisa desrespeitosa a “uma moça direita” de 1960/70.

Como “mulheres públicas”, eram prostitutas: “máquina de saciar os desejos dos homens”<sup>62</sup>. Mulheres, que vendiam seus corpos por um determinado preço aos mais diversos tipos de homens e, que não levavam em consideração beleza, condição ou *status* social, apenas davam-se, deixavam-se ser fonte de prazer e realização, necessário era apenas pagar para tê-las. Falamos que se vendiam por

<sup>61</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). A prostituição é necessária? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 4.

<sup>62</sup> Frase do texto citado anteriormente na página 29 e escrito por Renato Cabral Filho - **Da Prostituta**.

um preço e não por um valor, porque o preço “*é uma medição quantitativa da importância relativa de um dado objeto, geralmente expresso em uma quantia específica de dinheiro*”<sup>63</sup>, já o valor:

Por sua vez, não se expressa apenas no preço, mas transcende-o, pois abarca elementos qualitativos que, através do dinheiro e do preço, são expressos quantitativamente, ou seja, o preço de um dado objeto, como representação de um valor que pode ser pago em dinheiro, traz em si uma série de elementos simbólicos que não se esgotam no quantitativo.<sup>64</sup>

Vendiam-se por uma série de questões, sobretudo, pelas questões de ordem material, pelas ausências e necessidades humanas do cotidiano, vendiam sexo como veremos, para o sustento dos filhos e, parentes como em alguns casos aqui constataremos posteriormente e também de si mesmas e não por suas vicissitudes como diziam alguns. Buscavam pelo sexo, dinheiro, sustento, sobrevivência, por isso é “*preciso ressaltar que, atualmente, o dinheiro é o mediador das relações de prostituição*”<sup>65</sup>, sobretudo, após a consolidação do sistema capitalista.

Cabe-nos aqui então lembrar que é “*apenas com o advento do capitalismo que prostituição e dinheiro se ligam de maneira fundamental. O dinheiro, com sua peculiar indiferença, torna-se medida de valor e preço para a prostituição*”,<sup>66</sup> pelo o *deus* dinheiro a prostituição, uma forma de sobrevivência em um sistema avassalador de discrepâncias incomensuráveis.

Era em algumas ruas da cidade que elas exerciam seu ofício, “sujando” a beleza moral da urbe, vendiam-se na antiga *Rua Dez*, agora se davam na *Almirante* e em algumas esquinas do centro urbano, a “sujeira” não era só material era antes de tudo, simbólica. Buscando o indissociável da prostituição, o dinheiro, davam-se por um preço, embora muitas vezes atravessado e envolvido por um valor, como aqueles que atribuíam os visitantes frequentes da antiga “zona” as suas já conhecidas prostitutas, como nos contará no segundo capítulo Nelson Barbalho. Esse valor era em muitas vezes simbólico, do campo emocional, da sociabilidade, da interação do diálogo, da aproximação e até do afeto, pois há nas relações de prostituição mais que o contato físico, nessa troca entre prostituta e cliente há em alguns casos algo muito maior que só o econômico.

Segundo Russo:

---

<sup>63</sup> RUSSO, Gláucia. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Set./Dez. 2007, p. 498.

<sup>64</sup> RUSSO, Gláucia. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Set./Dez. 2007, p. 498.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 499.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 499.

Na troca, mesmo aquela notadamente econômica, à medida que há algum tipo de relacionamento entre os seres humanos, o contato com o outro sempre ultrapassa a dimensão econômica. Nela, cria-se uma relação social e, muitas vezes, se engendra um determinado tipo de sociabilidade, que pode ou não tomar contornos mais duradouros ou pautados em sentimentos específicos, de acordo com a forma como as pessoas envolvidas conduzem e vivenciam a relação.<sup>67</sup>

São aspectos não levados em consideração, por aqueles que produzem os muitos discursos acerca da prostituta na *urbe*, hora não sem uma intencionalidade, pois todo discurso traz em si a anunciação de uma intenção, hora pela literal falta do conhecimento das muitas e complexas relações e razões da prostituição em um dado espaço, circunscritas em uma dada temporalidade. Na falta de uma compreensão social e histórica, a presença de tais mulheres nos espaços citadinos torna-se então um incômodo para segmentos elitistas defensores de uma moral estabelecida, e para uma parte da “boa sociedade”. São assim, vistas como aquelas “mulheres desgrenhadas”, “ratazanas”, vítimas da lascívia, como dizia o professor Aleixo Leite Filho no jornal A Defesa em 17/02/1973, em uma série de comentários intitulados *No Império do Sexo*<sup>68</sup>, divididos em oito partes.

A figura da prostituta aparece às vezes como uma presença ausente, embora existissem de forma concreta, estavam confinadas basicamente aos cabarés e ao seu ofício, fora de seus espaços de trabalho e muitas vezes o próprio lar, nada mais eram do que as pobres “criaturas miseráveis”, para boa parte da sociedade. Quase nunca eram vistas para além de sua ocupação: prostituta. É como se não fossem cidadãs também da *urbe*, como se suas vidas se resumissem unicamente ao sexo, vinte e quatro horas por dia. Tal compreensão partia do *olhar*, dos utensílios mentais que guiavam seus críticos, escritores de nossos jornais e boa parte da massa.

É visível tal compreensão nas matérias publicadas tanto pelo jornal A Defesa como pelo Vanguarda, ambos em quase todas as notícias não conseguem pensar a figura da prostituta na cidade para além de sua prática, para além do sexo. Hora ou outra é que teremos um comentarista a pensar a prostituta como um ser humano e resultado das imbricações sociais de seu tempo, à exemplo do professor Agostinho Batista e o do próprio bispo Dom Augusto em alguns momentos.

Há no olhar incisivo de quem escreve, uma negação da busca de compreensão daquele fenômeno, que ultrapasse o *ethos* e a moral que o norteia. Os julgamentos e percepções em relação às prostitutas,

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 499.

<sup>68</sup> No Império do Sexo foi uma série de comentários tecidos em torno da prostituição em Caruaru no ano de 1973, mas, especificamente sobre a Rua Almirante Barroso pelo escritor e professor Aleixo Leite Filho. Essa série de comentários foi escrita e publicada pelo jornal A Defesa sendo dividida em oito partes, tendo início em 06 de janeiro de 1973 e sendo concluídos em 23 de fevereiro do mesmo ano.

estão pautados em uma moral estabelecida e dominante, portanto, tudo aquilo que dela destoa, como a prostituição, é negado, inclusive a busca de uma reflexão mais aprofundada e sistemática, histórica e social. Prevalece nas análises escritas, a visão religiosa do acontecido, do fenômeno da prostituição, descompromissada com a busca de uma explicação ancorada na ciência, na reflexão social.

Esqueciam-se muitos e, isso faz parte de um processo de representação contínuo que visa a legitimação, que antes de serem *prostitutas*, elas eram sobretudo, humanas, mulheres portadoras de um nome, de uma história, de uma identidade, de uma vida. Identidade, muitas vezes, mutilada por uma só palavra que as definiam enquanto ser, enquanto o mundo que somos, elas eram apenas uma palavra: *prostituta*.

Prostituta era talvez a expressão de condenação da “sociedade” para aquelas mulheres que por inúmeras razões entraram para esse mundo, que agora era o seus. Uma palavra, que abarcava um ser complexo, que apagava as complexidades dos dramas humanos, as singularidades, que desprezava a trajetória histórica de cada uma dessas mulheres. Um estereótipo, que não deixava margem para outras interpretações.

Ela, a prostituta era aquilo que evocava a palavra, e só. “*Foi esse o nome que a sociedade esdruxula e esnobe tinha lhe dado?... Prostituta?*”, perguntava-se Ivaldo Inácio Gomes ao escrever no jornal Vanguarda, lançando-nos um questionamento que extrapolava o que ditava a moralidade hegemônica até então naquele jornal.

A figura da prostituta já se tornara uma *imago*. Segundo o conceito jungeriano “*quando esta imagem [qualquer imagem] se impregna de elementos projetados pelo sujeito que imagina, se transforma numa imago... A imago é algo que se carrega de símbolo, de representações... Há, portanto, uma imago da prostituta*”<sup>69</sup>, nos territórios caruaruenses e em qualquer lugar em que adjetivos e caracteres se tornem sinônimos de uma prostituta.

A palavra prostituta era a síntese chula para uma série de coisas, era a palavra que esvaziava certos sentidos e evocava novos e pejorativos em sua maioria. Era a palavra, que expressava nitidamente a separação do ideal de mulher “decente” e mulher do mundo, mulher da vida. A palavra era um estigma, um estereótipo, tornara-se um desde o dia em que a prática da prostituição se instituiu em solo brasileiro, e não é nossa pretensão aqui buscar suas origens longínquas. O discurso da prostituição já se constituía como um discurso de estereotipia.

---

<sup>69</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 21.

Conforme o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.<sup>70</sup>

É por meio também do estigma, do estereótipo, que identidades são forjadas e moldadas. Nesse sentido, criar um estigma para a prostituta, era, em certa medida reforçar o padrão de mulher a que se pretende, o padrão a ser alcançado, a prostituta torna-se então neste fazer discursivo e representativo um espelho do que não deve ser uma “verdadeira mulher”, também por meio da palavra, da fala.

Sendo assim o “*estigma é um dispositivo fundamental para criar e legitimar determinadas identidades sociais*”<sup>71</sup>, é por meio dele que o “outro” é inventado, é criado e (re) desenhado a partir de “mim”, da minha moral, do meu *ethos* norteador, da minha visão de mundo, o estigma norteia ações, práticas.

O estigma segrega, legitima, excluí, anula a complexidade do existir, cristaliza o olhar e dispensa uma reflexão para além do vazio conceitual existente. O estigma é um “direito” autoritário que dispensa a alteridade, é um dos elementos que constrói as fronteiras simbólicas de exclusão, que demarca lugares e territórios sob o poder dominador e denominador da palavra, da linguagem que não é só verbosidade.

É por meio também da palavra estigmatizadora e estigmatizante que se cria e projeta-se os *outsiders* em determinadas sociedades à exemplo das prostitutas. Compreendemos aqui os *outsiders* como:

Aqueles sujeitos anômicos, inferiorizados, cujas práticas comprometem a ordem e a paz da cidade [...] *Outsider* não designa somente o Outro que vem de fora, mas o Outro que já se encontra há muito tempo dentro dos intestinos da sociedade, os

<sup>70</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 30.

<sup>71</sup> ADILSON FILHO, José. **Cidade e Jardinagem: ambivalência socioespacial, estigma e segregação na cidade do Belo Jardim**. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba- UFPB- João Pessoa, p. 37.

concebidos como maus, doentes, feios ou sujos. Essa figuração é universal, pois transcende os espaços, as culturas, classes, gêneros e etnias, podendo ser usada em áreas completamente diferentes.<sup>72</sup>

É por meio do mecanismo do estigma e da rotulação e por meio de mecanismos discursivos que mentiras se cristalizam como “verdades” e assumem o lugar de “verdades”, dispensando qualquer questionamento, legitimando os seus criadores, os dominadores dos espaços urbanos e todos aqueles que governam a cidade. A linguagem da condenação por meio do estigma é “*o combustível que alimenta a força e o talento dos estabelecidos para o exercício de sua dominação*”<sup>73</sup>, é o combustível que legitima não só as representações, mas, sobretudo, as práticas de exclusão e segregação. O estigma é essa tatuagem pintada no outro por meio da palavra autoritariamente.

A rotulação por meio da palavra é um mecanismo sutil de poder empreendido pelo uso do discurso, pois, a palavra na medida que cria, (re) inventa lugares e atores sociais, nomeia coisas e seres, identifica e (re) significa, ela paralelamente anula, condena, discrimina, (re) estabelece sentidos e significados, demarca territórios e espaços. Necessário, portanto é perceber que “*o condão das palavras é o de se deixarem preencher de sentido quando ditas, mais importante ainda é pensar os efeitos disso. O discurso, ao constituir algo, faz isso constituindo processos de significação que impregnam os atos, os corpos, as memórias*”.<sup>74</sup>

Há na palavra, um poder quase imperceptível, mágico, quando não atentamos para seu uso, para as forças que estão além dos vazios espaços, existentes entre uma linha e outra do texto real e, metaforicamente do social, aparentemente ela apresenta-se como só vocábulo, um vocábulo inocente a compor a língua, mas não é, a palavra é uma arma, um dispositivo perigoso e em alguns momentos maléfico como nos orienta Foucault.

A palavra nunca será neutra, assim “*dizer qualquer palavra jamais é um ato neutro, desprovido de efeitos e de implicações políticas, éticas, simbólicas*”.<sup>75</sup> Como já disse o apóstolo Paulo, em uma de suas cartas: *espada afiada em nossa boca é a palavra*. Por isso, não era sem uma intencionalidade, sobretudo política, a anulação da prostituta enquanto sujeito social na *urbe*, como um ser que era “menos” por meio de tantos enunciados que repetitivos em Caruaru dispensava-se uma certa reflexão crítica.

---

<sup>72</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>74</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil** (1935, 1937, 1945). 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 22.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 22.

Por isso acreditamos como o historiador Alarcon Agra do Ó:

Um vocabulário, visto daqui de onde escrevo, não é uma simples reunião de palavras, acompanhadas de seu significado original e verdadeiro. Ele é, ao revés disso, uma máquina de produção de sentidos e de sujeitos- ou seja, é o lugar mesmo em que a história acontece. O vocabulário é uma prática, linguística e histórica... é um jogo da linguagem, é uma forma de viver e compor a vida.<sup>76</sup>

É por meio da nomeação, do que vem a ser sujo e feio, infecto e limpo em uma determinada concepção, visão de mundo e, geralmente prevalece a que está/ou é do poder, que a prática da higienização social ocorre, que os padrões de beleza social se efetivam e a noção de limpeza é empreendida associada a vontade do/de Poder. É a essencialização do “outro” e das coisas o caminho para a dominação dos poderosos e das elites em seus mais diferentes locais e tempos. A essencialização é um perigo, pois é em si mesma a negação da reflexão.

É interessante constatar ainda, que o estereótipo “*não é apenas um olhar ou uma fala torta, mentirosa*”<sup>77</sup>, irracional, fruto das generalizações grosseiras e mutiladoras. Ele não é um discurso bobo e ingênuo como querem nos fazer pensar. Ele, é esse mecanismo sutil de legitimação, que toma espaço no concreto, nas relações tecidas no cotidiano da *urbe* e cria suas “verdades”, legitima-as, ele é mais que um olhar que aborta as complexidades do existir e dita o rumo duradouro daquilo que está sendo fixado a partir da esteriotipação.

Por isso lembramos que o:

O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto.<sup>78</sup>

Essa linguagem da rotulação, por meio do estigma e do estereótipo, não apenas “*representam o real, mas instituem reais. Os discursos não se anunciam, a partir de um espaço objetivamente*

<sup>76</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil** (1935, 1937, 1945). 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 22.

<sup>77</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 30.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 30.



*determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem*”<sup>79</sup>. Por isso, é preciso perceber que os estereótipos, atendem geralmente a uma função, a função para que foram e são criados, permeados por tantas intenções e relações de poder que os legitimam como verdadeiros e, portanto, reais.

Daí a necessária problematização e, desconstrução insistente desses discursos caricaturais e grosseiros, na tentativa de:

Fazer com que este espaço cristalizado estremeça, rache, mostrando a mobilidade de seu solo, as forças tectônicas que habitam seu interior, que não permitem que a vejamos como efeito da sedimentação lenta e permanente de camadas naturais ou culturais, buscando apreender os terremotos no campo das práticas e dos discursos, que recortam novas espacialidades, cartografam novas tipologias, que deixam via à tona, pelas rachaduras que provocam, novos elementos, novos magmas, que se cristalizam e dão origens a novos territórios.<sup>80</sup>

Dessencializar a figura da prostituta como a pervertida sexualmente, a decaída “moral e socialmente”, a mulher da vida, e buscar captá-la em suas muitas dimensões possíveis, não abortando suas complexidades é, descristalizar o olhar construído historicamente e perceber a poesia e a beleza que há em suas difíceis vidas, fruto também das condições materiais e sociais da realidade histórica na qual estavam inseridas.

O poder do estigma constitui-se de forma tão profunda, marcante e envolvente, que muitas vezes é absorvido como verdadeiro por quem é o alvo dele, por aquele que é inventado pelo próprio estigma, como por exemplo a própria prostituta, que em muitos casos se definia apenas como uma, sem perceber como o jogo de poder semântico lhe atravessava com uma tamanha intencionalidade. Não o percebe, pois o “*poder quase mágico da palavra em definir o real é introjetado, difunde-se, socializa-se e pode ser incorporado pelos próprios habitantes*”<sup>81</sup> da cidade, é o que nos mostra, Ivaldo Inácio Gomes no dia 12 de outubro de 1975 nas páginas do jornal Vanguarda.

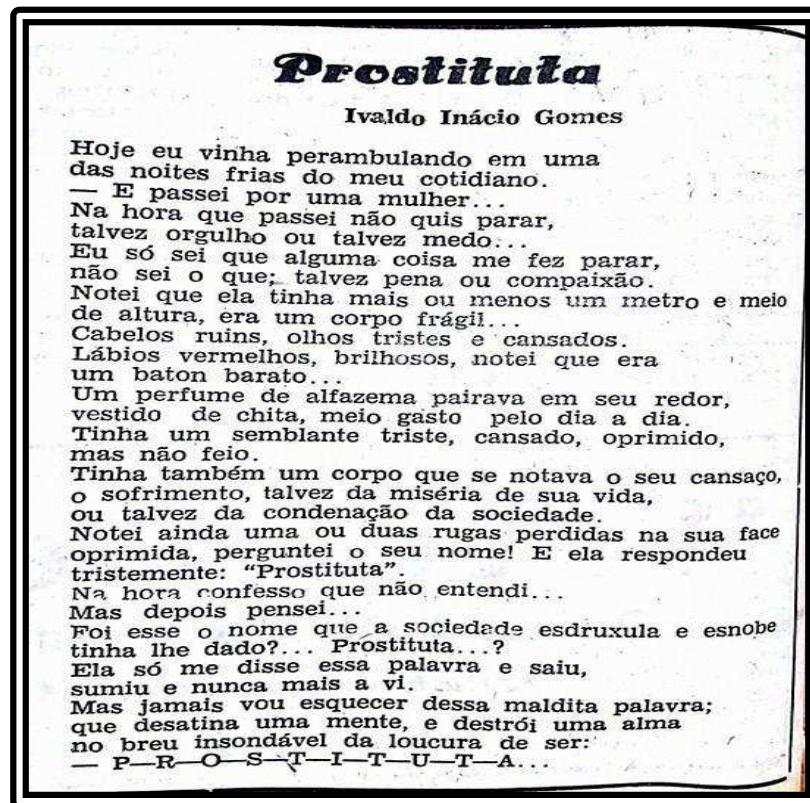
O seu texto, relato de uma experiência, confirma o que aqui dissemos. Observemos o texto abaixo com atenção.

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>80</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 36.

<sup>81</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. bras. Hist. vol. 19 n.37 São Paulo Sept. 1999, p. 3.



### Texto 2.

**Fonte:** Jornal Vanguarda de Caruaru-PE, fundado em 1932 e em circulação até os dias de hoje.

Data: 12 de outubro de 1975.

E era exatamente contra esse ser intitulado e rotulado de prostituta que boa parte da sociedade caruaruense nos anos de 1970, dirigirá e canalizará seus esforços para a retirada dessas mulheres do “coração” da cidade que se pretendia moderna, para um outro espaço bem mais afastado e escondido nos territórios da “Princesa”. Uma cidade que se pretendia moderna, não poderia aceitar tais agentes de “problemas” em seus espaços mais centrais e visíveis.

Elas não poderiam continuar no centro da cidade, visíveis, à mostra de nossos visitantes e da população de “bem”. Era necessário retirar a “zona do baixo meretrício” como eles chamavam a Rua Almirante Barroso, hoje Benjamin Larena, bairro Divinópolis, da visibilidade da cidade. Era necessário empreender um projeto “cirúrgico” que retirasse as prostitutas da rua já citada para um outro lugar que futuramente seria o Mocó.

Essa era apenas uma forma “bonita” e menos explícita de dizer que a sociedade caruaruense odiava aquele antro de perdição e devassidão que se localizava na Almirante Barroso. Era uma forma camuflada de excluir e marginalizar ainda mais aquelas mulheres, retirando-as de forma instantânea e autoritária para um lugar que só Deus saberia os seus futuros. Não bastava só a exclusão da cidadania, da alteridade, da não aceitação no mercado de trabalho formal, era necessário excluir também territorialmente.

Além de prostitutas, estas mulheres não deixavam de ser também o resultado daquela sociedade capitalista que as geraram com suas negações e privações as mulheres, ao sexo feminino. Se levamos em consideração as oportunidades de trabalho para a mulher no Brasil na década de 1960/70 que eram limitadíssimas, não só no número mas, sobretudo nos postos em que o feminino era aceito, e se pensarmos em uma cidade interiorana como Caruaru, e sob a Ditadura dos militares que impera no Brasil, vamos compreendendo como as prostitutas são em parte resultado da dinâmica histórica, das privações impostas pelas diferentes sociedades em seus mais variados períodos, mas, não é sempre assim no capitalismo, a sociedade produz seus próprios problemas e depois não os atribui somente a vontade humana e a meritocracia?

O próprio Aleixo Leite Filho, ambíguo em muitos momentos de sua escrita, na coluna *No Império do Sexo I* reconhece e nos diz que a prostituta é o resultado dessa sociedade “*mesquinha, que as produziu com seus preconceitos desumanos*”. Porém, como um homem de seu tempo, mergulhado em sua sociedade, cercado de representações e em grande parte conservador daquilo que cria, ele não poderia deixar de dizer o que estas mulheres representavam para esta sociedade, nos legando hoje a problematização do seu discurso.

Para o autor, elas serviam de mau exemplo as mocinhas de família que residem ao seu redor (a *Rua Almirante Barroso*), a mudança da “zona do meretrício” para o autor, era um problema que já vinha desafiando várias e “respeitosas administrações”. Seria 1973 o ano da vitoriosa e tão desejada mudança? Seria o prefeito João Lyra Filho o homem de coragem e “experiência comprovada” que traria a solução para a “devassidão” escancarada da rua da zona? Sobre a coluna *No Império do Sexo*, discutiremos o seu teor, com mais atenção no próximo tópico deste capítulo.

1973 era o ano da “cirurgia” urbana, da retirada a todo custo das prostitutas da rua Almirante Barroso para o Mocé. Era o ano da “resolução” de um antigo problema que já se estendia há muitos anos em Caruaru, enfatizará os jornais *A Defesa* e o *Vanguarda de Caruaru*. Existirá nesse projeto de “limpeza social”, nessa jardinagem social, uma ação conjunta de diferentes segmentos da sociedade para a efetiva transferência da zona do “baixo meretrício”, que no começo da pesquisa não tínhamos percebido ingenuamente:

- A delegacia, na figura do delegado; major Fernando Veras;
- A prefeitura, na figura do prefeito João Lyra Filho;
- O juiz da 1ª Vara, na figura do dr. Plácido de Souza;
- A imprensa local, e aqui destacamos os jornais A Defesa e o Vanguarda bem como sua função discursiva sobre o assunto, sobre as representações lançadas a sociedade por meio de seus escritos.

Os discursos que não deixam de ser representações, aqui assumem uma categoria de suma importância para a realização desta escrita, uma vez que os associamos a uma estreita relação com o poder e o saber. O jornal A Defesa (um jornal católico cujo o nome já nos diz muito) e o Vanguarda atuarão também nesse processo de transferência da “zona” para um outro local, através dos discursos, das representações.

Por isso, acreditamos como Chartier, para quem *“as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio.”*<sup>82</sup> O poder cultural é indispensável e fundamental a qualquer plano ou ação política.

Sem contar que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.<sup>83</sup>

Portanto, faz-se necessário uma análise atenta para a compreensão desse jogo de representações acerca da figura da prostituta e da prática da prostituição em Caruaru na década de 1960/70, é preciso vinculá-las inseparavelmente de quem as produz, no nosso caso aos escritores do jornal A Defesa- pertencente a diocese de Caruaru, o Jornal Vanguarda- pertencente a uma elite cidadina e política da cidade- os Lyra, os anais da câmara dos vereadores e algumas obras literárias de escritores caruaruenses. Todo discurso parte de um lugar, o lugar social de quem o produz, muito nos revela, muito nos conta o *topos* social dos discursos.

---

<sup>82</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editorial, 1988, p. 17.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 17.

Pois os discursos como sabemos, possuem uma intencionalidade, procuram atingir uma finalidade, eles são ideológicos, daí a análise cuidadosa. É preciso que compreendamos estes discursos, não simplesmente como verbosidade ou como a reprodução de um pensamento elitista e moralista de determinados grupos residentes e atuantes na *urbe*, mas, antes de tudo, precisamos atentar para as relações que existem entre os discursos produzidos e as relações tanto de saber como de poder que atravessam as palavras, os enunciados e até mesmo os muitos “não ditos”, como nos alerta Foucault em sua obra *A ordem do discurso*.

Há neste fazer, um embate discursivo, um jogo de verdades que tentam se efetivar pelas representações no meio urbano, direcionadas sempre pelo grupo dominante que as forjam, que a todo custo tentam impor como consenso, como “universal” o que é ser prostituta em Caruaru, seu lugar na sociedade, sua identidade e as implicações futuras da permanência de tais mulheres no centro urbano.

Os jornais discursam sobre a prostituta, isso é fato. O problema se apresenta para nós no modo como entenderemos estes discursos, que não deixam de ser um embate discursivo, um confronto, uma relação tanto de poder e saber juntos, uma batalha de discursos e através de discursos, travados dentro da cidade.<sup>84</sup> É preciso sem sombra de dúvidas tentar perceber o que “*o discurso pode ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.*”<sup>85</sup>. O que pretendiam com tais enunciados repentinos de transferência dessas mulheres-prostitutas para um outro lugar? Que outros projetos de cidade e urbanização atravessavam aquelas simples “notícias”? Que grupos econômicos seriam beneficiados com a “limpeza” da *Rua Almirante*?

É preciso desvendar o que pretendem com estes discursos as elites cidadinas, que se arrogam o direito de “pintarem” as prostitutas com as cores mais falhas e precárias da sociedade. Partindo de um *topos social*, dizem o que creem ser a prostituta, bem como sua posição de “decaídas” da “boa sociedade”.

Buscam pelas representações criar a ideia de uma cidade de “boa moral”, dos “bons costumes”, em que a prostituta não faz parte dela, projeta-se na figura da prostituta o oposto de todos estes atributos. Ela torna-se, portanto, um mal-estar no cotidiano da “Princesa do Agreste Pernambuco” e, também no imaginário da população.

Acreditamos assim como Foucault que:

---

<sup>84</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 12-13.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 5.

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos... Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.<sup>86</sup>

Compreendemos, portanto, que as múltiplas representações, construídas em determinados espaços acerca de seus mais diversos atores sociais, sobretudo por quem detêm o poder do discurso e do poder na *urbe*, o usa como mecanismo de domínio cultural, político e ideológico, influenciam decisivamente na construção dos projetos empreendidos para a *urbe*, que em muitos momentos estão diretamente ligados ao processo de exclusão, percepção e classificação.<sup>87</sup>

Com isso não queremos afirmar que qualquer proposta discursiva, utilizada por aqueles que estão a governar a cidade, através do poder público seja tomada como um mecanismo a compor exclusão e marginalização de diferentes atores sociais, apenas chamamos a atenção para essa estreita relação existente entre discurso, poder e intencionalidade, o que é por exemplo verificável aqui em nossa trama histórica, sobre práticas condenáveis de prostituição.

Sobretudo, se levarmos em consideração as aspirações da cidade de Caruaru-PE em fins dos anos 1960 e início de 1970, de se tornar uma cidade “moderna”, desenvolvida, industrializada e modelo para as demais cidades do Agreste, como nos mostra o jornal A Defesa, não só pela elite política, mas também por pessoas comuns do cotidiano, que acreditavam em “dias melhores” para a cidade.

---

<sup>86</sup> Ibidem, p. 10-11.

<sup>87</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 40.

## 1-4. PROJETOS DE CIDADE, CAMINHOS DE EXCLUSÕES.

**N**um um processo de seleção do que é considerado bom na e para a cidade, podemos afirmar que a figura da prostituta não será cogitada a entrar nesse *ranking*, porque logo são identificadas como o oposto de uma “moral” dominante e de um padrão civilizacional, como a “desordeira”, “destruidora” das famílias e a perturbadora dos espaços públicos urbanos.

Desde os tempos em que o Brasil era uma colônia de Portugal que as prostitutas foram definidas com os piores atributos encontrados em nosso universo de palavras, na maioria das vezes foram vistas e apontadas como um dos “maus da sociedade” e, como a representação da decadência moral nos trópicos, como nos conta a historiadora Mary Del Priore em suas obras: *História do Amor no Brasil* (2012, 3.ed.) e *Ao sul do corpo* (2009).

Uma cidade como Caruaru, que estava “caminhando” para o desenvolvimento ou para a pretensão de um desenvolvimento, nas décadas de 1960/70, não podia conviver tranquilamente com este tipo de ser social que destoava de um projeto urbanístico “saudável” e de um padrão moral pensado para a *urbe*. Era preciso se afastar desse “mal-estar” civilizacional causado pelas prostitutas, era necessário mantê-las fora do ritmo das transformações que conduziriam a cidade ao desenvolvimento almejado por suas elites.

As décadas de 1960/70 em Caruaru foram um período de agitação e mudanças; no âmbito educacional estava surgindo a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru- FAFICA, o Colégio Diocesano de Caruaru, nos meios de comunicação a cidade ganhava mais uma rádio: a rádio Liberdade, noticiada no jornal A DEFESA no dia 10 de outubro de 1964. Estavam a surgir novos hotéis na cidade e outros já se encontravam em construção para atrair mais turistas e comerciantes que por aqui passavam. Esses eram indícios de progresso e modernização que deveriam ser levados adiante, se assim pretendesse a “Princesa do Agreste” chegar a tempos mais modernos. Esses eram pequenos exemplos da agitação desses “novos tempos”.

No dia 12 de setembro de 1964 no jornal A DEFESA, o comentarista de uma coluna intitulada: A Cidade por Dentro – Edvaldo Barros – fazia uma crítica ao apego da permanência da tradição entre a população, alegando que este apego a tradição atrapalhava o progresso da cidade que se pretendia moderna. Era um período de reflexões e questionamentos sobre os espaços da cidade, sobre sua urbanização e desenvolvimento. Vejamos um trecho da matéria:

O plano urbanístico da nossa cidade ainda está vivendo o aspecto arcáico do vilarejo. Da cidadezinha que se projetou fazendola- ganhou fama de habitação, porém conserva ainda u’a maneira importuna não condizente com a mentalidade de nossos

tempos. [...] A cidade nunca poderá alcançar seu objetivo, se continuarmos nessa marcha de “matutos”, de milionários retrógrados que não ambicionam um palmo acima da cabeça. Olhemos o amanhã com otimismo meus senhores”<sup>88</sup>

Percebemos, assim através da fala do comentarista, uma crítica veemente a permanência da tradição na mentalidade da população caruaruense, que foi comparada segundo o próprio autor da matéria como “matutos”, pois ainda não haviam despertado e atentando para o novo tempo de desenvolvimento que se instalara na Princesa do Agreste. Era uma crítica e ao mesmo tempo um pedido, para que a população estivesse aberta ao que ele considerava como sendo o novo e o moderno.

Nesse mesmo ano de 1964, ano do golpe militar, foi visível a ação do prefeito Drayton Nejaim, promovendo algumas mudanças no bairro do Vassoural e sobre o bairro do Salgado, sendo noticiadas tais ações no jornal A DEFESA no dia 26 de setembro do mesmo ano. Essa cidade que se pretendia moderna, também deveria ser limpa e higienizada, era o que dizia o discurso do Dr. Luís Pessoa, afirmando que a “Capital do Agreste” pernambucano fosse vista com bons olhos, por seus habitantes e por seus visitantes.

Na cidade que aspirava ao progresso, na cidade dos discursos de modernização, dos discursos de uma moral única, até o saber médico interferia nos seus assuntos, uma vez que o Dr. Luís Pessoa não era um urbanista ou um secretário de obras, mas estava aliado a um projeto futuro de cidade pensando pelos grupos políticos citadinos. Entenda-se por elite citadina aqui neste texto, a prefeitura da cidade e seus agentes administrativos e alguns grupos econômicos ligados à máquina pública municipal.

Essas articulações acontecem visando um “bem comum”, uma intencionalidade, como explicitou Magali Engel em seu livro *Meretrizes e Doutores*, ao fazer uma análise do saber médico sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. A demonstração da tese da historiadora nos mostra que existia um combate articulado, declarado a tudo aquilo que fazia a cidade “feia” ou “desajustada”, entre os muitos agentes desajustados e feios, estavam às prostitutas. Em Caruaru, o discurso do Dr. Luiz Pessoa era a fala oficial da “ciência” pronta a sanar aquilo que era prejudicial à saúde da cidade princesa, pois elas eram “infectas” e como contagiosas deveriam por meio de práticas e ações públicas serem tratadas.

Ao mesmo tempo em que se noticiava os pretensos avanços da “Princesa do Agreste”, o jornal A DEFESA não deixava também de noticiar os avanços e recuos dos prostíbulos e conseqüentemente

---

<sup>88</sup> A DEFESA, 1964, p. 3.



das prostitutas na cidade, mesmo que não aceitassem tal prática, não deixavam de discursar sobre o assunto, o que hoje nos permitiu tomar como fonte, reflexão e interpretação.

As elites cidadinas tentavam a todo custo encontrar possíveis formas de dar um jeito nesse assunto tão melindroso e desagradável para seguimentos da sociedade caruaruense. E no ano de 1973 parecia que aqueles que escreviam no Vanguarda e no A Defesa acreditavam na nova gestão do prefeito João Lyra Filho, aquele homem que daria fim ao atraso daquela cidade e resolveria antigos problemas que já existiam há muito, um deles era a “zona” de prostituição instalada *na Rua Almirante Barroso*.

É perceptível nesta trama, que os projetos urbanos, de (re) organização dos espaços urbanos condensam enunciados de exclusão, de segregação, uma vez que são atribuídos a determinados atores sociais a culpa de certos problemas existentes nos espaços da cidade, e como causadores de “problemas” devem ser combatidos e afastados dos espaços urbanos mais centrais, como se fez em 1973 com as prostitutas residentes na rua *Almirante Barroso* e adjacências.

Olhemos um trecho da matéria exibida no dia 06 de Janeiro de 1973 no Jornal A DEFESA, através do comentarista Aleixo Leite Filho:

Acredita-se, entretanto que o novo prefeito João Lyra Filho, homem de experiência comprovada e confirmada por uma administração anterior, conhece bem os problemas da Rua Almirante Barroso. É de se esperar que tenha em sua agenda a maneira como resolver este caso [...] Se aqui estas forças se mostrarem insuficientes que se busque, lá fora, os moldes das soluções aplicadas em cidades mais civilizadas que já passaram por este crivo [...] afim de que estas infelizes não continuem, incaridosamente, servindo de mau exemplo as mocinhas das famílias que residem em seu redor. A mudança da zona do Meretrício para, local mais reservado é problema que vem desafiando várias e respeitadas administrações”<sup>89</sup>

Partindo da análise, dos comentários do Aleixo Leite Filho vamos compreendendo que a exclusão, ou melhor, as exclusões produzidas dentro da cidade estão quase sempre atendendo ao querer de uma elite local que ver nestes agentes “indesejáveis” (a exemplo das prostitutas) um dos motivos do “mau” funcionamento da *urbe*. É preciso culpar alguém por esse atraso, pelas mazelas do corpo social, desajustado, desorganizado.

---

<sup>89</sup> A DEFESA, 1973, p.5.

Atendendo a uma suposta lógica de progresso e desenvolvimento, as elites dominantes sempre apostam na prática da exclusão social camuflada, excluir, eis aí uma prática de raízes longínquas, porém, verificável sempre nos núcleos urbanos, sobretudo, quando do (re) ordenamento do espaço público, exemplo dado pela historiadora Michelle Perrot no seu livro *Os excluídos da história* e pela historiadora Sandra Pesavento no seu livro *Uma outra cidade*.

No livro *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*, Pesavento nos dar o exemplo da Porto Alegre- RS do século XIX, mostrando-nos através de sua geografia da exclusão, as diferentes representações criadas e projetadas sobre esses atores sociais “indesejáveis”, lançando-nos *insights* sobre o viver citadino desses grupos, e aponta-nos historicamente onde estão alojados nas cidades esses chamados excluídos, ou causadores do “mal-estar” social, na visão das elites. Que vão contra um determinado princípio de “ordem” e coesão do corpo social. Daí a prática da representação ligada diretamente à exclusão.

Não foi isso que se pensou e projetou para Caruaru nos anos 1970, mais especificamente em 1973? O que seria a transferência das “meninas trelosas” para um outro lugar da cidade sem a mínima condição de habitabilidade? Um lugar sem iluminação adequada, e água, seria a ausência da luz um convite ainda maior para a “invisibilidade” social?

Por que discursaram os jornais A Defesa e Vanguarda durante todo esse período de tramitação até a mudança da “zona” e, após a consumação do fato calaram-se? Já teriam cumprido sua função/missão discursiva? Em que condições viveriam as prostitutas da Almirante Barroso em seu futuro novo lar? O que as esperavam no Mocó? Vejamos como se deu o acontecido.

## 1-5. PROJETOS DE EXCLUSÃO: A TRANSFÊRENCIA DA “ZONA DO BAIXO MERETRÍCIO”.

*A mudança, tão decantada aos quatro ventos da ZONA DA RUA ALMIRANTE para local adequado, não deixa de ter seus melindres, requer suas cautelas, tanto de relações públicas e entendimento de comunitarismo. Às vezes, muito atropeladamente, apontam soluções vexatórias, escudados por trás de uma demagógica medida de “sanidade moral”... ou outra qualquer rotulagem parecida e que se presta a encobrir violências, que deixam as coisas piores do que estavam.<sup>90</sup>*

**3** de fevereiro de 1973, um primeiro discurso. O primeiro de alguns que ainda viriam neste mesmo ano, publicados nos jornais A Defesa e o Vanguarda, sobre a transferência do “baixo meretrício” para um novo lugar da cidade. Quem o faz é o escritor e professor Aleixo Leite Filho, na coluna intitulada *No Império do Sexo*<sup>91</sup> parte V. Eram os primeiros indícios do que, mais tarde aconteceria com as prostitutas da rua *Almirante Barroso*. Nos dois jornais analisados, esse será o primeiro comentário no tocante a mudança, que não podia mais esperar.

O autor da matéria, aparentemente mostra-se preocupado com o futuro dessas “infelizes” habitantes do “antro” de perdição, a citação que abre esta discussão nos deixa isso visível, quando ele afirma que tal assunto tem seus melindres, e que é preciso cautela na tomada das decisões públicas, ele tinha razão quanto a isso.

Dizemos uma aparente preocupação, pois o mesmo autor é aquele que discursará de forma preconceituosa e desumana sobre as mesmas prostitutas, na coluna de sua autoria: *No Império do Sexo*, muitas vezes atribuindo as estas mulheres os piores adjetivos possíveis, sem contarmos que para o autor, a *rua Almirante Barroso* é em todos os sentidos um nojo, uma vergonha, uma sujeira, é

<sup>90</sup> A DEFESA, 3 de fevereiro de 1973.

<sup>91</sup> No Império do Sexo foi uma série de comentários tecidos em torno da prostituição em Caruaru no ano de 1973, mas, especificamente sobre a *Rua Almirante Barroso* pelo escritor e professor Aleixo Leite Filho. Essa série de comentários foi escrita e publicada pelo jornal A Defesa sendo dividido em oito partes, tendo início em 06 de janeiro de 1973 e sendo concluída em 23 de fevereiro do mesmo ano.

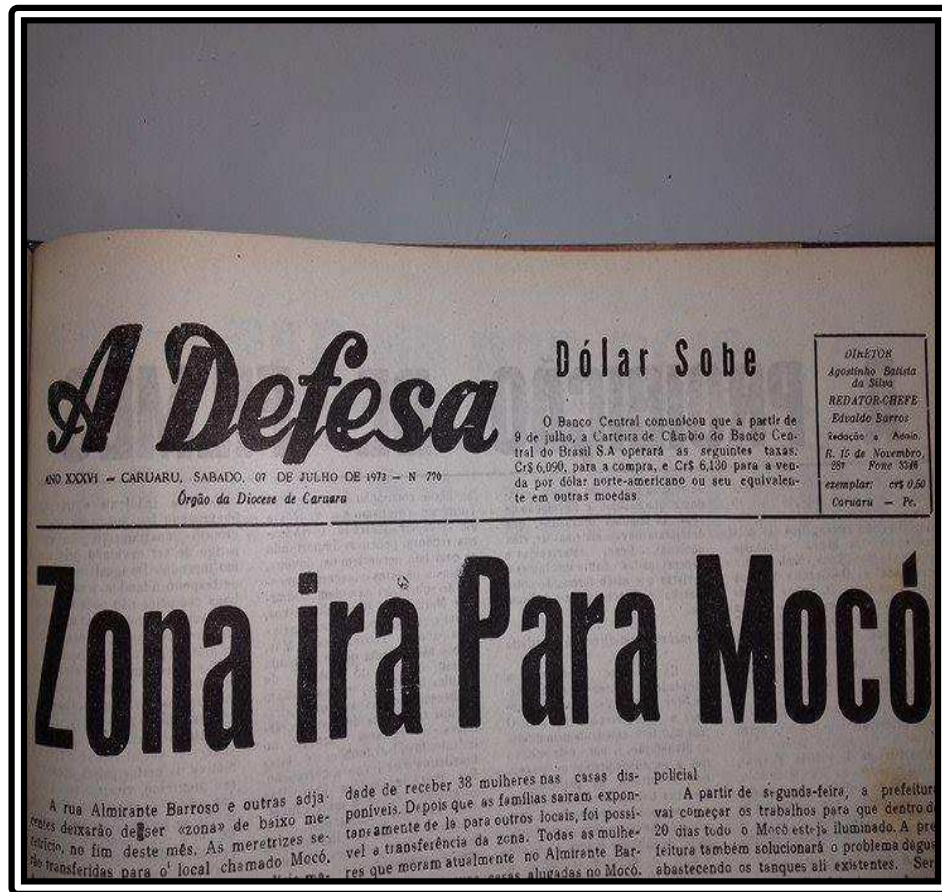
depravada, decaída, é mau exemplo à cidade, é uma rua doente e, portanto, como uma rua doente, ela precisava de cura.

A cura para aquela rua “doente”, “condenada”, seria a retirada destas mulheres do “coração da cidade”? Ou seria melhor a extinção total delas? Como a segunda opção é quase impossível, talvez a primeira já fosse de bom tamanho aos anseios do autor e as forças as quais estava ligado. De fevereiro até o mês de julho de 1973, um silêncio. Uma quietude. Uma calma nos discursos. Durante este período de tempo nada mais se diz sobre a possível transferência da “zona” da *Almirante Barroso* para o futuro Mocó nos jornais *A Defesa* e o *Vanguarda*.

Será que por algum momento as prostitutas residentes na “rua da zona”, não pensaram que as autoridades locais tinham esquecido aquele assunto e, portanto, as deixariam em paz, sem causar-lhes temor quanto a suas situações no presente e no incerto futuro que se delineava? O tempo responderia esta simples e ao mesmo tempo complexa questão.

- Março.
- Abril.
- Maio.
- Junho.
- Julho.

Após, basicamente cinco meses sem nada ser dito pelos jornais, sobre a transferência daquelas “decaídas”, no dia 07 de julho, o jornal *A Defesa* publica em suas páginas novas informações, sobre a trama da exclusão, cognominada de “transferência”, nos legando mais subsídios para o entendimento dessa história. Dizia assim a notícia em letras garrafais: **Zona ira Para Mocó.**



### Texto 3

*Fonte: Jornal A Defesa- 07 de julho de 1973. Acervo pertencente ao núcleo de pesquisa-NUPESQ, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru -FAFICA.*

A notícia tão esperada, tão aguardada há anos, ganha destaque na publicação do jornal A Defesa, era um dia desses de sábado de 1973. Aquele enunciado era para muitos a esperança de que aquelas mulheres “imundas” deixariam o centro da cidade, elas desobstruiriam as artérias centrais da *urbe* com sua tardia saída. Ou era agora ou, não seria nunca mais, pois como já havia dito antes, outros comentadores, aquela situação problemática já atravessava várias “gestões respeitosas. ”

A matéria do dia 07 de julho de 1973 não aparece assinada com o nome de ninguém. Não há nomes no fim da notícia. Trazemos essa informação, porque infelizmente não poderemos dar nome aos bois com relação a esta escrita, mas, independentemente de quem a escreveu, pareceu escrever com muito entusiasmo, alegria e talvez satisfação, é só observarmos a última frase da notícia.

Quem a escreveu, redigiu de forma tão mecânica e pontual que parecia ter a certeza de que as coisas aconteceriam exatamente do jeito que estavam sendo ditas ali na matéria. Como se tudo já estivesse sido esquematizado e traçado anteriormente, planejado. E não estava? Há nos discursos oficiais alguma falta de intencionalidade, sobretudo, quando eles estão em parceria com as

autoridades cidadinas? Certamente que não. Há na narrativa um início, um meio e um fim no que se refere a transferência das prostitutas da *Almirante Barroso* para as redondezas do Mocó.

Há uma insensibilidade, fruto da ausência da alteridade, por parte de quem escreveu a matéria ao olhar a figura da prostituta, habitante da rua *Almirante Barroso*, que é pensada ali naquelas linhas, como um objeto qualquer apto a ser transportado de um lugar para o outro, como coisas em mudança. Elas foram vistas apenas como um “problema”, mas, não eram também humanas aquelas mulheres?

Elas são vistas e entendidas como coisas, coisificadas por sua prática “imoral” e “ordinária”, pela “podridão” de suas práticas, daí o olhar de desprezo por parte de quem escreve. O discurso é duro, metódico, taxativo, não há em momento algum uma preocupação social ou uma discussão com relação ao futuro daquelas pobres mulheres, muitas vezes cansadas da vida que levavam. Dizemos pobre em seu duplo sentido literalmente, pobres pois desprovidas de bens materiais sobrava-lhes a pequena renda advinda da “zona”, pobres porque só podiam em muitos momentos contar consigo mesmas.

A matéria começava informando a população da época e agora a nós, que a retirada dos cabarés da rua *Almirante Barroso*, foi por determinação do “delegado major Fernando Veras” em consonância com o dr. Plácido de Souza- juiz da 1ª Vara- para quem a referida rua é um “palco de desordens, criminalidades, deboche e arruaças”, informações estas contidas em um ofício que envia as autoridades policiais de Caruaru.

Entendemos aqui a palavra “transferência” como uma palavra que mascara a real intenção da ação conjunta de diversas instâncias da cidade: a limpeza social, tendo como sobrenome a exclusão. A ordem das coisas era clara: elas, as prostitutas deveriam se tornar mais “invisíveis” em Caruaru, embora continuassem a servir de objeto de procura e prazer para aquelas coisas... vocês sabem. Desde que estivessem longes das artérias centrais, dos olhos dos “cidadãos de bem”. O “pecado” não podia permanecer no centro, mas pouco importava se ele fosse periférico, já não eram aquelas mulheres?

Segundo o jornal A Defesa deste dia, a prostituição e conseqüentemente as prostitutas eram um “grave problema dentro da bela cidade, cognominada *Capital do Agreste*”, portanto não combinariam com a modernidade e a beleza pensadas para o município. Elas eram seres destoantes de um *ethos* pensado pelos “donos da cidade”- uma elite política e econômica- para o ideal de cidade e sobretudo, de mulher.

A prostituta foi em muitos momentos históricos, uma afronta ao ideal civilizatório pensado para cidade e para a mulher, mas paradoxalmente é como se ela fosse necessária em certa medida na mesma sociedade, que a recrimina, pois, a partir dela projeta-se seu oposto, a mulher “decente”. Ela,

a prostituta, trazia em si a ideia de liberdade, de independência, de rebeldia, daí ser também indesejável e combatida, pois rompe com uma certa lógica machista de dominação sobre a mulher, que deveria sempre estar pronta para obedecer.

Elas foram seres destoantes de um *ethos* pretendido universalmente pelo Ocidente cristão para a figura da mulher. Elas não se enquadravam nas atribuições da mulher “decente”, da mãe, que ensinaria aos filhos a educação do “*espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas.*”<sup>92</sup>

Elas não eram casadas, não tinham um casamento, aquilo que desde a Colônia era tão prezado pela Igreja Católica para a mulher. O casamento era muita coisa. Bem mais no passado do que nos dias atuais ele já foi o “*divisor entre a casa e a rua... ou entre esposas e as outras.*”<sup>93</sup> Como não eram casadas, eram, portanto, a outra, as outras. A outra que não correspondia aos ideais “*definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento, em 1545*”<sup>94</sup>, para a mulher e para a família, implantados aqui desde a chegada do colonizador português.

Jamais seriam a mulher “santa mãezinha”<sup>95</sup>, pensada e idealizada pelo mundo cristão do Ocidente, pois eram “públicas”, da rua, viviam na “devassidão moral”, eram mulheres de muitos homens, por isso jamais seriam respeitadas. Elas estavam mais para Eva do que para Maria, “*o modelo ideal era Nossa Senhora. Modelo de pudor, severidade e castidade.*”<sup>96</sup>

Eram o alvo de pedras discursivas, como o faz estes escritores caruaruenses que temos observado. Foram também na história da humanidade o alvo literal de pedras, ou nos esquecemos da sociedade do tempo de Cristo que veementemente escondidos por trás de suas roupas de hipocrisia, queriam apedrejar aquela mulher contada nos evangelhos e não condenada pelo mesmo Cristo? A mulher adúltera, logo prostituta.

Eram no imaginário de muitos o que havia de pior no mundo feminino, seja na Colônia, no Império ou República, nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo ou nas pequenas como Caruaru, eram seres desejáveis indesejáveis.

---

<sup>92</sup> DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013, p. 11.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>95</sup> Expressão usada pela historiadora Mary Del Priore em vários de seus livros, para se referir ao modelo de mulher, pensado e projeto pela Igreja Católica, qualquer mulher que destoasse dos padrões oficiais do “ser mulher”, inicialmente na Colônia e posteriormente em toda nossa história, era sempre a mal falada, a outra, a prostituta.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 12.

## Segundo Del Priore:

Existindo como o negativo atraente e ameaçador da família, as mulheres públicas foram descritas com todos os vícios, pecados e excessos que se atribui a uma profissão exercida [...] a prostituta estava associada à sujeira, ao fedor, à doença, ao corpo putrefato. [...] Ameaça para os homens e mau exemplo para as esposas, a prostituta agia por dinheiro. E por dinheiro colocava em perigo as grandes fortunas, a honra das famílias. Enfim, era o inimigo ideal para se atirar pedras.<sup>97</sup>

A transferência dessas “infelizes” para um outro local da cidade, que não o centro, precisava ser legitimada e para isso a pesquisa embasada na vontade de verdade de quem a faz entra em jogo. Segundo o jornal A Defesa, o major Fernando Veras fez um levantamento “objetivando uma solução satisfatória para o grave e difícil problema” da rua Almirante Barroso.

Perguntamo-nos aqui, satisfatória para quem? Em que aspectos seriam beneficiadas essas pobres mulheres, vítimas também da sociedade capitalista que as produziu com os seus muitos egoísmos? Foram consultadas sobre o que queriam para suas vidas futuras? Qual real apoio teriam, caso a transferência de fato ocorresse?

Segundo a investigação do major no jornal A Defesa, que também será mais tarde noticiada no Jornal Vanguarda em 29 de julho, na rua *Almirante Barroso*, na *Marquês de Tamandaré* e na *Vicente Monteiro* (adjacências da Almirante), existiam:

- 168 mulheres prostitutas;
- 135 são de outros municípios;
- 33 são de Caruaru;
- 98% delas são analfabetas e socialmente marginalizadas.

Fica visível assim, que a “zona” era bem conhecida por parte das autoridades. Era conhecida pelo conjunto de autoridades que estavam envolvidas nessa ação, nesse empreendimento social, nesse processo de jardinagem e carpinagem social. Havia uma mobilização entre:

- O delegado;

---

<sup>97</sup> DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011, p. 88-89.



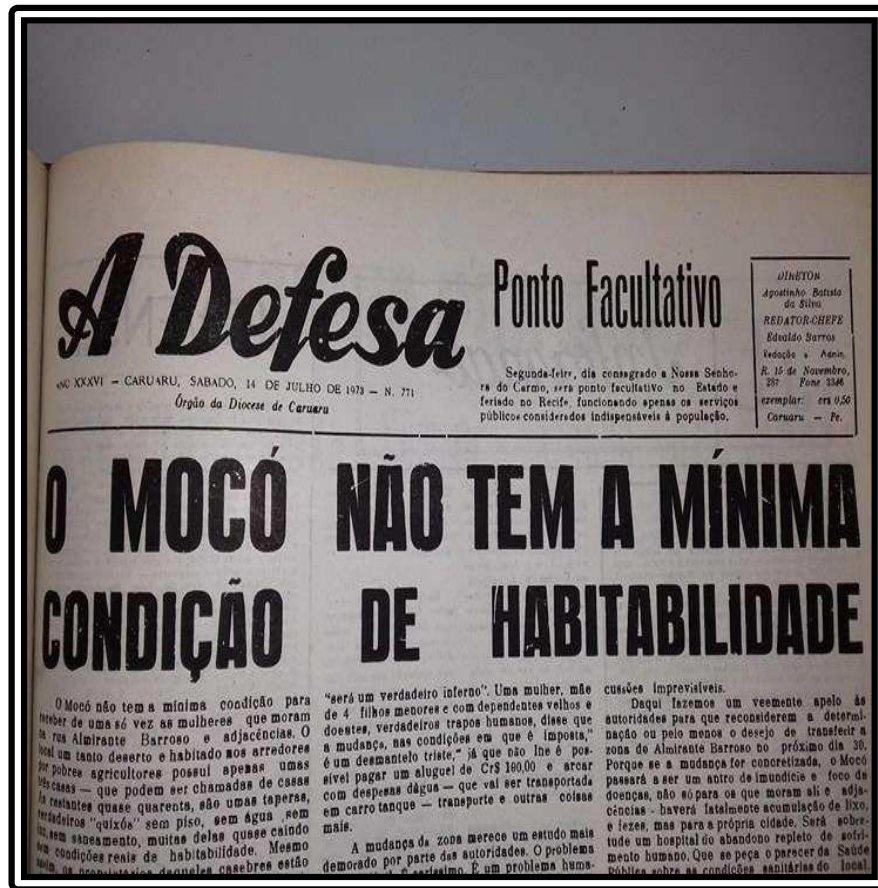
- O Juiz da 1ª Vara;
- O Prefeito;
- Os vereadores;
- E o discurso da população no cotidiano citadino.

É o que nos diz quem escreveu esta notícia, que havia um empenho coletivo para a concretização dessa ação. Seguindo a ordem das coisas, o texto da manchete deste dia, termina mentindo, passando para a população informações que não condiziam com a realidade do Mocó (o futuro local para onde seriam “transferidas” essas mulheres).

Afirmavam em suas linhas que o “Mocó foi o local escolhido, porque oferece melhores condições”, mentira esta que será desmanchada pelo próprio jornal, juntamente com o Vanguarda na próxima publicação em que as verdadeiras condições do bairro Mocó serão divulgadas, um lugar sem iluminação, sem água, sem a mínima condição de habitação.

O jornal conclui suas linhas sobre a transferência da “zona” com as seguintes palavras: “A 0 horas do dia 1º de agosto a rua *Almirante Barroso* deixará de ser a “zona de baixo meretrício” da Capital do Agreste”. Era um sonho que aparentemente começava a tomar forma, corpo, caminhos, “solução” e, pouco importava os meios que seriam utilizados para se alcançar tal fim.

Uma semana depois, no dia 14 de julho de 1973, outro dia de sábado, o jornal A Defesa pública, a continuação dessa história que aqui estamos a dissertar, sob o título:



#### Texto 4

**Fonte:** *Jornal A Defesa*- 14 de julho de 1973. Acervo pertencente ao núcleo de pesquisa-NUPESQ, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru -FAFICA.

Diferente do dia 07, a notícia do dia 14 de julho aparece registrada com o nome de alguém, o texto é de autoria de Agostinho Batista.<sup>98</sup> Há nesta matéria uma mudança significativa no discurso sobre a transferência da “zona” e do novo local para onde iriam as prostitutas, o Mocó. O modo como o escritor construirá o texto informativo é radicalmente oposto ao primeiro, mais compreensivo, mais sensível aos dramas humanos existentes naquela situação que se desenhava em Caruaru.

O discurso do dia 14 de julho destoa significativamente do discurso da semana anterior, em que o jornal celebrava e praticamente tinha por certo o “exitoso” trabalho de transferência da “zona do baixo meretrício”, o que nos leva a crer que a notícia do dia 07 não foi redigida pelo mesmo autor,

<sup>98</sup> Foi um respeitado professor de História da cidade de Caruaru, hoje já falecido. No jornal Vanguarda do dia 29 de outubro de 2011, na coluna opinião, um ex-aluno do professor Agostinho, o Carlos Pinheiro escreve um texto em homenagem ao seu mestre, exaltando sua sabedoria, sua responsabilidade com o ensino e a saudade dos tempos de escola.

pelo tom brando, compreensível, preocupante que a notícia nos passa, pelos questionamentos lançados, pelas falas de algumas prostitutas no próprio comunicado, revelando seus medos e temores.

O texto do Agostinho Batista nos traz uma série de reflexões. Sua narrativa começa desfazendo a mentira criada e inventada e não sem uma intencionalidade, no dia 07 sobre as condições de habitabilidade do lugar (bairro) chamado Mocó, para onde as prostitutas iriam.

Dizia o jornal **A Defesa em 07 de julho** sobre o bairro Mocó:

O Mocó foi o local escolhido, porque oferece melhores condições. De início tinha apenas a possibilidade de receber 38 mulheres nas casas disponíveis. Depois que as famílias saíram espontaneamente de lá para outros locais, foi possível a transferência da zona. Todas as mulheres que moram atualmente no Almirante Barroso já têm as suas casas alugadas no Mocó (Grifos nossos).

Disse o jornal **A Defesa em 14 de julho** por meio de Agostinho Batista:

O Mocó não tem a mínima condição para receber de uma só vez as mulheres que moram na rua Almirante Barroso e adjacências. O local um tanto deserto e habitado nos arredores por pobres agricultores, possui apenas umas três casas- que podem ser chamadas de casas. As restantes quase quarenta, são umas taperas, verdadeiros “quixós” sem piso, sem água, sem luz, sem saneamento, muitas delas quase caindo sem condições reais de habitabilidade (Grifos nossos).

Por que mentiu ou mentiram aqueles que escreveram sobre o mesmo assunto uma semana antes? Que vontade (s) de verdade (s) permeavam aqueles discursos aparentemente informativos? Qual era a real intenção de quem o fez? Não era apenas uma forma desesperada de querer transferir o “problema” da zona para um outro local, “invisível” aos olhos da “boa sociedade”?

Por que pintaram o Mocó na primeira notícia com as cores que ele não possuía, com as belezas inexistentes? Por que a real situação do bairro Mocó não foi descrito, ao que e a quem atendia aquele falseamento da realidade? Não era ele conhecido?

O Mocó não tinha de fato o mínimo de condição digna para receber as prostitutas “indignas” e, o jornal Vanguarda confirmará isso no dia 29 de julho em parte aquilo que foi dito por Agostinho Batista. Há portanto, nesse fazer discursivo, um jogo de verdades que se confrontam, que se

contradizem. Daí pensarmos estes discursos ou melhor, “*o jogo desses discursos, como armas, como instrumentos de ataque e defesa em relações de poder e saber.*”<sup>99</sup>

A matéria do dia 07 atendia a lógica do quanto mais rápido melhor, daí a construção retórica e falaciosa do bairro do Mocó como um lugar propício e adequado para aquelas mulheres de “vida fácil”, afim de que os olhos e ouvidos menos atentos pensassem ser legítima, portanto a transferência.

A matéria do dia 14, entretanto, desmancha ponto a ponto a construção mentirosa do Mocó, expondo-nos sua real situação material. O motivo real de tal desconstrução não o sabemos, porém podemos afirmar que este enunciado nos deixa claro as muitas intenções que permearam a construção do discurso do dia 07, que estava estritamente ligada a uma prática de exclusão e marginalização cognominada de transferência, palavra até bonita para ser usada quando não se era uma prostituta da *Almirante Barroso*.

Um fato interessante nos chama a atenção na matéria do dia 14 de julho, o escritor Agostinho Batista nos fala sobre o estado psicológico de nossas prostitutas, sobre seus medos e apreensão quanto a futura mudança. E em alguns momentos nos traz pequenas falas de algumas prostitutas entrevistadas na rua *Almirante Barroso*, fragmentos de seus desesperos.

“Enquanto isto, na rua Almirante Barroso, as mulheres estão desesperadas. A maioria está apreensiva, porque fatalmente irá passar mais fome e será jogada à rua com os filhos e familiares”. E não deveriam estar? O escritor continua agora trazendo três frases das próprias prostitutas para o seu texto, e agora para o nosso:

Para algumas mães de família que moram e sustentam os filhos, na zona, “porque é o jeito”, acham a mudança para o Mocó “uma coisa brusca”. Todas as mulheres entrevistadas acham que a zona deve ser transferida dali para outro local da cidade. Mas são contrárias à mudança dentro de poucos dias para o Mocó, pois lá “será um verdadeiro inferno” (Grifos nossos, A Defesa, 14 de julho de 1973).

Por meio da fala do Agostinho Batista ouvimos, ainda que de forma breve a voz de algumas prostitutas, sussurros de sua existência, a primeira deixando-nos claro que viviam na “zona” “*porque*

---

<sup>99</sup> FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013, p. 13.

*era o jeito*”, o jeito que encontraram/encontravam nesta sociedade capitalista excludente e desigual de se manterem vivas, alimentadas.

O caminho do meretrício era o caminho do sustento de muitas e de suas respectivas famílias, cujos membros muitas vezes segundo o autor da matéria, eram “já velhos e alquebrados”. A prostituição pode ser compreendida aqui como um meio de vida, como uma forma de subsistência, que não tem nada a ver com a análise moralista do julgamento.

Que não eram bem-vindas nos espaços mais visíveis da cidade, elas já sabiam. Transferir os cabarés da *Almirante Barroso* para um outro lugar, era até possível, pensável e realizável, mas, daquela forma “brusca”, e em tão poucos dias? Tratadas como bichos? Mas como já disse um Aristides Veras no jornal Vanguarda em 05 de agosto, elas iam se acostumar no Mocó, porque “*Mocó é bicho... e bicho com bicha, dá tudo certo.*”

Eram, portanto, em certas análises afastadas de sua humanidade, sua prática era mais discutível do que sua condição de ser humano excluído da “boa sociedade”, coisa típica das sociedades moralistas não só da modernidade, mas, de qualquer sociedade que se arroga a partir de uma moral absoluta o direito de dizer o que é o outro em tão poucas palavras, com dois ou três adjetivos.

“*Lá (o Mocó) seria um inferno*”, disse alguma prostituta na matéria, mas, de que importava suas opiniões, seus sofrimentos e medos, quando as decisões já estavam tomadas, ou quando os rumos de suas vidas já lhes escapavam? Já não eram suas vidas um “inferno”?

Quantas destas mulheres não choraram com toda essa situação de instabilidade e incerteza, ou pelo modo como foram tratadas? Será que não pensaram por um momento o que tinham feito de suas pobres e únicas vidas? Como sustentariam seus filhos? Para onde iriam de fato com a transferência dos cabarés da Almirante Barroso?

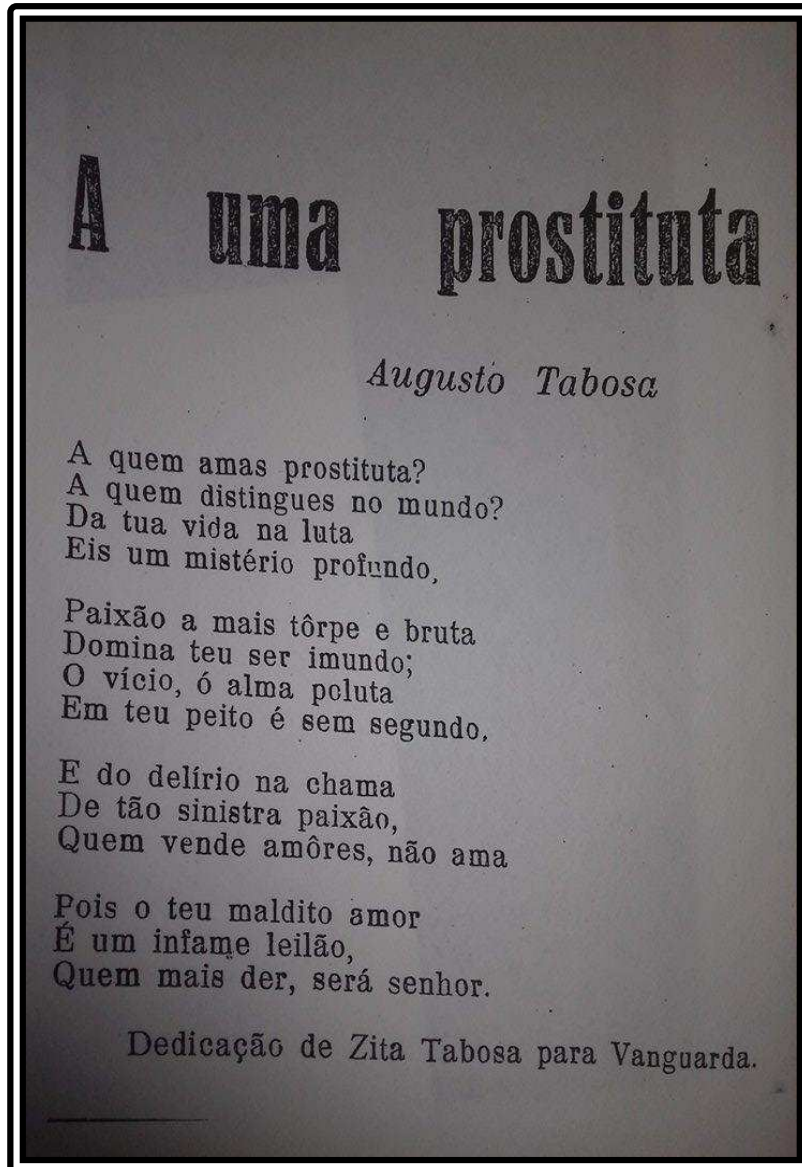
O Mocó era uma realidade concreta, ele existia, mas trazia consigo a incerteza de uma série de questões. Talvez para aquelas mulheres, é como se lhes faltassem o chão debaixo de seus cansados pés, agora pisavam apenas o chão da incerteza, da dúvida, da apreensão, da ansiedade, de saber quando tudo aquilo acabaria ou se acalmaria.

Não há dúvidas de que choraram, alguém chorou, não eram também humanas? Quem sendo humano em momentos de perturbação, incerteza e “desespero” como disse o Agostinho Batista na matéria não choraria? Lágrimas misturadas a pensamentos molharam as faces daquelas pobres mulheres, como nos disse o autor “com muitas lágrimas e com muito sofrimento”, talvez esta situação

tenha mostrado as prostitutas da *Almirante Barroso* sua “insignificância” na sociedade da qual eram frutos e sobretudo vítimas.

Essa discussão sobre como se encontravam nossas prostitutas no período da transferência, nos lembra o que escreveu com tamanha beleza Augusto Tabosa, no dia 28 de maio de 1972, um soneto sobre as prostitutas caruaruenses no *Jornal Vanguarda*.

Vejamos:



Texto 5

Fonte: *Jornal Vanguarda de Caruaru*, 28 de maio de 1972.

Muitas palavras utilizadas pelo autor da matéria nos transmitem a ideia de sentimentos, de sensibilidades, de emoções, daí pensarmos com cuidado e interpretarmos aquilo que a nós é mostrado pelos vestígios deixados pelo passado, não querendo apreendê-las tal qual aconteceram, pois isso seria impossível. Pois, acreditamos como a historiadora Sandra Pesavento para quem:

Recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio. [...] O mundo do sensível é difícil de ser quantificado, mas é fundamental que seja buscado e avaliado pela História Cultural. Ele incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo, ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos.<sup>100</sup>

As sensibilidades compõem também a história, os sentidos, os temores e medos humanos nos contam muito de uma sociedade, de uma realidade, de um tempo que já se escoou não mais existindo, mas, possível de leitura e interpretações a partir da pesquisa histórica e pelos rastros deixados, inscritos de alguma maneira na materialidade, por isso entendemos como disse Sandra Jatahy Pesavento, as sensibilidade como “*este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana que se encontra no âmago da construção de um imaginário social.*”

Agostinho Batista continua chamando nossa atenção com sua escrita, sobre as implicações da “transferência” sob aquelas condições. O autor diz que “a mudança da zona merece um estudo mais demorado por parte das autoridades”, ficando claro para nós o modo como foi pensado pelas autoridades locais aquela “cirurgia” espacial e urbana: de forma aligeirada, sem ser levado em consideração as muitas implicações desse processo.

Para Agostinho Batista:

O problema parece fácil. É seríssimo. É um problema humano de implicação social, econômica e religiosa [...] As mulheres que moram na Almirante Barroso, estão lá, não porque querem, mas porque são vítimas da fome, do analfabetismo, do desemprego, do desajuste familiar e que às vezes da maldade de muitos homens que

---

<sup>100</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades**. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, consulta em 12 maio 2017. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

só veem na mulher um objeto de prazer que depois de desfrutado deve ser jogado fora, mesmo que seja na rua da amargura (A DEFESA, 14 de julho de 1973).

Há nesta escrita do autor, uma tentativa de compreender o fenômeno da prostituição, para além das definições moralistas e religiosas que o jornal trazia até então. O escritor busca a compreensão da prostituição na cidade e sobretudo na Almirante Barroso como o resultado de uma série de coisas: “fome”, “analfabetismo” “desemprego” do “desajuste familiar”, ele não busca compreender tais mulheres e prática a partir de uma moral estabelecida, sobretudo, cristã.

Ele vê estas mulheres como vítimas e não apenas como “transgressoras” de uma ordem e de uma moral imperativa. Compreende-as como parte de um problema muito maior, gerado pela própria sociedade na qual estavam inseridas.

É preciso buscarmos esta explicação social, como nos aponta George Simmel e que de certa forma tentou fazer a seu modo o escritor da matéria. É necessário a compreensão do fenômeno da prostituição de forma ampla e global para evitarmos qualquer julgamento a partir de uma moral absoluta e, incorremos no erro do julgamento ao invés do entendimento do processo. Ao historiador cabe a busca pelo conhecimento e não o trono de julgamentos.

O autor continua a falar sobre a situação de vida destas mulheres: “as mulheres da zona, na sua quase totalidade, levam uma vida das mais difíceis e das mais humilhantes”, diferentemente daqueles que afirmavam que estas mulheres prostitutas eram “mulheres de vida fácil e alegre”, Agostinho Batista nos chama a atenção para a realidade da vida de tais mulheres, e usa dois adjetivos que muito nos dizem sobre suas vidas: difícil e humilhante.

Assim como Simmel, acreditamos que:

Nada mais falso do que chamar de garotas de vida alegre, essas infelizes criaturas e entender por aí que elas vivem efetivamente para a alegria: talvez para a alegria alheia, mas não decerto para a delas. Ou acaso se estima que seja uma delícia, noite após noite, em qualquer tempo- calor, chuva ou frio-, bater pernas pelas ruas para oferecer uma presa e servir de mecanismo ejaculatório ao primeiro indivíduo que aparecer, por mais repugnante que seja?<sup>101</sup>

Parece que o nosso escritor, Agostinho Batista, tinha compreendido o modo de vida difícil daquelas mulheres, havia nele uma preocupação para com as prostitutas e com as consequências

---

<sup>101</sup> SIMMEL, George. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 1-2.



daquela transferência aligeirada. Por isso ainda na matéria do dia 14 ele diz, lançando um pedido as autoridades:

Daqui fazemos um veemente apelo às autoridades para que reconsiderem a determinação ou pelo menos o desejo de transferir a zona da Almirante Barroso no próximo dia 30. Porque se a mudança for concretizada, o Mocó passará a ser um antro de imundície e foco de doenças, não só para os que moram ali e adjacências, haverá fatalmente acumulação de lixo e fezes, mas para a própria cidade (A DEFESA, 19773).

Talvez seu pedido não fosse ouvido, nem muito menos executado, porém sua preocupação e sua busca por uma explicação social para o problema da prostituição na cidade de Caruaru se tornaram visíveis através dessa folha do jornal A Defesa, rompendo em parte com todos os discursos de cunho religioso que foram feitos durante o ano de 1973. Ele enxergou a prostituta como ser humano, daí o seu diferencial.

E conclui a matéria nos dizendo: “a mulher mesmo na prostituição forçada, merece o nosso profundo respeito, porque muitas vezes é uma miserável mãe que sustenta os seus filhos e familiares com o heroísmo, com muitas lágrimas, com muito sofrimento”, em nenhum momento no ano de 1973 no jornal A Defesa alguém se dirigiu as prostitutas com atenção e pedindo respeito a elas.

Ninguém tentou compreende-las, em seus medos e angústias como Agostinho Batista, inclusive reconhecendo o heroísmo de tais mulheres ao sustentarem seus filhos com o dinheiro daquela prática “deplorável”.

Durante todo esse processo de transferência da zona do meretrício, noticiado pelo jornal A Defesa, Agostinho Batista só aparece escrevendo uma vez, exatamente no dia 14 de julho, mas essa sua publicação foi suficiente para nos elucidar sobre uma série de questões ligadas a “transferência”. As informações contidas e trazidas a nós por meio do jornal A Defesa no dia 14 de julho sobre nossas prostitutas encerram-se aí.

O dia 21 de julho de 1973, nos traria mais algumas informações sobre o próximo capítulo dessa novela intitulada de transferência da “zona do baixo meretrício”, da rua Almirante Barroso para o Mocó que parecia não ter fim.



### Texto 6

**Fonte:** *Jornal A Defesa- 21 de julho de 1973. Acervo pertencente ao núcleo de pesquisa- NUPESQ, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru -FAFICA.*

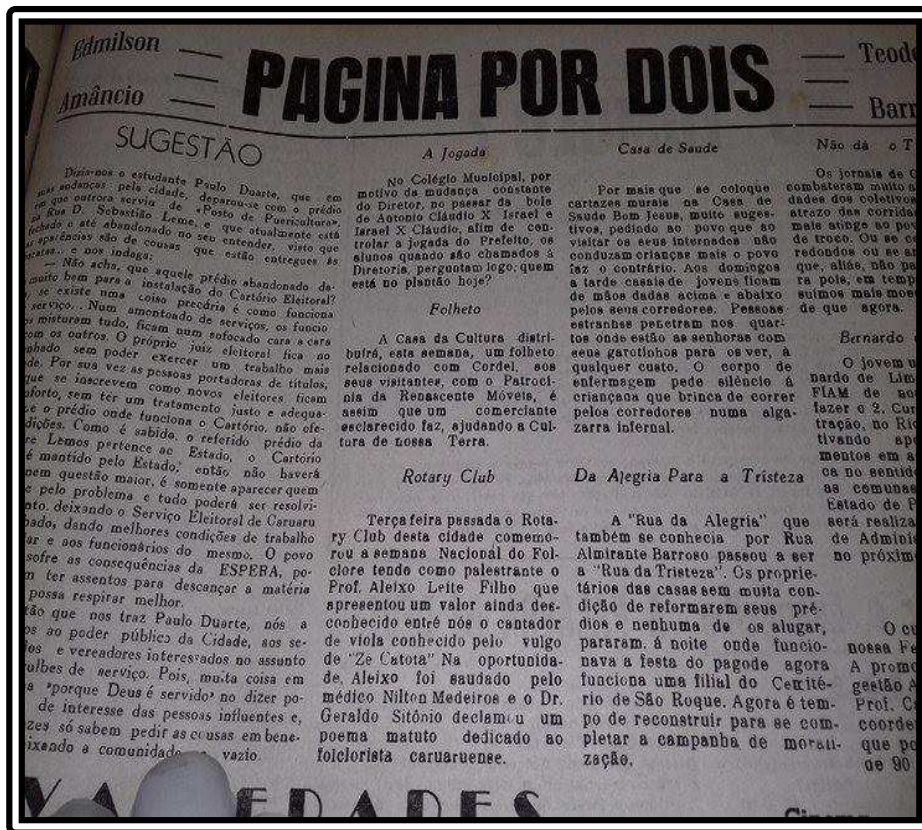
A notícia do dia 21 de julho, parecia atrapalhar a marcha em curso da retirada brusca das prostitutas caruaruenses de um espaço central e visível da cidade. Segundo o jornal a “transferência da “Zona” para o Mocó, não será possível no fim do mês”, no caso no dia 30 de julho conforme o previsto pela matéria anterior.

Será que o apelo feito as autoridades cidadinas na matéria do dia 21 por Agostinho Batista tinha surtido algum efeito? As prostitutas permaneceriam residentes na Almirante Barroso e adjacências ou, aquele assunto seria repensado pelas autoridades competentes?

Poucas são as informações contidas no noticiário do dia 21, sobre a transferência que não ocorreria no dia 30. A notícia que aparece mais uma vez sem autor, não nos diz os motivos pelos quais a transferência da zona do “baixo meretrício” não ocorreria, apenas dizia que “as autoridades locais está trabalhando incansavelmente” para “realizar os melhoramentos solicitados pela autoridade policial de nosso município”.

Mas, não estava tudo tão esquematizado e orquestrado de forma que tal transferência representaria a “resolução de um problema” para uma “cidade como Caruaru” desde a publicação do dia 07 de julho? Como agora o Mocó não tinha condições de comportar estas mulheres? Mentiram sobre as condições de habitabilidade do bairro Mocó? Certamente que sim. Por que mentiram/mentiam?

Após esta publicação do dia 21 de julho feito pelo jornal A Defesa, sobre a rua Almirante Barroso e a transferência da zona para o Mocó, apenas no dia 18 de agosto de 1973 o referido jornal soltará uma pequena nota sobre a “rua da zona”, na matéria intitulada de “Página por dois”, apenas nesse dia e em nenhum outro mais de 1973.



### Texto 7

**Fonte:** *Jornal A Defesa*- 18 de agosto de 1973. Acervo pertencente ao núcleo de pesquisa-NUPESQ, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru -FAFICA.

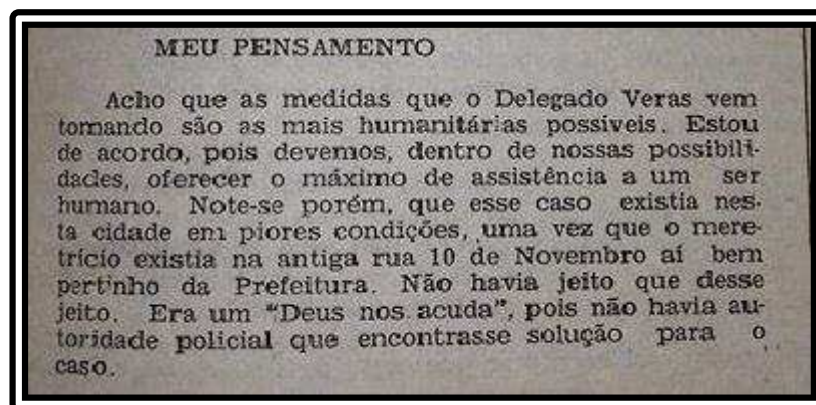
Aquela era a última vez do ano de 1973 em que A Defesa voltaria sua atenção para a prostituição em Caruaru. Se a transferência das prostitutas da Almirante Barroso, bem como se os cabarés iriam ou não para o Mocó, o jornal não noticia mais, não sabemos o motivo de tal

silenciamento. Até dezembro de 1973, nada mais será dito sobre nossas mulheres prostitutas. O jornal A Defesa calou-se. Calou-se sobre a prostituição em Caruaru, sobretudo na rua Almirante Barroso.

O fim dessa história, caberá ao jornal Vanguarda de Caruaru nos contar, em duas matérias na coluna intitulada *Nos Bastidores da Cidade*, escrita por Aristides Veras, rompendo o silêncio do Vanguarda em relação a transferência das prostitutas para o Mocó.

É exatamente no dia 29 de julho que pela primeira vez no ano de 1973 o jornal Vanguarda se pronuncia sobre o processo, por meio do jornalista Aristides Veras, que nos deixará claro o que pensa sobre a prostituição em Caruaru e conseqüentemente sobre aquelas mulheres “públicas” e, sobre a transferência do “baixo meretrício”.

Ele ressalta seu apoio as medidas tomadas pelas autoridades, bem como as decisões do “major Fernando Veras, responsável pela primeira Delegacia desta cidade”. E termina sua matéria com o seu “MEU PENSAMENTO” inclusive acreditando que aquelas medidas tomadas pelas elites cidadinas eram “humanitárias”.



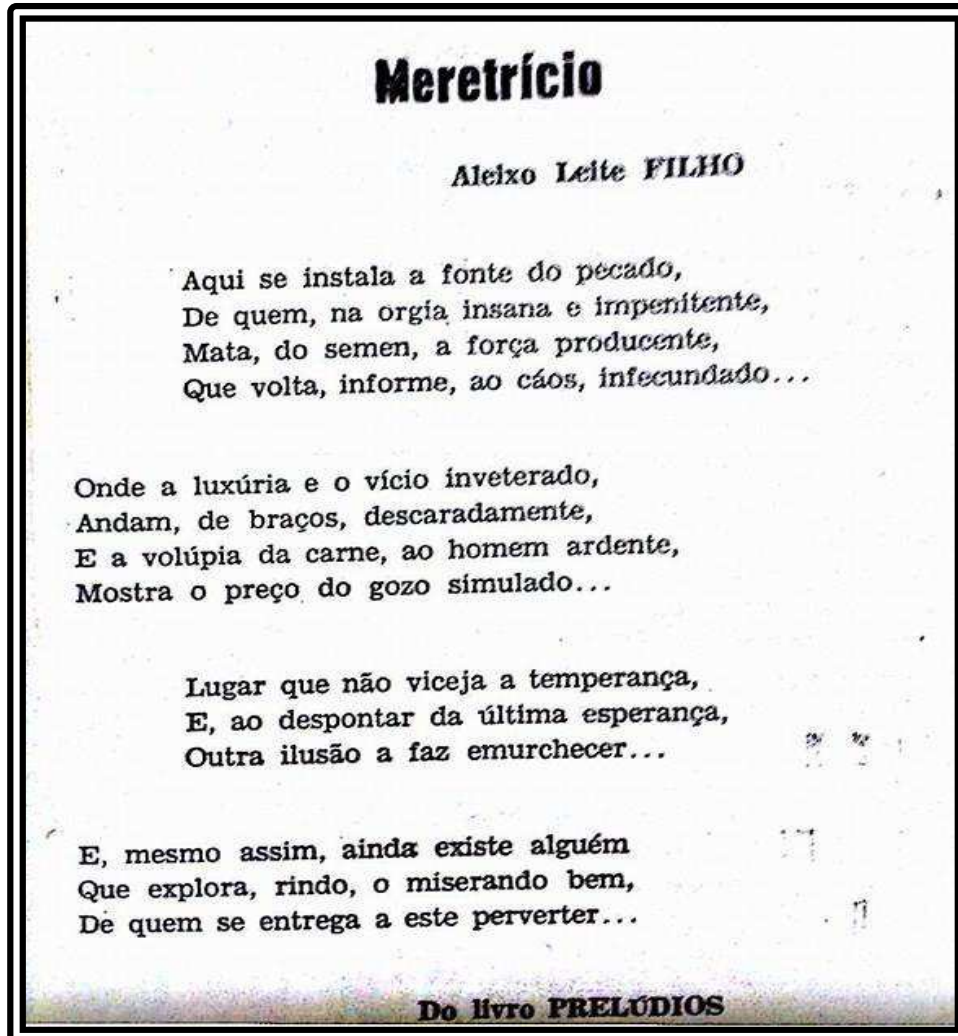
### Texto 8

**Fonte:** *Jornal Vanguarda de Caruaru, 29 de julho de 1973.*

Ainda no dia 29 de julho, no jornal Vanguarda o professor Aleixo Leite Filho, também escritor de matérias no jornal A Defesa, publica um soneto com o título de *Meretrício*, mais uma vez nos passando sua interpretação do que é a prostituição e a figura da prostituta a partir de uma moral absoluta, e que, portanto, cai nas errôneas generalizações dos julgamentos.

O autor ver no bordel a fonte do pecado, a fonte dos males concernentes a sexualidade, como o lugar da “intemperança”, da “orgia insana”. Seu texto é continuação das ideias defendidas em suas publicações no jornal A Defesa em sua coluna *No Império do Sexo*.

Vejamos o soneto:



### Texto 9

**Fonte:** *Jornal Vanguarda de Caruaru, 29 de julho de 1973.*

E aqui chegamos a nossa pergunta central, sem mais delongas: a “transferência da zona” para o Mocó foi ou não concretizada? Nenhum dos dois jornais noticiaram o dia exato da transferência, que de fato ocorreu. Não sabemos exatamente o dia de tal ocorrido, mas pelas publicações ela só poderia ter ocorrido entre 29 de julho e 05 de agosto de 1973, quando o Vanguarda através do jornalista Aristides Veras nos dirá que a “dificuldade” foi “equacionada” e que não “existe a palavra impossível no dicionário. Existe, sim, mas para os acomodados”. A transferência da “zona do baixo meretrício” era agora uma realidade.

## 1-6. TECENDO ELOGIOS A RESOLUÇÃO DE UM ANTIGO “PROBLEMA”: A ALMIRANTE BARROSO AGORA É UMA RUA SAUDÁVEL.

**P**ara o jornalista, ele não poderia deixar de “oferecer ao jovem militar (major Fernando Veras) equacionador do problema os maiores elogios possíveis”, afinal de contas ele, o major tinha colocado “fim” aos “problemas da Almirante Barroso”. Ele tinha sido o homem que teve a coragem de empreender tal ação, a fim de que, a cidade se tornasse mais “limpa”, mais “agradável” sem a presença de tais seres que enfeiam a beleza de certos espaços citadinos.

A transferência pode ser entendida como a concretização de uma vontade antiga, de grande parte das elites locais e, de uma parte da “boa sociedade” que viam naquelas mulheres, a representação da decadência moral, social, e espiritual. Mulheres destruidoras de toda uma ordem.

A “transferência da zona” era a retirada de corpos “sujos”, jogados a própria sorte nos caminhos difíceis daquela sociedade, a sociedade caruaruense da década de 1970, que exaltava a “Revolução Democrática de 1964” -a exemplo do professor Aleixo Leite Filho-, que pensava no progresso da cidade como algo a ser alcançado, mas isso não significava progresso para todos. Não é esse um dos muitos males das sociedades capitalistas modernas, pensar em um suposto progresso que atende sempre a uma minoria?

A prostituta era vista nestas análises, apenas como um problema e nada mais. Raramente aparecia alguém como o Agostinho Batista que as enxergavam como humanas, ou, como o Bispo Dom Augusto em alguns momentos. Como os “problemas” que representavam para “a cidade”, agora, depois da transferência deixariam de ser. Deixariam o centro da cidade “Princesa do Agreste” para abitarem os espaços do Mocó, mesmo que sem um mínimo de condições de habitação, como vimos registrado na matéria do dia 14 de julho de 1973 pelo jornal A Defesa. E quem se importa com elas?

Como viveriam aquelas mulheres em seu novo “lar”? Quais as reais condições de vida que teriam? E isso importava a “boa sociedade”? Importava para alguém suas míseras vidas, afundadas na “podridão moral” em que viviam? Como seria se adaptar ao Mocó?

Elas se adaptariam. Teriam que se adaptar, como sempre fizeram durante a vida inteira e, como em sua matéria disse o Aristides Veras: “Mocó é bicho... e bicho com bicha dá tudo certo”, daria tudo certo mesmo? Não estavam contribuindo ainda mais a elite citadina para a perpetuação da prostituição na cidade, uma vez que as empurraram para o Mocó, um lugar de extrema pobreza? Mais

do que nunca a prostituição seria um caminho para a difícil vida material das prostitutas relocadas caruaruenses.

Eram elas indestrutíveis mesmo como disse Cora Coralina em seu poema se referindo as prostitutas na história? Com muita sensibilidade e alteridade, a poetisa de Goiás, reflete sobre a presença das meretrizes no curso da história e sua difícil condição de vida, suas angustias e estereótipos, no poema que escreveu em 1975 em contribuição ao Ano Internacional da Mulher e, é relevante pensar o poema pois, incomumente, Cora Coralina ressalta no Ano da Mulher, não a mulher idealizada e respeitada, a mãe de família, a esposa e mulher, a mulher esperada, mas, gasta e dedica suas linhas as prostitutas na história, a quem chama de “mulher da vida, minha irmã”.

Segue-se aqui um pequeno trecho do poema:

**Mulher da Vida, minha Irmã.**

De todos os tempos.  
 De todos os povos.  
 De todas as latitudes.  
 Ela vem do fundo imemorial das idades e  
 carrega a carga pesada dos mais  
 torpes sinônimos,  
 apelidos e apodos:  
 Mulher da zona,  
 Mulher da rua,  
 Mulher perdida,  
 Mulher à-toa.  
 Mulher da Vida, minha irmã.  
 Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.  
 Desprotegidas e exploradas.  
 Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.  
 Necessárias fisiologicamente.  
Indestrutíveis.  
Sobreviventes.  
 Possuídas e infamadas sempre por  
 aqueles que um dia as lançaram na vida...

Após a retirada das prostitutas da *Almirante Barroso* bem como de seus lares, os cabarés, o processo de “limpeza dos lugares” “visíveis” da cidade começava a funcionar. Pois, as prostitutas eram no imaginário de muitos, aqueles seres que levavam a contaminação consigo, a contaminação

moral, aonde quer que elas fossem suas “mazelas” as acompanhariam e agora não mais residentes na rua do Almirante, tinham permitido a “limpeza” daquele lugar.

Segundo o jornalista Aristides Veras, elas, as prostitutas, tinham manchado o nome de um “dos grandes brasileiros, responsáveis pelo Brasil de hoje”, o Almirante Barroso, por estarem instaladas com suas práticas depravadas em uma rua cujo nome era o do grande Almirante.

Elas já tinham “envergonhado” a rua *10 de Novembro*, da qual falaremos no segundo capítulo e, “agora com o Almirante”, mais tarde não fariam isso também com o “Mocó? ”, se perguntava o jornalista. E ele mesmo nos traz a resposta de sua indagação: “talvez não, porque Mocó é bicho.” As prostitutas eram vistas como uma das muitas vergonhas da sociedade, da sociedade “esdruxula e esnobe” que as produziu como disse o escritor Ivaldo Inácio Gomes.



## CAPÍTULO II:

### MEMÓRIAS DE UM “MAU LUGAR”: ENTRE PALAVRAS, LEMBRANÇAS, TENTATIVAS DE ESQUECIMENTO E HIGIENIZAÇÃO.

*Essa artéria [a rua Almirante Barroso] que já estava condenada ao desprezo da cidade, retoma a sua posição de ovelha branca, graças à ação destemida do delegado Veras que, qual novo Jesus, concedeu-lhe a redenção, purificando-a, livrando-a do fogo do inferno, do pecado e da maldição (Jornal Vanguarda, 12 de agosto de 1973).*

*Jesus lhes disse: digo a verdade: os publicanos e as **prostitutas** estão entrando antes de vocês no Reino de Deus (Mateus, 21: 31).*

#### 2.1 POR UMA OUTRA RUA

**N**a definição do dicionário de língua portuguesa *Aurélio*, uma rua é uma “via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas”. Para nós, ela extrapola esse limite do físico, do estrutural, da descrição, da definição proposta pelo glossário, a rua está para além dessa significação, pois comporta os elementos do sensível que estão longe de qualquer redução e simplificação como temos defendido até aqui. Há nas ruas, representações e sensibilidades.

A tão famosa e decantada rua *Almirante Barroso* era mais que um simples espaço para circulação humana, ou um amontoado de casas congregadas em um determinado espaço, ela era a síntese de uma série de questões: sociais, culturais, econômicas e históricas, era um lugar de representação, um lugar marcado no imaginário social e individual de muitos habitantes da *urbe*.

Entendemos aqui por imaginário “*um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo*”<sup>102</sup>. É por meio das representações que compõem o imaginário, que os humanos leem o mundo, às coisas, e (re) interpretam fatos, vivências e experiências e dão sentido a suas existências.

A *Almirante Barroso* além de ser uma das ruas a compor a cidade, era um espaço marginal dentro dos limites da “boa” sociedade caruaruense. O lugar de um grupo de mulheres literalmente marginais, no sentido de estarem à parte de algo, às margens de uma série de coisas dentro da *urbe* que habitavam, aquela era uma rua de mulheres destoantes de uma “ordem” cristalizada e pretendida, de práticas condenáveis.

Era um lugar de exclusão, o território de mulheres que detinham condutas não condizentes com a vontade moral da elite cidadina, com a vontade moral religiosa hegemônica, sendo assim o “*comportamento desses grupos não se identifica com o das classes dominantes. Nítido é o divórcio*”<sup>103</sup>, e, portanto, “digno” o combate entre o que se chama de *grupos marginais* e os civilizados, os bem-nascidos da *urbe*, pois acredita-se que tais seres “*não apenas ameaçam a estabilidade social, mas também começam a subverter o equilíbrio da cultura dominante*”<sup>104</sup>.

Lá, na rua *Almirante*, naquele espaço de prostituição estava a autêntica prostituta, vinculada indissociavelmente, ao seu meio marginal. De lá do meio marginal, seja de espaços aqui em Caruaru ou de qualquer outro do mundo “*raramente escapa. De lá, quase sempre se origina. Lá permanece, em simbiose com o prostituidor [...] Quando de lá não provém, para lá caminha*”<sup>105</sup>.

Um lugar marginal, porém, com suas regras e códigos, difíceis de serem apreendidos em sua totalidade e multiplicidade, impossíveis também de serem demonstrados na sua completude nesta escrita. A rua era um espaço de sociabilidades entre as próprias meretrizes e as donas das “pensões cabarés”, muitas vezes chamadas de madrinhas como nos conta Aleixo Leite Filho em uma de suas matérias no Império do Sexo e como nos contou algumas senhoras caruaruenses que lembram-se muito bem da antiga rua da “zona”. Madrinhas que acolhiam pobres moças que não eram mais virgens nessa sociedade que supervalorizava a “honra” da mulher e, por algum outro motivo que fizeram trilhar pelos caminhos da prostituição e do meretrício.

<sup>102</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 43.

<sup>103</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 22.

<sup>104</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 22.

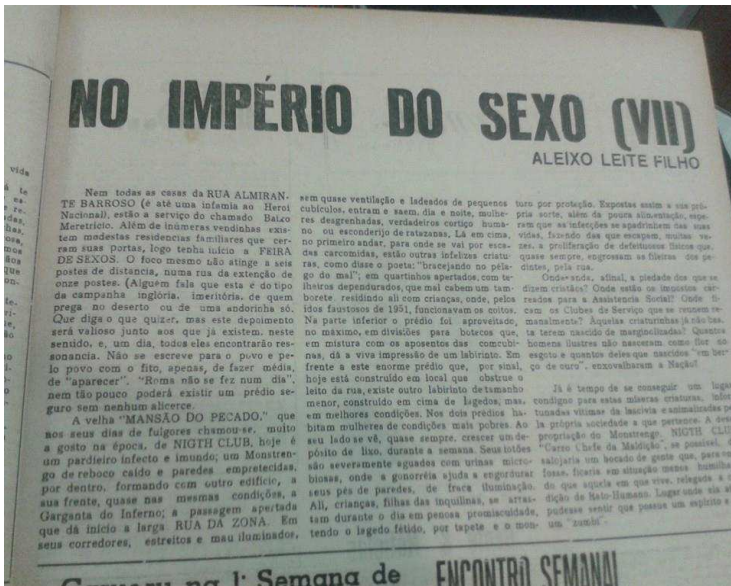
<sup>105</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 27.

Essa rua “maldita” - usando a expressão da historiadora Sandra Jatahy Pesavento -, era o antigo lugar das “mulheres da noite”, das mulheres “da vida”. Era o lugar de histórias múltiplas e complexas. Um lugar de desigualdades uma vez que a grande maioria, se não todas as prostitutas ali residentes, vinham fugindo da “pobreza em que se encontravam” advindas em sua maioria como vimos no capítulo anterior, das regiões mais pobres circunvizinhas a Caruaru, aquela rua era um lugar de precariedades, faltas, tristezas e incertezas. A *Almirante Barroso* era a síntese de tantos fluxos, andanças e permanências.

Foi o lugar dos enunciados, dos discursos calcados em uma moral única de exclusão, de não aceitação, era um dos *locus* de produção de estigmas e pré-conceitos na cidade de Caruaru acerca da figura da prostituta. Era o lugar que ocupou inúmeras matérias jornalísticas no *Vanguarda* e no *A Defesa* durante toda década de 1960/70, aquela rua não era apenas um espaço, ela era sobretudo um lugar, com dinâmicas e histórias próprias, peculiares por demais, era um lugar de prostituição.

Era a rua das “confusões e brigas”, dos “vícios” “do pecado e da maldição”. Era o lugar que ganhava espaço nas páginas de literatas caruaruenses, a exemplo de José Condé e Nelson Barbalho. Era um dos lugares de trabalho e residência das prostitutas da cidade, era o lugar das conversas nos puteiros para muitos homens, era o lugar do sexo “fácil” e pago. Um território que servia de “mau exemplo” as moças de família, o lugar de onde emanava a “podridão moral” da sociedade à época, o lugar que concentrava as práticas dignas de condenação, como lembrou o bispo Dom Augusto de Carvalho em alguns de seus escritos sobre a prostituição na cidade através do jornal *A Defesa*.

Era o lugar do “IMPÉRIO DO SEXO”, o lugar da “Mansão do Pecado”, do Nigth Club (um conhecidíssimo cabaré), lugar decaído de uma sociedade com aspirações à grandeza, realidade que se tornou notícia e objeto de análise nas manchetes escritas pelo escritor Aleixo Leite Filho no jornal *A Defesa*, de onde podemos através das investigações históricas, tentar compreender como o autor pensava a prostituta e a prostituição em Caruaru nas décadas de 1960/70.



## Texto 8

Fonte: Jornal A Defesa- 1973.

Acervo pertencente ao núcleo de pesquisa-NUPESQ, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru- FAFICA.

A rua *Almirante Barroso* não era

uma rua como outra qualquer, pertencente aos territórios da cidade “Princesa do Agreste”, ela não era uma rua “saudável”, era a rua “da zona” como diziam os escritores dos jornais que aqui tomamos como fonte, a rua da “lascívia”, da “imundície”, da barbárie que não combinava com uma cidade como esta. Era uma rua adjetivada, uma rua condenada. A rua da qual emanava prazer para uns, vergonha e amargura para outros, era uma rua distinta. As muitas práticas de prostituição a fazia distinta.

Era uma rua como a *Geni*, personagem prostituta da música *Geni e o Zepelim*<sup>106</sup> do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, “digna” de condenação por ser o que era. Assim como a *Geni*, as mulheres prostitutas da rua do Almirante davam-se a qualquer um que as procurassem, “de tudo que é nego torto... ela já foi namorada, o seu corpo é dos errantes, dos cegos, dos retirantes, é de quem não tem mais nada”, aquela rua dava-se “assim desde menina”, sem pudor, sem restrições.

Ela na medida em que era um “um poço de bondade”, [a rua decaída] para alguns de seus frequentadores, era para outros um de perdição, de decadência dos tempos modernos da “Princesa do Agreste” como diziam por exemplo os jornais aqui tomados como fontes, e é por isso que a cidade, vivia sempre a repetir como na música, palavras de condenação, segregação:

*Joga pedra na Geni!*

*Joga pedra na Geni!*

<sup>106</sup> Música do cantor e compositor brasileiro Chico Buarque de Holanda, que compõe o musical *A Ópera do Malandro* lançado em 1978. Embora *Geni* seja um travesti na peça/musical, o autor a trata como ela, como prostituta, como feminino, daí pensarmos e tomarmos a personagem *Geni* para fazermos uma alusão a nossas prostitutas, que diversos seguimentos da sociedade caruaruense viviam a condenar, assim como na música *Geni e o Zepelim*.

*Ela é feita pra apanhar!*

*Ela é boa de cuspir!*

*Ela dá pra qualquer um!*

*Maldita Geni!*

A rua “prostituta”, juntamente com suas meretrizes, tão procurada e visitada, por homens tão simples e também nobres “tão cheirando a brilho e a cobre”, era a mesma rua dos escárnios, das avacalhadas, da difamação de suas prostitutas, muitas vezes por aqueles mesmos que as usavam e as procuravam com frequência para satisfazerem seus “desejos masculinos” que incontroláveis, precisavam ser descarregados no puteiro por um preço acertado.

Assim como a *Geni*, a rua *Almirante Barroso* era incessantemente atacada discursivamente, como temos demonstrado ao longo do texto, num grande conjunto municipal, pela imprensa, pelos políticos, com a delegacia, com tudo, estavam sempre a condená-la com seu desprezo e “esquecimento”:

*Joga bosta na Geni!*

*Joga bosta na Geni!*

*Ela é feita pra apanhar!*

*Ela é boa de cuspir!*

*Ela dá pra qualquer um!*

*Maldita Geni!*

Era uma rua conhecida, possível de muitas leituras e interpretações, variando de acordo com quem e como a *olhavam*. Como um caleidoscópio que, na medida em que é movimentado por quem o *olha*, permite-nos vislumbrar imagens diversas do mesmo, imagens totalmente diferentes a partir do ângulo observado, imagens que se cruzam em algum momento, se replicam, se pluralizam, se condensam, se dão de diferentes formas, nos fazendo perceber a pluralidade daquilo que dizíamos ser uno. A perspectiva muda de acordo com o *olhar* como destacamos na introdução, a partir das contribuições de Alfredo Bosi. Assim era a rua *Almirante*, passível de muitas leituras.

Por isso tomamos aqui, a rua da “condenação”, da alteridade descartada, a *Almirante Barroso*, também como um texto. Dizemos um texto, pois, a possibilidade de “lê-la” torna-se sempre maior a partir dos questionamentos que lançamos aquele espaço e a sua própria dinâmica, que se apresenta

de forma múltipla para nós, contando-nos histórias diferentes a partir do *olhar* e sensibilidade do pesquisador.

Usamos aqui a metáfora do texto pois acreditamos que a cidade “*pode ser também encarada como um texto, e o seu leitor privilegiado seria o habitante ou o visitante, que se desloca através da cidade*”<sup>107</sup>, e nessa travessia, nessa caminhada “*este cidadão estaria permanentemente sintonizado com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita*”<sup>108</sup>, sendo em muitos casos o habitante o próprio pesquisador.

Pesquisador e objeto de pesquisa se entrelaçam e se atravessam em uma relação contraditória, dialética, complexa, sensível, pois ao “*fazer simbolicamente, a travessia pela minha cidade, sou por ela também atravessado. Atravessado por sonhos e imagens do passado e por desejos que me instigam a apropriar-se dela no presente, e quem sabe, estar sempre tramando o seu futuro*”<sup>109</sup>, daí a possibilidade de sentindo-a, compreendê-la melhor e, sobre ela perguntar, lançar questionamentos a partir do hoje, sobre o que foram certas experiências históricas na *urbe* em uma outra temporalidade, como a prostituição. É nesta perspectiva que podemos refletir sensivelmente, ler, e produzir sobre o urbano.

A cidade como um texto “fala”, conta, através de seus vestígios materiais e imateriais o que foi em uma outra temporalidade, o que é agora no presente e quem sabe, o que poderá vir a ser em um futuro breve. Assim cada cidade “*é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesmas, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos.*”<sup>110</sup> A cidade nessa acepção dar-se a ler, deixa-se compreender, tornando-se o enredo de tramas históricas.

A cidade passa a ser entendida como um discurso, hora organizado e coeso, hora, difuso e aparentemente solto, como um enunciado de muitas histórias, de muitas exclusões, de muitos de seus personagens excluídos, dos silenciados da história, pois tudo que a compõe diz um pouco de si. As ruas sempre “falam” muito do cotidiano da *urbe*.

<sup>107</sup> BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 40.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>109</sup> ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo-jardinense**. Recife: Comunigraf, 2009, p. 47.

<sup>110</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23, p.17.

A rua *Almirante Barroso* muito falava sobre o *modu vivendi* das prostitutas caruaruenses, pois, a cidade não só conta seu passado como: “*ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras*”.<sup>111</sup>

Ela, a rua, a cidade, é o resultado histórico de tantas outras cidades que existiram naquele mesmo território antes de hoje ser o que é. E, aqui evocamos a metáfora do *palimpsesto*, pois ela nos elucida a construção contínua da cidade, seus tantos enredos contados e escritos sobre si mesma e em si mesma, como um texto temporal sendo escrito pela dinâmica histórica e apagado com o passar do tempo, para que novas formas contem e (re) componham essa sempre nova *urbe*, pois *cada temporalidade escreve uma cidade*.<sup>112</sup>

Por isso, como nos lembrou Calvino: “*evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si*”, pois às vezes “*os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisarem e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos*”<sup>113</sup>.

Essa temporalidade é resultado também, de uma temporalidade anterior, modificada no presente e que será moldada pelos tempos que virão. Ela é como um livro, escrita por muitos atores e tensões e cada página é uma pequena partícula de sua existência temporal, o texto, registro da existência humana é escrito a lápis pois será novamente (re) escrito, ou apagado, ou esquecido, sobretudo, pelo discurso daqueles que a narram (in) tencionalmente ou não, ela será contada, inventada, celebrada e (re) lembrada.

Como *palimpsesto*, a prostituição aberta e visível em Caruaru por exemplo, hoje não dar-se-á mais na rua *Benjamin Larena*, antiga rua *Almirante*, mas ainda nas proximidades, como por exemplo nos cabarés: **Estrela Bar- A estrela que brilha é essa, Cabanas Bar e Rosana Drin'ks**. Dar-se-á na Praça do Rosário, no crepúsculo da tarde e no período noturno, nas esquinas de alguns bares que circundam a praça, com mulheres a perguntarem a um possível cliente: “*e aí gato, pronto pra uma aventura amorosa?* ”, ou apenas, olhando o celular, talvez esperando por alguém ou a procura de alguém, ou talvez respondendo a perguntas de um curioso, que para elas não têm sentindo algum, apenas falam.

<sup>111</sup> CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p.16.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 32-33.

Mesmo após sua reforma (a praça do Rosário), sua reestruturação, onde acreditavam os poderes municipais que depois da “nova” roupagem criada urbanisticamente para aquele espaço, cujo o centro é a *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, exatamente ali onde o exemplo é Maria e não Eva, a prática de tais mulheres, travestis e homossexuais diminuiria ou sumiria, pois agora o lugar havia ficado mais claro, iluminado, visível, bonito e vivo, não condizente com aqueles seres “feios” da *urbe*, que envergonham a “Princesa do Agreste”. Eles se enganaram.

A prostituição ainda hoje no mesmo território, demonstra um certo engano quanto ao que pensava a gestão municipal daquele período para aquele lugar central e cartão postal da cidade, dizemos uma certa ilusão, pois a prostituição nunca terá fim, enquanto houver pobreza, desigualdade e sujeitos a procurarem sexo e diversão pagos, haverá prostituição, “*não há panfletos morais, não há leis severas nem organizações sociais, nem enganosas receitas, nem discursos da Unesco que possam fazer desaparecer a prostituição, enquanto não se transforme nossa atitude íntima para com o amor*”.<sup>114</sup>

Embora, após a reforma da Praça de fato, foi visível uma diminuição no centro da mesma da prostituição aberta e manifesta, uma vez que tais sujeitos a vender-se e prostituir-se estão mais nas ruas laterais da praça e não nela em si, como era mais perceptível antes de 2010, quando o prefeito da cidade, José Queiroz de Lima decide por sua reforma e (re) organização.

---

<sup>114</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 20.





*Imagem da Praça do Rosário nos dias atuais- Centro de Caruaru-PE.*

A prostituição hoje em Caruaru dar-se-á também no centro dos Bancos da *urbe*, nas ruas centrais encontrar-se-á sempre que buscável as “mulheres da noite” oferecendo-se e literalmente rolando a bolsinha nas esquinas do Banco Itaú, estarão nas madrugadas silenciosas dos espaços próximos ao Lactário e adjacências, todos lugares centrais de Caruaru. E nos tantos outros existentes na cidade. Elas vão sendo escritas, contadas, narradas, analisadas na mesma cidade das nossas prostitutas de 1960/70, mas não são nem de 1960/70 nem são as mesmas de lá, nem a cidade é a mesma, essa torna-se uma outra história de prostituição a compor a temática na *urbe*. Como disse a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, a cidade é um *palimpsesto* de histórias contadas sobre si mesma.

A prostituição aqui na atualidade, dar-se de uma nova forma, diferente da de nossa temporalidade, com outras especificidades e (re) significações, como por exemplo a junção da prostituição feminina com a homossexual no mesmo espaço, por isso, é necessário uma outra leitura do fenômeno da prostituição nos dias atuais na “Princesa do Agreste”. A prostituição não acaba, ela se (re) significa, se adapta aos espaços urbanos, é contada e vista com outros pressupostos e a cidade, palco de tudo isso apenas a registra, como no *palimpsesto*, que em breve será reescrito com outras histórias, tramas que se sobrepõem umas sobre as outras, mas deixam sempre de si, registros que nos possibilitam contar tantas histórias de outras temporalidades, como essa de prostituição.

Por isso acreditamos como José D’Assunção, para quem:

Uma cidade fala eloquentemente dos critérios de segregação presentes em sua sociedade através dos múltiplos compartimentos em que se divide, dos seus acessos e interditos, da materialização do preconceito e da hierarquia social em espaço [...] seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam e daqueles que a visitam; seus mendigos falam da distribuição de sua riqueza ao estender a mão em busca de esmolas. A cidade, sem dúvida, pode ser “lida”, e é nesta perspectiva que se têm colocado alguns estudiosos do urbanismo a partir de meados do século XX.<sup>115</sup>

Sem contar que essa possibilidade de “ler” a cidade, “para além do que se poderia chamar o seu ‘espaço real’, partindo das palavras e imagens que a representam, têm sido objeto de múltiplas abordagens e vêm ganhando expressão nos estudos”<sup>116</sup> mais contemporâneos em torno do fenômeno urbano e de seus habitantes, possibilitando-nos uma compreensão mais abrangente do que é a cidade e o que é ser portador de um *ethos* cidadão.

A rua *Almirante Barroso* era um lugar de imagens, de representações, de discursos, construída ao longo do tempo por meio das pessoas “influentes” da sociedade e pelos comuns. Um lugar marcado na memória individual e coletiva dos moradores de Caruaru, um lugar marcado no imaginário como a rua das putas. As prostitutas estavam associadas repetidamente a rua *Almirante Barroso* assim como Romeu está para Julieta e, esta associação trazia consigo uma carga simbólica e representativa e diga-se de passagem pejorativa. Dizemos repetidamente, porque a “*a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente.... A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir*”.<sup>117</sup> Ela é repetida com muitas intencionalidades.

De tão repetidas discursivamente, as prostitutas caruaruenses tinham deixado uma marca profunda naquela tão difamada rua, e isso ainda hoje é verificável através das conversas dos moradores das redondezas e da própria rua, que não esqueceram o passado da rua do Almirante. O tempo na medida que destrói todas às coisas, conserva outras; como a memória, as lembranças, as histórias do cotidiano, que não se perdem e se fazem esquecerem com tanta facilidade.

Mesmo após a transferência daquelas mulheres para o bairro do Mocó como vimos no capítulo anterior, através de nossa documentação, isso não significava que as memórias e representações atribuídas à *Almirante Barroso* por tanto tempo, iriam desaparecer, como num truque de mágica,

<sup>115</sup> BARROS, José D’ Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 40-41.

<sup>116</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999, p. 196.

<sup>117</sup> CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p. 25.

como queriam muitos, como queriam alguns segmentos elitistas, sobretudo os urbanísticos. A rua era uma lembrança permanente, as *representações* não desapareceriam como as mulheres da Almirante, elas as *representações* estavam inscritas no indestrutível de uma sociedade: *o imaginário*.

Esse era o preço a ser pago por todo o processo contínuo de representação da rua, visando a transferência das prostitutas daquele lugar, agora, mesmo sem elas, sem as “mulheres da vida” a rua ainda estava associada ao seu recente passado. Os “donos” da cidade eram agora vítimas de suas criações representativas sobre as prostitutas e a rua *Almirante*, desconstruir tais representações com novas, era um trabalho a ser realizado, um grande trabalho.

Era preciso apagar as lembranças “sujas” daquela rua decaída da memória da sociedade, afim de que ela fosse “limpa” e “higienizada” tanto moral como socialmente. Conseguiriam? Desapareceriam em algum dia aquelas memórias “desprezíveis”? Não estavam elas no imaginário cidadão? Como então destruí-las da história daquela rua que agora, tentavam dizer ser “redimida”? Como “limpar e moralizar” a rua Almirante Barroso? Como fazer com que tais mulheres e práticas fossem desassociadas da rua do Almirante?

Por essas questões, no início do capítulo dissemos que a rua *Almirante Barroso* era muito mais que só a definição do Aurélio, por comportar todos esses elementos que outras ruas “normais” não possuíam e nem por serem objeto de preocupação de vereadores, prefeito, delegados e da imprensa escrita da cidade naquele momento, como só aquela estava sendo. Essa é uma questão central de nossa trama, pois nos revela histórias e intenções, bem como nos diz que a história de prostituição na *urbe* deveria ser apagada.

Essa tentativa de “apagar” o que era a antiga *Almirante Barroso*, começará em 12 de agosto de 1973, e se dará também a partir do discurso, das palavras por quem detêm o poder cidadão, o poder discursivo de dizer sobre o outro, sobre as coisas, sobre os espaços da cidade, sobre o que deve se efetivar como “verdade” ou “não verdade”, de decidir como materialmente a cidade deve se constituir.

Pois, aqueles que “*detêm o poder, estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que tem lugar no plano das relações de poder*”<sup>118</sup>, é por meio do poder discursivo que também alguns seguimentos

---

<sup>118</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999, p. 196.

da elites produzem “*imagens sobre a cidade que se concretiza na própria identidade dos seus habitantes*”<sup>119</sup>, embora muito desse enunciado seja (re) significado por seus moradores, como nos alerta o historiador Roger Chartier, afim de que não pensemos que a população é apenas refém das criações representativas.

É por meio, das palavras, do discurso que se confere sentido às coisas, ao mundo, daí a nossa atenção para o discurso, para aquilo que é dito tanto pela escrita como pela fala, porque “*o poder quase mágico da palavra em definir o real é introjetado, difunde-se, socializa-se e pode ser incorporado pelos próprios habitantes de tais lugares condenados*”<sup>120</sup>, à exemplo da rua *Almirante Barroso*.

Após a “transferência” da “zona do baixo meretrício” que ocupava a Almirante Barroso para as redondezas do Mocó, no dia 12 de agosto de 1973 no jornal Vanguarda encontraremos uma matéria escrita por Antônio Miranda na coluna *Setas e Flechas*, intitulada de “*A rua Almirante e os pratos típicos*”, que nos trará algumas importantes informações sobre o que significava na concepção do autor, a presença das prostitutas na rua Almirante Barroso e, o que começa a pensar ser agora a dita rua sem a presença de tais mulheres.

Vejamos:

---

<sup>119</sup> ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo-jardinense**. Recife: Comunigraf, 2009, p. 38.

<sup>120</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999, p. 197.

## SETAS e FLECHAS

### *A rua Almirante e os pratos típicos*

A rua Almirante Barroso, cujo nome era sinônimo de confusão, crimes, brigas e vícios, adquire, agora, nova imagem, com a retirada, dali, do baixo meretrício, que foi transferido para a mocândia, onde as mulheres certamente, levarão uma vida mais difícil, por inexistirem condições suficientes de conforto.

Agora, a rua Almirante Barroso se inclui na faixa das ruas decentes, pois será habitada por famílias e terá o seu comércio próprio. Essa artéria, que já estava condenada ao desprezo da cidade, retoma a sua posição de ovelha branca, graças à ação destemida do delegado Veras que, qual novo Jesus, concedeu-lhe a redenção, purificando-a, livrando-a do fogo do inferno, do pecado e da maldição.

Duas coisas, porém, não sairão da rua Almirante Barroso: o feijão verde, de Natal, e o xerém do Vilaça, que serão, daqui por diante, dois pontos de atração turística. Enquanto Natal já era por demais conhecido

com o seu feijão verde, com a sua carne de sol bem temperada e bem levada ao fogo, com a sua manteiga de garrafa que dá o bom tom ao feijão, Vilaça ainda não possui essa divulgação, porquanto pouca gente conhece as habilidades culinárias desse homem que, como ninguém, sabe preparar um xerém de engolir a língua, acompanhado de carne de bode, galinha ou mesmo carne de sol.

O péssimo conceito que envolvia a rua Almirante Barroso, como centro do baixo meretrício de Caruaru, é substituído, agora pela localização de dois restaurantes que deverão ser frequentados por turistas de todo país, como já o são o Guanabara, Mãe Amara, o Brasileirinho, o Bar do Nelson, o Zé Pirão, onde as comidas típicas da nossa região são oferecidas ao mais exigente dos nossos visitantes.

(Lida ao microfone da Rádio Cultura do Nordeste).

Antônio MIRANDA

12/08 1973

### Texto 9

Fonte: Jornal Vanguarda de Caruaru, 12 de agosto de 1973.

É interessante perceber como, intencionalmente, as palavras são colocadas na matéria deste dia, poucos dias após a chamada transferência. Até então a referida rua, sempre foi associada em todas as matérias desde a década de 1960 a rua da “perdição”, das prostitutas, das mulheres levianas, das orgias, do “Império do sexo”, da difamação, do lamaçal de pecados como demonstramos até aqui, porém agora, neste novo enunciado do dia 12 de agosto de 1973 a rua “condenada” adquire uma nova adjetivação.

O autor da matéria, o Antônio Miranda, a intitula de “*a rua Almirante e os pratos típicos*”, coisa inédita em todo esse processo. Pela primeira vez em nossas análises, a partir do acervo documental que tivemos acesso, a *Almirante Barroso* é mencionada e associada a qualquer outra coisa, menos a prostituição, e tal escrita é de suma importância, pois é significativa, nos convidando a uma problematização.

Como em praticamente doze dias, a rua das prostitutas e “putas” como chamavam alguns, era agora o lugar dos *pratos típicos*? A quem e a que atendia esse novo enunciado, quais projetos de poder e concepção de espaços públicos permeavam aquela escrita tão aparentemente inocente e apenas “informativa”?

É interessante perceber que:

Todo nome anuncia um desejo de controle. A nomeação é a face mais visível do nosso sonho de identidade, da nossa vontade de pertencimento, pois nomear é buscar identificar as coisas. As razões da nomeação, no entanto, podem variar. Colocando os nomes em camadas por exemplo, podemos nomear com o intuito de afirmar histórias, mas, por outro lado, podemos renomear com o desejo de rechaçá-las.<sup>121</sup>

Não era ingênuo o vocábulo, como o dito na citação anterior, podemos (re) nomear com o desejo de rechaçar alguma coisa, alguém, neste caso era aqui pela escrita uma tentativa de abandonar o passado e tentar a construção de uma nova identidade para aquele lugar de Caruaru. A palavra era portanto, neste escrito, uma arma, um dos mecanismos de luta e combate dentro da cidade.

Não era que a “rua” tivesse se desfeito de uma de suas histórias mais marcantes, se desfeito de suas prostitutas em basicamente uma dezena de dias. Era a intencionalidade do discurso que atravessa aquele enunciado. Na escrita que se segue na matéria, havia a intencionalidade do autor e das

---

<sup>121</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. **As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas.** In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural, narrativas e pluralidade.** São Paulo: Hucitec, 2014, p. 13.

forças as quais atendia e estava ligado, era o não dito e o pretendido para a construção de uma rua “decente”, que estava no meio do centro comercial de Caruaru.

Não era sem intenção, que a rua *Almirante* estava sendo agora ali no mesmo jornal que antes a condenava- o jornal VANGUARDA de Caruaru-, sendo tratada como a rua das comidas típicas da cidade, não acreditamos na ausência de intencionalidade, até porque “*mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não permutabilidade*”<sup>122</sup>. Há muito mais, entre os aparentes espaços vazios que separam uma linha e outra em uma construção discursiva.

Para o autor da matéria, a rua *Almirante Barroso* quando comportava as prostitutas era “sinônimo de confusão, crimes, brigas e vícios”, era um lugar decaído da cidade assim como aquelas mulheres de “má fama”. Porém, agora “com a retirada dali, do baixo meretrício que foi transferido para a mocolândia” a rua “se inclui na faixa das ruas decentes, pois será habitada por famílias”.

A prostituta para o autor é o oposto da decência, da moralidade, da ordem. A família da prostituta não é reconhecida como tal, uma vez que o comentarista nos diz que agora e somente agora, a rua será habitada por famílias. O que é uma família se não a união de mãe, filhos, pais e sobrinhos como tinham aquelas prostitutas que ali residiam? Não tinham também famílias aquelas “desgraçadas” como notificara A Defesa no período da transferência?

Quantas não mantinham sua gente com o dinheiro da rua da zona, como nos disse Agostinho Batista em sua escrita no dia 14 de julho de 1973 no jornal A Defesa? Qual o modelo de família que trazia o comentarista para afirmar que agora, após a transferência da zona para outro lugar, a rua Almirante seria habitada por “famílias”?

O autor, Antônio Miranda continua a nos falar, que agora aquela “artéria” de nosso município, que estava “condenada ao desprezo da cidade, retoma a sua posição de ovelha branca, graças à ação destemida do delegado Veras”. Era desprezada pela cidade como disse o escritor, mas, era e foi o alvo de uma longa jornada discursiva, jornada esta que visava contribuir para a mudança das prostitutas para um outro lugar, que não o coração visível da cidade. A sociedade passa a ser entendida aqui como ambígua, contraditória e complexa.

---

<sup>122</sup>FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 38.

Para o Miranda, a ação do delegado, foi a “redenção” daquele lugar que comportava o nome de alguém tão “importante”, um Almirante. A redenção era o perdão, a limpeza, era o esquecimento de “traumas” tão recentes que o comentarista já se propusera a tentar fazer a sociedade esquecer. Bem mais que uma simples ação de transferência, o delegado Fernando Veras tinha feito um ato de “moralização” para aquela cidade que se via e queria tão desenvolvida, que aspirava ao progresso.

Era uma espécie de limpeza social, de poda social - agora pelo discurso, pelas representações que comandavam práticas - cujas ervas daninhas eram as prostitutas que prejudicavam o desenvolvimento daquela cidade “moderna” e “bela” como um jardim. A rua *Almirante Barroso* agora não era mais uma ovelha negra da cidade, mas sim uma “ovelha branca” graças aos “trabalhos” das autoridades competentes do município. O autor não nos nega as palavras, é só as observarmos com atenção o que diz a publicação.

A ação do delegado para o autor, que “qual novo Jesus, concedeu-lhe a redenção, purificando-a, livrando-a do fogo do inferno, do pecado e da maldição”, a rua *Almirante Barroso* agora podia sentir-se uma rua, uma rua moralizada, pois a salvação havia chegado: a expulsão das prostitutas de seus espaços, o pecado que ali antes habitava, fora exorcizado. Parece-nos que o autor esqueceu das palavras do próprio Cristo no evangelho de *S. Mateus* capítulo 28, versículos 30-32, uma vez que comparou o delegado Veras a Jesus.

Cristo, diferente do delegado Veras, em seus ensinamentos através de suas parábolas, disse que as prostitutas precediam os ouvintes “santos” naquele momento ao Reino Divino, pois João Batista havia pregado, e agora ele pregava e ninguém “se arrependeu”, mas os excluídos da sociedade, os estigmatizados a exemplo de nossas prostitutas, ouviram o Cristo, daí pertencerem também ao Reino dos Céus. A comparação do Antônio Miranda não foi feliz em sua colocação, a partir de nossa compreensão. Entre as palavras e ações do delegado Veras e as de Cristo havia uma profunda separação de sentidos.

Não mais o inferno, nem a condenação, agora aquela rua tão “depravada” durante tanto tempo tinha obtido a remissão. Condenadas mesmo estavam as prostitutas. Condenadas as precárias condições do Mocó, condenadas pelos julgamentos citadinos, condenadas à marginalidade, às margens da “boa” sociedade caruaruense dos anos 1970, regada pelas influências da ditadura militar brasileira que apresentava um projeto de ordem, de moral e condutas a serem seguidas, obedecidas, sem questionamentos.

Agora a *Almirante Barroso* era o lugar do “feijão verde, de Natal e o xerém do Vilaça, que serão daqui por diante dois pontos de atração turística”. Aquele “velho” conceito que “envolvia a rua



Almirante Barroso, como centro do baixo meretrício de Caruaru, é substituído agora pela localização de dois restaurantes que deverão ser frequentados por turistas”, era o que dizia a matéria.

Havia nitidamente uma tentativa de se apagar a memória passada daquele lugar, uma memória “vergonhosa” para alguns e prazerosa para outros. Era a desconstrução de um lugar, de um lugar que comportava muitas histórias, sensibilidades e sociabilidades, que aqui tentamos recuperar.

Depois dessa notícia do dia 12 de agosto de 1973, não haverá mais nesse ano nenhuma informação sobre as prostitutas caruaruenses, nem sobre a rua Almirante Barroso e nem sobre o Mocó. Aquela discussão estava encerrada! Nos jornais. A história continuaria com o prefeito João Lyra Filho e a Câmara dos vereadores de Caruaru.

## 2.2- ESQUEÇAMOS A RUA DO ALMIRANTE E O SEU PASSADO: ELA AGORA DEVE SE CHAMAR RUA BENJAMIN LARENA.

Os espaços urbanos geralmente são tomados como objetos de preocupação e apropriação por parte de quem detêm o poder na cidade, sobretudo e com certa razão quando estes estão no cerne das discussões sobre o futuro dos centros urbanos e, quando estes assumem papéis centrais no processo de redesenho das cidades e de (re) modelamento de seus lugares públicos, como acontecia na Caruaru da década de 1960/70.

Havia neste período uma discussão contínua sobre o futuro de certos lugares da cidade, sobre suas dinâmicas e (des)organização, podemos tomar como exemplo concreto disso que propomos como reflexão as discussões em torno dos bairros Petrópolis, Salgado (*um dos mais discutidos por ser em 1960/70 e ainda hoje o maior bairro da cidade*), e do próprio Centro urbano que estava a comportar um número elevado de “mendigos, pedintes e pessoas de procedência duvidosa” como notificara durante toda a década de 1960 o jornal **A Defesa**, e conseqüentemente sobre a rua *Almirante Barroso* que estava cravada no coração da cidade.

Os espaços citadinos em Caruaru eram então, objetos de preocupação e atenção no século XX, assim como foram diversos espaços no Rio de Janeiro em fins do século XIX, sobretudo com o advento da República e o início do XX, à exemplo dos cortiços, das favelas, dos espaços centrais das metrópoles, por parte dos governantes, assim como foram os becos, lugares de enclave em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul também no breve século XX.

No Rio de Janeiro por exemplo, “tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmica das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços”<sup>123</sup>, desorganização e superpopulação já marcavam a constituição das grandes cidades republicanas, dos espaços públicos citadinos, sobretudo após a Abolição da escravidão. Massas libertas, juntavam-se aos muitos pobres livres em busca de espaços, de residência, formando um quadro difuso e confuso de habitação e ocupação da cidade, sobretudo no início do século XX.

Segundo o historiador Paulo César Marins:

---

<sup>123</sup> MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 132.

Surgia então a figura aterradora da massa de “cidadãos” pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações.<sup>124</sup>

Daí a grande preocupação das elites republicanas com os espaços públicos que estavam a se (re) configurar, sobretudo agora, com a presença maciça dos “indesejáveis” em lugares centrais, estratégicos. O Rio de Janeiro faz-se ser a primeira cidade brasileira “a sofrer um amplo projeto de reformas após o advento republicano, referenciado no exemplo “civilizador” da Paris haussmanniana”<sup>125</sup>, uma vez que a cidade destoava das grandes metrópoles da Europa que serviam de espelhos, modelos e exemplo.

Com isso não queremos afirmar sob hipótese alguma, que tal qual a experiência histórica única e singular de Paris ou Londres, ou qualquer metrópole europeia, as cidades brasileiras tenham seguido o mesmo exemplo de desenvolvimento e lógica, pois assim afirmar, seria negar a especificidade histórica da construção e desenvolvimento das cidades brasileiras, *da gente brasileira*, do modo como nos constituímos enquanto povo, espaço, seria a anulação de nosso processo formativo único e específico, portanto histórico.

Citamos o exemplo do Rio de Janeiro, pois de fato seus governantes, tomaram a capital francesa como exemplo no século XX para (re) organização da capital carioca, mas isso não significa dizer ou pensar que todo e qualquer estudo ou pesquisador da modernização urbana, sobretudo, de cidades que não são metrópoles tomem tal exemplo para embasar suas compreensões sobre o desenvolvimento das cidades das quais pesquisam e produzem, tornando até forçoso e anacrônico a compreensão e a comparação proposta, como fazem alguns pesquisadores da *urbe*, que equivocados querem enxergar a todo custo uma Paris e seus processos históricos, em cidades como Caruaru-PE ou Campina Grane-PB.

Partem sempre do macro para o micro, como se tal compreensão da cidade ou do fenômeno urbano em discussão viesse necessariamente de “padrões” históricos europeus já tão conhecidos, como o desenvolvimento das cidades aqui mencionadas, é como se houvesse uma explicação já pronta para o desenvolvimento dos centros urbanos no Brasil a partir de experiências outras, vindas do Norte

---

<sup>124</sup> MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.** In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.133.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 137.

do mundo, como se a chave de interpretação para a constituição de nossas cidades seguissem um roteiro, o das grandes metrópoles europeias, quando por exemplo algumas explicações para a *urbe* estão apenas na forma como as pessoas pensavam a mesma, sem nenhuma relação com os processos parisienses ou londrinos, sem contar que a temporalidade de tais processos históricos de modernização urbana na Europa, estão bem distantes das propostas em alguns estudos do século XX no Brasil.

É o que nos parece que fez em muitos momentos da obra, *O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)*, sua autora. Que compreende inicialmente a prostituição em Campina Grande-PB, a partir do exemplo Parisiense e Londrino, exemplo que se repete em muitos momentos de seu texto, enfatizando-o por inúmeras vezes diz: “Londres, Paris, Paris, Londres, Paris, Londres...”, para em seguida abruptamente, trazer tal discussão para o Brasil recém-republicano, sobretudo, nas cidades do sudeste brasileiro como Rio de Janeiro e São Paulo, vanguardas nessa discussão, para depois voltar-se ao antigo “norte do país” e por fim, chegar a Paraíba onde está a Campina Grande das décadas que estuda, 1930-50, forçando em alguns momentos a construção de uma ideia de cidade interiorana com ares de metrópole, cosmopolita, grandiosa, que se perde em algum momento na construção do texto.

Talvez essa interpretação de cidade “moderna e grande” já em 1930, parta de sua tão focada visão nos grandes centros urbanos do Brasil, como modelo de explicação para o que ela se propõe a pensar em sua cidade. Em 2017, Campina Grande contava com aproximadamente 410.332 pessoas segundo consta nas informações do IBGE e pode ser considerada uma cidade de médio porte, hoje na atualidade, certamente que nas décadas de 1930-50 ela não era uma grande cidade como pensa a autora em alguns momentos.

O roteiro de sua explicação parece não ter uma problemática, contradições, pontos de tensões. É uma escrita que importa as teorias regulamentaristas discutidas na Europa sobre a prostituição, lança-as ao Brasil de fins do Império e início da República, aplica-as ao Rio de Janeiro que serve de exemplo as demais cidades brasileiras, como se a experiência carioca fosse uma chave explicativa para outros núcleos urbanos, inclusive se refletindo em Campina Grande-PB.

Embora afirme em um parágrafo confuso que:

Devemos esclarecer, no entanto, que estas transformações não ocorreram de forma igual para todo o Brasil e especialmente na Paraíba, onde as reformas urbanas, que muitas vezes não tinha nada haver com reformas e embelezamento das cidades e sim

com a aquisição de equipamentos modernos, visavam dar ‘um ar’ de civilidade e progresso as cidades, ocorrendo esta aquisição de forma mais desigual ainda.<sup>126</sup>

Não nos elucida em sua escrita, um pouco dessa compreensão, é isso que acaba fazendo talvez sem perceber: abruptamente no texto, vai à Paris de Georges-Eugène Haussmann do século XIX, volta procurando reflexos de tais processos no Brasil republicano e os aplica um pouco forçadamente a Campina Grande-PB os espelhos dessas mudanças, (des) personificando-a, ou construindo-a a partir dessa leitura em quase todo o primeiro capítulo do livro.

Da mesma maneira apropria-se do grande estudo da historiadora brasileira Magali Engel: *Me-retrizes e Doutores- saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, livro síntese de sua tese de doutoramento, para pensar alguns dos discursos médico-higienistas em sua cidade e mais uma vez faz uma associação repetitiva que se faz cansativa, a tudo que se pensava na Europa sobre tal temática. Atribui ainda a “*instituição da ordem burguesa*” o surgimento da preocupação com a moral e os bons costumes, desconsiderando os outros tempos históricos. E deixa a cidade, sua cidade, objeto também de pesquisa, uma vez que era nela que estavam localizadas suas prostitutas, para um segundo plano, sem caracterização própria, refém de suas outras citações e referências “urbanas”.

Não queremos afirmar com tal enunciado, que não existam influências do macro histórico no micro, pois assim dizer seria tentar frear o fluxo da história, apenas afirmar que não necessariamente precisa ser lido desta maneira, o desenvolvimento de questões históricas que tomam como palco as cidades, como que quase por um modelo involuntário de explicação a partir de outras experiências históricas singulares, e não a partir da dinâmica cidadina posta em discussão.

Mas, ao mesmo tempo, reconhecemos e ressaltamos a importância da compreensão da história formativa dos grandes centros urbanos europeus, que muito têm a nos falar e ensinar sobre a constituição do que chamamos de cidade, de metrópole, sobre suas tensões e (des) organização, suas fronteiras de exclusão e seus espaços públicos, seus personagens anônimos, suas sensibilidades, possibilitando-nos também uma compreensão mais ampla do mundo europeu e da própria humanidade.

No século XX as cidades tornam-se objetos de (in) tenções e intervenções por parte de seus governantes, na historiografia ganham folhas e espaço, o fenômeno urbano no século XX apresenta-

---

<sup>126</sup> NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCG, 2008, p. 19.

se de forma tumultuado, diverso, confuso, seja na forma como seria “tratado” uma vez que constituíam uma nova dinâmica na recente história republicana, bem como seria pensado pelos sociólogos e historiadores que buscavam entender estas novas realidades brasileiras.

Segundo o historiador já citado, o Paulo César Marins, as grandes capitais da “jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais europeias, como Paris, Londres, Viena e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais”<sup>127</sup>, por isso há uma preocupação cada vez maior e constante por parte das elites políticas e urbanísticas de se apropriarem dos espaços públicos citadinos e com certa razão, tentando-os “sanar” de seus problemas mais evidentes.

Inicialmente estes processos se darão nas grandes metrópoles, à exemplo do Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador, posteriormente nas cidades medianas e do interior, a exemplo de Caruaru na década de 1970 que já contava com uma população aproximada de 142.653<sup>128</sup> habitantes.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento em seu texto *Era uma vez um beco: origens de um mau lugar*<sup>129</sup>, no livro *Palavras da Cidade*, organizado pela historiadora Maria Stella Bresciani, nos demonstra com clareza e com documentação precisa tal realidade na Porto Alegre -RS do fim do século XIX e início do XX. Mostrando-nos como tais projetos pensados para as cidades atendiam a lógica de um progresso necessário que invadiu a mentalidade das grandes cidades e de seus dominantes no período citado, levando os “donos” da *urbe* a um combate sistemático a tudo aquilo que destoava de um *ethos* moderno pretendido, a exemplo dos becos.

O beco era nesta compreensão um espaço destoante, condenado, sujo, digno de combate, afim de que a capital gaúcha fosse embelezada sem a presença de tais lugares e sujeitos que os habitavam. A beleza pretendida passava pela ideia da higienização social, tanto dos lugares como de seus residentes. Sem contar que tais espaços “condenados” e estigmatizados se encontravam em pleno centro da cidade e isso se constituía como um grave problema, se levarmos em consideração o período das transformações urbanas pretendidas, o que causava uma insatisfação ainda maior nos “cidadãos” civilizados da *urbe* que habitam o “mesmo” espaço dos agentes destoantes. Para a historiadora já mencionada:

---

<sup>127</sup> MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.** In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 134.

<sup>128</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>129</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Era uma vez um beco: origens de um mau lugar.** In: Palavras da Cidade. (org.) Maria Stella Bresciani. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p.97.

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das socialidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, frequentado pelos “turbulentos” da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizados se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral. Verdadeiros “lugares de enclave”, eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela contiguidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe. Para os cidadãos da Porto Alegre ordenada e disciplinada que viviam no centro, o “pecado” morava ao lado<sup>130</sup> (Grifos nossos).

Existia nesse processo de modernização e (re) ordenamento da cidade, projetos múltiplos de exclusões. E tomamos aqui como exemplo o combate aos becos em Porto Alegre-RS, por meio também das palavras, para mostrarmos como a cidade de Caruaru do período aqui abordado se encaixa também nesta lógica, de projetos de cidades atrelados a exclusão, de afastamento de sujeitos urbanos indesejáveis localizados no centro da cidade para as periferias.

Com isso não queremos afirmar que tal qual a Porto Alegre do período aqui estudado por Pesavento, a nossa cidade, Caruaru, tenha vivido tais processos, pois assim afirmar seria um equívoco tanto histórico como historiográfico, pois anularíamos as especificidades históricas de cada uma dessas cidades, não estaríamos levando em consideração as singularidades dos processos históricos-sociais que forjaram estes núcleos urbanos e estaríamos repetindo o que apontamos como crítica.

Tomamos os becos de Porto Alegre apenas para lembrarmos da rua *Almirante Barroso* em Caruaru, que como os becos já citados comportava as sociabilidades condenadas, para lembrarmos que ela era um “espaço maldito da *urbe*” e que justamente se encontrava no centro da cidade “Princesa do Agreste pernambucano”, um lugar durante muito tempo de “enclave”, de combates inclusive discursivos, pois o “pecado” morava exatamente ali, na rua da zona.

Assim como os becos deveriam ser extintos dos lugares centrais da capital gaúcha, juntamente com seus habitantes, para que projetos novos e modernos surgissem, a *Almirante* deveria ser “limpa” e moralizada, a fim de que aquela rua não fosse mais lembrada pelas infâmias que a ela estavam associadas.

Aquela rua agora, deveria ser uma outra rua, “decente”, onde famílias poderiam habitar pois as “desordeiras” não estavam mais ali para envergonhar a população de bem que morava em suas redondezas. Como já percebemos no primeiro capítulo, a rua *Almirante* era um incômodo no espaço

---

<sup>130</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Era uma vez um beco: origens de um mau lugar**. In: *Palavras da Cidade*. (org.) Maria Stella Bresciani. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 98.

central da urbe, daí a transferência de suas meretrizes para um outro lugar menos “visível”, que foi o Mocó, o novo lugar das “moças” da antiga rua da zona.

Diferente dos becos de Porto Alegre, a rua *Almirante Barroso* não seria destruída, mas seria “apagada”, seria reinventada, ela seria adornada com vestes novas que lhes encobrisse o passado prostituto da rua. Essa reinvenção começaria pela mudança de seu nome, era a proposta do prefeito João Lyra Filho ainda em novembro de 1973, ano da transferência. Ela, não deveria mais se chamar *Almirante Barroso*, pois todas as representações de prostituição da cidade estavam associadas a ela, agora a rua “limpa” e higienizada deveria se chamar BENJAMIN LARENA.

A mudança do nome é significativa, pois ela evoca os projetos de espaços que se pretendem criar, bem como a anulação de uma identidade histórica forjada pelo tempo para a rua *Almirante*, a mudança do nome da rua era uma tentativa clara de “esquecimento”, uma tentativa de apagar certos espaços e suas lembranças de prostituição nos territórios da cidade, como nos mostrará os Projetos de Leis criados na Câmara de Vereadores.

Como “a linguagem é uma arma, quando renomeamos o espaço, não o preenchemos apenas de palavras, mas sim de um corpus de significação. Com um novo nome, acreditamos, por vezes que erguemos uma barricada”.<sup>131</sup> Por isso, a palavra nesse sentido é de suma importância, pois nos permite compreender a intencionalidade da ação, a palavra torna-se representação de algo, torna-se a presentificação de ideias e projetos, a palavra na:

Sua função nominalista de identificar os dados do real, é também uma forma de qualificar o mundo, dando sentido e pautando as ações sociais. Este processo de outorga de significados é, pois, criador de realidade e instaurador da coerência que organiza a percepção do mundo. É atividade humana por excelência e, como tal, social e histórica. Tais considerações implicam admitir que uma mesma palavra pode comportar significados diferentes conforme o momento de sua enunciação<sup>132</sup>.

Há, portanto, uma luta por meio das representações, de representações múltiplas em torno da *Almirante Barroso*, das quais as elites políticas, tornaram-se reféns de todas as representações construídas com suas ajudas sobre a rua condenada e suas prostitutas. Desconstruí-las será um

<sup>131</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. **As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas.** In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural, narrativas e pluralidade.** São Paulo: Hucitec, 2014, p. 15.

<sup>132</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Era uma vez um beco: origens de um mau lugar.** In: Palavras da Cidade. (org.) Maria Stella Bresciani. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 99.



processo imediato e contínuo, um processo cujos artífices desse enredo histórico, serão, o prefeito da cidade e seus vereadores, e não sem uma intencionalidade.

A nova rua *Almirante*, “limpa e higienizada” sem a presença das prostitutas, precisa ser mais uma vez “construída” e inventada, inventada com novas representações, com novos adornos para atender a um determinado fim, daí, pensarmos as representações estritamente associadas a uma relação de poder e dominação, numa relação de forças entre poderes conflitantes dentro da *urbe*, e não apenas como as matrizes geradoras de condutas que de fato são.

Aqui, evocamos o historiador francês Roger Chartier, pois acreditamos como ele em que as

Percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>133</sup>

Por isso, temos defendido que esta “*investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação*”<sup>134</sup>, há, portanto, pelas representações, um cuidado que extrapola o visto, o escrito e dito sobre nossas prostitutas. As representações demonstram vontades de poder, demonstram construções discursivas que atendem a uma lógica de dominação por parte de quem as forjam. Logo ao se tramar a mudança do nome da rua *Almirante Barroso*, após a transferência das meretrizes para o Mocó, dar-se-á pelas representações que serão construídas para aquele “novo lugar” um caminho de construção de uma nova realidade para um espaço cidadão.

As representações criam, legitimam lugares e novos lugares, rotulam, inventam sujeitos, oficializa práticas, condena outras, no mar das representações estão mergulhados seus criadores, os sujeitos cidadãos, que também as (re) significam, todos os habitantes da *urbe* sem nem mesmo em muitas vezes perceberem, às enxurradas representativas sobre tudo que os cercam e os moldam, e em alguns casos comandam suas ações e práticas mais pessoais, como as coletivas.

Tamanho é o poder das representações que comandam práticas dentro das cidades, dentro do social, por isso:

Ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social- como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado

<sup>133</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editorial, 1988, p. 17.

<sup>134</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editorial, 1988, p. 17.

curtas-, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quantos quanto menos imediatamente materiais.<sup>135</sup>

Tomamos tal discussão a partir do historiador Roger Chartier afim de superarmos os bizantinos debates em torno das “objetividades” das estruturas (*que seria o terreno da história mais segura, aquela que manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade*)<sup>136</sup> e a subjetividades das representações, tomadas por alguns como irreais e irrelevantes para a compreensão da história e da produção acadêmica empenhada em compreender a vida em sociedade, pois elas seriam “*uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real*”<sup>137</sup>, acreditar em tal postulado seria negar nossa dissertação, por isso discordamos completamente daqueles que relegam às representações humanas a uma categoria inferior no processo de análise científica da produção histórica, pois confere as representações o entendimento de questões que extrapolam a materialidade ou a “objetividade” das estruturas, embora a elas estejam imbricadas no processo social.

É dentro dessa vontade de reinvenção do espaço da rua *Almirante Barroso* para a população caruaruense, que em 21 de novembro de 1973 o prefeito João Lyra Filho sanciona a Lei 2.249 que dizia:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU “faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Denominar-se-á de AVENIDA BENJAMIN LARENA<sup>138</sup>, uma nova artéria constante de loteamento já aprovado pela Prefeitura desta cidade ou de loteamento que venha a ser aprovado.<sup>139</sup>

Esse era o novo nome proposto para a rua *Almirante Barroso: Benjamin Larena*, embora na Lei não haja um detalhamento maior em referência a rua. Não consta junto a Lei, a proposta nem a justificativa para tal empreendimento. Na pasta, em que se encontra todo o processo de mudança do nome da rua *Almirante*, que será apenas encerrado em 1987, não identificamos o Projeto de Lei que propõe e discute essa mudança no ano de 1973, encontramos apenas o documento em que o Prefeito

<sup>135</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão editorial, 1988, p. 17.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>138</sup> Tal qual o escrito na Lei, estamos a transcrever o seu conteúdo aqui, daí as letras maiúsculas no meio das frases.

<sup>139</sup> Todas as leis citadas e analisadas nesta discussão e usadas como fonte, encontra-se sob domínio do Arquivo Público da Câmara Municipal de Caruaru, em bom estado de conservação e disponível ao público. Endereço da Câmara Municipal: **R. Quinze de Novembro, 201 - Nossa Sra. das Dores (CENTRO), Caruaru - PE, CEP:55004-160.**

João Lyra Filho sanciona a referida Lei, que feria a Lei 2.006 do Município de Caruaru que proibia a mudança de nomes das ruas da cidade, que será discutido pela Câmara Municipal três anos mais tarde.

Podemos levantar no mínimo três hipóteses sobre a ausência do Projeto da Lei que resultaria na 2.249:

- Primeira, o Projeto pode não ter existido e, o prefeito ter sancionado a Lei como se esta estivesse sido discutida e aprovada pela Câmara dos Vereadores, fazendo valer sua vontade de mudança do nome da rua *Almirante Barroso* uma vez que o próprio estava ligado a todo o processo de transferência da “rua da zona” para o Mocó;
- Segunda, o Projeto pode ter sumido se existiu, no processo de organização do arquivo da Câmara;
- Terceira, o Projeto de Lei pode estar no arquivo da Câmara perdido em alguma outra pasta das tantas que existem por erro, por isso, não constando nas pastas das quais tivemos acesso através dos funcionários do Arquivo.

Embora a referida Lei tenha sido sancionada pelo prefeito em 1973, alterando o nome da rua *Almirante Barroso*, dois problemas se colocavam e se colocam para nós através da documentação analisada:

- Parece-nos que a tentativa de alteração não deu certo inicialmente, pois não encontramos nos Jornais *A Defesa* nem no *VANGUARDA* nos anos seguintes, alguma alusão a Rua *Almirante Barroso* como *Benjamin Larena*, o que será confirmado no parecer favorável a mudança do nome da rua apenas em 27 de outubro de 1987. Embora sancionada pelo prefeito João Lyra Filho em 1973, é em 1987 que efetivamente os vereadores oficializam a Lei 2.249.
- A Lei 2.249 feria a Lei 2.006 do Município de Caruaru proposta pelo ex-vereador Carlos Toscano e sancionada pelo prefeito daquela época, em 20 de junho de 1968, que proibia definitivamente a mudança dos nomes das ruas da cidade.

Como tudo deveria ser legalmente executado, para que o novo nome proposto para a rua *Almirante Barroso* obtivesse êxito, atrelado as vontades políticas de quem conduziu o processo, a Lei 2.006 deveria ser alterada, a Lei deveria se moldar a vontade de sepultamento do passado “nefasto e depravado” da rua da “zona”.

Por isso, três anos depois, em 1976 um Projeto de Lei, o de Nº 2.733 surge nas discussões dos vereadores. O Projeto de Nº 2.733 era exatamente sobre uma abertura na lei, para a permissão da alternância do nome de uma rua da cidade, de uma única rua, da rua condenada: a *Rua Almirante Barroso*.

Dizia o Projeto de Lei Nº 2.733 apresentado pelo vereador FERNANDO SOARES DA SILVA em 29 de julho de 1976:

EMENTA: Cria parágrafo único ao Artigo 1º da Lei nº 2.006 desta Câmara nº 2.006.

ARTIGO 1º- Fica criado o seguinte Parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 2.006 DESTE DELIBERATIVO:

PARÁGRAFO ÚNICO: “quando numa artéria de Caruaru tiver existido o baixo metrício, chamado ZONA e que tenha sido do conhecimento público, a denominação por que é conhecida poderá ser substituída.” (Grifos nossos)

ARTIGO 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexado ao Projeto de Lei, estava a justificativa para aquela permissão, e aqui iremos transcrevê-la literal e integralmente para compreendermos toda a trama histórica proposta, bem como para darmos uma maior concretude ao que temos defendido e dada também a riqueza de suas informações, para posteriormente analisarmos o texto da justificativa.

## 2.3- A JUSTIFICATIVA.

A

ssim dizia a justificativa do Projeto de Lei: 2. 733:

### JUSTIFICATIVA

*Em boa hora esta Câmara criou a Lei nº 2.006, de iniciativa do ex-vereador Carlos Toscano e sancionada pelo então Prefeito daquela época, em 20 de junho de 1968, em que proibiu a mudança de nomes de ruas desta cidade, vindo coibir o uso eleitoreiro da troca de nomes, bem já não falecia a pessoa. Parabenizo o autor da proposição e esta Casa se deve orgulhar de ter elaborado a Lei em referência, pois, de uma vez por todas, desapareceu essa chaga que vinha pondo em deslevo os ocupantes desta Câmara. Era o aproveitamento da morte de um ser humano para que o vereador aparecesse junto aos seus familiares. E, estamos cumprindo a Lei em referência com altivez, até este momento, pois até agora nada nos pareceu que fosse preciso deixar de lado a Lei que criamos.*

*Mas, Senhores Vereadores, eis chegado o momento, uma vez que estamos com sério dilema. É que o baixo meretrício foi exercitado na rua Almirante Barroso, por longos anos e o público caruaruense disto tomou conhecimento e se transformou num conhecimento público, pois era ali realmente, o Baixo Meretrício, como anteriormente este existia na Rua 10 de Novembro, tendo esta artéria sido mudada a sua denominação para Rua Porto Alegre, por iniciativa desta Casa, atitude que ainda hoje é aplaudida pelo povo caruaruense e pelos seus atuais moradores. Então, esta alteração é por demais necessária a fim de que possamos alterar o nome da rua, sem que a referida Lei perca seu valor, perca sua finalidade. Apenas pedimos que uma artéria quando tenha sido ocupada pelo baixo meretrício tenha sua denominação mudada. E a chamada zona não é motivo de transferência de local constantemente, acreditando que o Baixo Meretrício não saia jamais de onde se encontra, o MOCÓ, pois ali há terrenos suficientes para que as construções surjam e quem construir saberá para que fim o fará.*

*Acredito, pois, Senhores Vereadores, e especialmente Senhores Membros das Comissões, que VV. Exci as, saberão compreender os motivos desta proposição, votando favoravelmente à mesma, pois, assim fazendo estarão atendendo a coletivi-*

*dade caruaruense, notadamente às famílias que habitam atualmente na Rua Almirante Barroso e aos gritos de todo o povo desta cidade que vem ao nosso encontro através da imprensa falada e escrita. E, nós devemos dar ouvidos aqueles que clamam por justiça. Para isso somos Vereadores. Para isto, essa gente boa de Caruaru nos mandou para esta Câmara.*

a)- FERNANDO SOARES DA SILVA-Vereador

Gilberto Torres Galindo

Paulo Vieira de Melo

Wanderley Francisco de Oliveira

Adejar Pereira da Silva

Antonio Claudio Pedrosa

Romero Monteiro Florêncio

Elias Soares da Silva

Aurelino Joaquim do Nascimento

Severino Alves de Souza

José Rodrigues da Silva

FSS/mdlb.

No primeiro parágrafo da justificativa, o vereador proponente da mudança do nome, o Fernando Soares nos diz que até o presente momento a Lei 2.006 tem sido cumprida com altivez pelos vereadores, pois, nada havia até o presente momento que os fizesse deixar de lado “a Lei que criamos”, acabando por certo com a politicagem existente em torno dessas mudanças de nomes das ruas da cidade. Mas, agora é chegado o momento de se criar uma emenda a esta deliberação de 1968, uma vez que a cidade “se encontra com um sério dilema”, o dilema era os antigos espaços de prostituição que tinham deixado marcas onde haviam funcionado.

O problema era a permanência do nome do *Almirante Barroso* naquela rua cujo passado recente era prostituição, cujo a história recente registrou não só suas prostitutas, como também as práticas de prostituição daquele lugar. Agora como parte constituinte e conclusiva do processo de transferência das meretrizes caruaruenses para o Mocó, era necessário trocar o nome daquela rua, pois ele, o

nome daquela artéria urbana, evocava representações negativas e pejorativas, aludia e trazia a memória aquelas “mulheres da noite” que ali habitaram e trabalharam por um certo tempo.

Depois da “remissão e moralização da rua” era impossível continuar com aquele nome, por isso *Benjamin Larena* era mais que necessário, este novo nome para a rua prostituta estava na ordem das coisas. Na ordem dos projetos urbanísticos, nos projetos citadinos de exclusão e higienização, de “limpeza” social.

Agora, é chegado o momento de infringir a Lei 2.006 segundo o vereador, pois o “baixo meretrício foi exercitado na rua *Almirante Barroso*, por longos e longos anos” e o povo caruaruense disso tomou conhecimento, a rua *Almirante* era conhecida pelo público da cidade, ela esteve na boca do povo por muito tempo. E não está ainda hoje, nas lembranças e falas?

O vereador trazia a memória o mesmo processo que se dera com a antiga rua *Dez de Novembro*, lugar de prostituição nos territórios da “Princesa do Agreste Pernambucano”, que não ficava tão longe da *Almirante Barroso*, a rua Dez de Novembro fora rebatizada, tivera seu nome mudado para rua *Porto Alegre*, que ainda hoje ostenta o mesmo nome do tempo de sua mudança, proposta também pela Câmara dos Vereadores. Segundo o vereador essa medida de alterar o nome da rua *Dez*, era “aplaudida ainda hoje” pelos moradores da rua e pelo povo caruaruense.

Se havia dado certo com a rua *Dez de Novembro*, agora *Porto Alegre*, por que não empreender e estender tal iniciativa a rua *Almirante Barroso* que há tanto tempo “incomoda” a cidade da boa moral? “Então, esta alteração é por demais necessária a fim de que possamos alterar o nome da rua, sem que a referida Lei perca seu valor, perca sua finalidade”, disse o Vereador. Aquele nome, deveria ser mudado, não só porque evocava lembranças de um “mau lugar”, mas porque era parte do processo da mudança tão decantada e esperada das prostitutas da rua da “zona” para um outro lugar, o Mocó, um lugar também condenado.

Aparentemente, a proposta do vereador Fernando Soares, era para a alternância de uma única rua, mas, já deixava claro na justificativa que tal empreendimento serviria para qualquer rua que tivesse comportado o baixo meretrício, o que será confirmado na emenda da Lei. Era um combate claro aos lugares de prostituição, ou de suas memórias, uma vez que elas não se encontravam mais na *Almirante Barroso*, então por que continuar com uma discussão tão longa sobre essa rua?

Por que destruir sistematicamente e simbolicamente a rua das “putas” bem como suas lembranças mais antigas e recentes, pintando-a agora como o lugar dos “*pratos típicos da cidade*”, e forjando para a mesma um novo nome, uma nova identidade? Era um combate ao que foi a *Almirante*

*Barroso*, as lembranças, as representações que compunham o imaginário cidadão, um embate entre representações e memórias.

E assim “os nomes vão se debruçando sobre aquilo que é nomeado, como se uma camada densa da poeira de tempo se assentasse sobre a outra. As ruas, os lugares, as coisas viram um palimpsesto de nomes postos em camadas, uma sobre as outras, uma lutando para soterrar a outra”<sup>140</sup>, vencendo quase sempre aquelas que estão perpassadas pelo Poder, poder político, cultural, econômico.

Era um jogo de poder também em torno das palavras, pois, elas dadas seu contexto social e histórico muito têm a dizer, lembrar, representar, palavras não só demarcam lugares como estereotipam, como condenam, fazem lembrar o que seus “donos” querem que seja lembrado, como também as utilizam para o esquecimento de determinadas obras ou pessoas. Isso só nos traz de volta a discussão sobre o poder do discurso e das palavras, sobre as representações.

Segundo a historiadora Sandra Jatahy Pesavento:

Assim, cultura e representações, tal como a sensibilidade, não podem estar distantes do conceito de memória. Do mesmo modo como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória também recupera, pela evocação, imagens do vivido. É a propriedade evocativa da memória que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente. E neste ponto, é preciso considerar que todos nós temos um museu imaginário de imagens, transmissoras de uma herança do passado, veiculadas pela memória individual, forjada de acordo com a memória social.<sup>141</sup>

Não seria tão fácil “apagar” a história prostituta da rua *Almirante Barroso* da memória do povo caruaruense, aquela história estava gravada no imaginário cidadão à época. O povo caruaruense tinha tomado conhecimento de seu funcionamento, já dissera o vereador Fernando Soares. O seu “esquecimento” será, portanto, gradual e contínuo, dessa “*forma Mnemósine e Clio presidem a reconfiguração imaginária do passado, a trocar sinais, da mneme à anamnese, da pronto à metamemória*”<sup>142</sup>.

<sup>140</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. **As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas.** In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural, narrativas e pluralidade.** São Paulo: Hucitec, 2014, p. 17.

<sup>141</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e Representações, uma trajetória.** Anos 90, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006, p. 51.

<sup>142</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cultura e Representações, uma trajetória.** Anos 90, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006, p. 51.



Clio, prontamente registrava em seus cadernos da história e proclamava por sua corneta aquilo que as elites políticas de Caruaru se propunham a esquecer, havia entre mãe e filha uma relação contraditória e ao mesmo tempo harmônica. Mnemósine não fazia-se, deixava-se esquecer, pois havia de fato uma história de prostituição na rua *Almirante Barroso* marcante e conhecida pelos habitantes da *urbe*, porém Clio com sua audácia e coragem, com seus registros históricos assegurava ao pesquisador do futuro o entendimento da prostituição nesses espaços, suas dinâmicas, representações e sensibilidades.

O nome da rua *Almirante* era histórico, portanto, não eterno, assim como qualquer outro nome de algum lugar ou ser, com isso afirmamos, que a mudança do nome da *Almirante* era portanto, possível, mas nesse momento específico ele estava associado a uma lógica que extrapolava uma “simples” nomeação, ele era parte do combate às marcas deixadas pelas prostitutas naquele espaço, espaço onde escreveram parte de suas vidas. Por isso, reconhecemos a efemeridade dos nomes, pois:

Dizer que o nome é histórico significa, também afirmar que ele não é eterno, que é temporal e que é invenção tradutora de uma realidade singular, de uma temporalidade específica, de uma visão de mundo. Assim, por ser histórico, o nome não é eterno porque a eternidade anula a historicidade das coisas e dos seres. O nome não é eterno não apenas porque podemos sempre rebatizar as coisas e os seres. O nome não é eterno - o que é mais importante- porque sua significação pode mudar com o transcorrer da própria história. O mesmo nome pode assumir significações diferentes com o passar do tempo.<sup>143</sup>

Há por meio dos projetos de Lei, tentativas de esquecimento, desejos de anulação de uma das constituintes da formação histórica de alguns espaços da cidade, à exemplo dos lugares de prostituição. Portanto, nesse jogo “*entre a lembrança e o esquecimento – as duas faces, contraditórias e combinadas da construção da memória do mundo- há todo um processo de aprendizagem, cultural e histórico*”<sup>144</sup>.

Se esta tentativa de esquecimento funcionou totalmente nos territórios da cidade de Caruaru, só seria possível tal compreensão por meio de uma pesquisa atual na cidade acerca da antiga rua *Almirante Barroso*, o que não é nossa tarefa aqui nesta dissertação. Aos pesquisadores do futuro, uma tarefa, uma grande tarefa.

---

<sup>143</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. **As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas.** In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural, narrativas e pluralidade.** São Paulo: Hucitec, 2014, p. 18.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 51.

Seguindo a sua justificativa, para a mudança do nome da rua já referida, o vereador diz que seus colegas também vereadores, saberão compreender a propositura, a necessidade dessa ação que altera a Lei municipal 2.006, “votando favorável à mesma”, atendendo não só a vontade dos vereadores, mas principalmente as famílias que agora habitam a rua Almirante. Se assim fosse feito, estes vereadores segundo o Fernando Soares, estariam atendendo a coletividade caruaruense, que vêm ao encontro dos vereadores aos gritos, pedindo tal ação, por meio também da imprensa falada e escrita.

Segundo o vereador, a Câmara, deveria dar ouvidos aqueles que clamam por justiça. Qual justiça? Que tipo de justiça poderia existir em uma alternância de nome de rua? Justiça para quem? É importante perceber, como o discurso do vereador no fim da justificativa se adorna de elementos morais e democráticos, uma vez que o proponente do Projeto de Lei lembra aos seus pares para que foram eleitos, lembra-se da democracia e, nada mais democrático do que atender a vontade do povo que quer a rua *Almirante* com um novo nome. E termina sua justificativa dizendo: “para isto, essa gente boa de Caruaru nos mandou para esta Câmara”

No dia 05 de agosto de 1976, escreve-se na sala de reuniões da Câmara uma Emenda Aditiva de Redação ao Projeto de Lei n. 2.773:

PARÁGRAFO ÚNICO- serão excluídas dessa proibição, as artérias em que tenham funcionado locais de prostituição ou que tenham denominações pejorativas ou depreciativas do seu bom conceito.

Em seguida encontramos o Parecer Favorável ao Projeto de Lei criado pelo vereador Fernando Soares da Silva:

PARACER FAVORÁVEL

Encontra-se no seio desta Comissão para receber o devido parecer, o Projeto de Lei nº 2.773, de autoria do ilustre vereador –FERNANDO SOARES DA SILVA-, o qual cria Parágrafo Único ao Artigo 1º da Lei desta Câmara nº 2.006.

Nada havendo a opor, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto em Referência. (Grifos nossos)

No dia 20 de agosto daquele mesmo ano, o Projeto de Lei 2.733, transforma-se na Lei Municipal Nº 2. 427 que autorizava a mudança do nome de ruas onde tivesse existido centros de prostituição na cidade. Dizia a nova Lei:

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU “Faço saber que a Câmara Municipal decretou a seguinte Lei”:

ARTIGO 1º- Fica criado o seguinte Parágrafo Único ao artigo 1º da Lei 2.006 DESTE DELIBERATIVO:

Serão excluídos dessa proibição, as artérias em que tenham funcionado locais de prostituição ou que tenham denominações pejorativas ou depreciativas do seu bom conceito.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aparentemente esta discussão sobre a mudança de nomes de rua estava encerrada. Agora legalmente, a rua *Almirante Barroso* poderia ter seu nome mudado, como propora o prefeito João Lyra Filho em 21 de novembro de 1973, ano da transferência das prostitutas da rua Almirante para as redondezas do Mocó, o prefeito queria *Benjamin Larena*, hoje ela chama-se ainda *Benjamin Larena*, mas é apenas em 1987 que efetivamente a rua terá seu nome oficializado. Há ainda um capítulo dessa história da rua prostituta, hoje “purificada”, mas nem tanto, uma vez que há 3 ou 4 cabarés em sua lateral.

O desfecho desse acontecimento em torno do nome da rua *Almirante*, começará em 06 de outubro de 1987 e terminará em 04 de novembro do mesmo ano, em quase um mês a discussão estaria definitivamente encerrada. No dia 06 de outubro de 1987, um vereador chamado Elias Soares dará continuidade a essa história propondo um novo Projeto Lei, o de nº 3. 733, que retoma a discussão em torno da efetivação da mudança do nome da referida rua. Assim dizia a primeira página do Projeto de Lei:

EMENTA: Denomina nova artéria da cidade e da outras providências.

ARTIGO 1º- Fica denominada “RUA BENJAMIN LARENA”, a antiga Rua e Travessa Almirante Barroso, nesta cidade. (Grifos nossos)

ARTIGO 2º- Fica revogada em todo seu teor a Lei nº 2.249, de 21 de novembro de 1973.

Após a proposição do Projeto, ainda no fim daquele mês, no dia 27 a Câmara dos Vereadores emite o parecer favorável ao que propunha o vereador Elias Soares, o novo nome da antiga rua da “perdição”. Assim dizia o parecer favorável:

PARECER FAVORÁVEL

No sentido de efetivamente atender e oficializar a Lei nº 2.249, de 21 de novembro de 1973, sancionada pelo ex-prefeito João Lyra Filho, o presente Projeto de Lei de nº 3. 733, de autoria do Vereador Elias Soares, tem o nosso Parecer Favorável para denominar de Rua Benjamin Larena, os espaços anteriormente nominados de Rua e Travessa Almirante Barroso.

Após a aprovação do parecer favorável, no dia 29 de outubro aquele Projeto agora tornara-se lei, a Lei municipal nº 3. 105, sancionada pelo então presidente da Câmara, em que de fato a rua *Almirante Barroso*, seria agora chamada de *Benjamin Larena*. Seguindo-se os dias, no dia 4 de novembro de 1987, o prefeito do município de Caruaru, José Queiroz de Lima, sanciona a Lei nº 3.105:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU “Faço saber que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte Lei”.

Art.1º -Fica denominada de “RUA BENJAMIN LARENA” a antiga rua e travessa Almirante Barroso, nesta cidade.

Art. 2º- Fica revogada em todo seu teor a Lei nº 2.249 de 21 de novembro de 1973.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

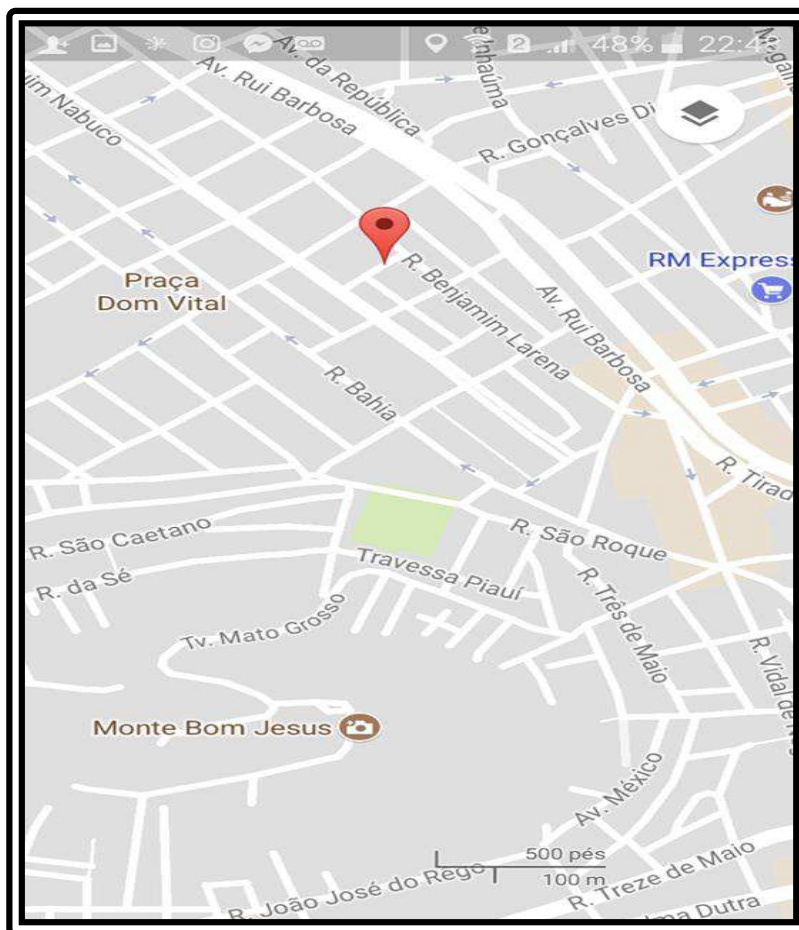
Prefeitura Municipal de Caruaru, 04 de novembro de 1987.

*José Queiroz*

*Prefeito*

Após toda essa discussão, que começou em 1973, agora a rua *Almirante Barroso* era uma rua completa, uma rua “decente” como todas as outras da cidade, as prostitutas a haviam “abandonado” ainda em 1973, os “pratos típicos” da região agora davam uma nova feição a rua, e as elites políticas,

donas da *urbe*, haviam concluído sua (re) construção, terminando sua “moralização” por meio do nome, ela agora e até hoje chama-se *Benjamin Larena*. Essa discussão estava encerrada.



**Fonte:** Google Maps- Acessado em 16/10/2017.

*Parte do Centro da cidade de Caruaru-PE, onde está localizada a rua Benjamin Larena.*

## 2.4- LUGAR DE PROSTITUIÇÃO: HISTÓRIAS SOBRE A ANTIGA RUA DEZ DE NOVEMBRO, HOJE PORTO ALEGRE.

*RUA DEZ, a rua das putas no País de Caruaru de muitos anos passados, rua de cabra macho, rua das desordens, a rua de maior movimentação noturna e de mais alegria em toda a cidade. Era a rua dos meus sonhos de menino e de meus prazeres de rapaz...*

*(Nelson Barbalho)*

**F**alar sobre a antiga rua *Dez de Novembro*, hoje *Porto Alegre* é sem dúvidas, resgatar histórias mil de prostituição nos territórios da “Princesa do Agreste” pernambucano, é resgatar sensibilidades no tempo, é conhecer vidas condenadas ao silêncio da história, da historiografia. É perceber pelos espaços que compõem a cidade, o que eles têm a nos dizer sobre seu passado, seu presente e quem sabe sobre seu futuro projetado, pois tudo na *urbe* “conta” um pouco de si.

Acreditamos assim como Robert Ezra Park, para quem “*a verdade, é que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam*” e a consequência disso, é que “*a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra*”<sup>145</sup>, nos contando muito de si e de seus muitos *modus vivendis*.

Embora a rua *Dez de Novembro* não se encontre dentro de nossa temporalidade de pesquisa, que são as décadas de 1960/70, ela foi a antiga morada de algumas de nossas prostitutas, antes de irem forçadamente para a rua *Almirante Barroso*, pois a rua *Dez* era ainda mais central do que a própria *Almirante*, por isso queremos resgatar um pouco daquele antigo espaço de prostituição, sem contar, que toda história dialoga com temporalidades que a antecederam, nos legando uma maior

---

<sup>145</sup> PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: **O fenômeno urbano**. VELHO, Otávio Guilherme (org.) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 29.

compreensão do próprio histórico. A rua *Dez de Novembro* nessa escrita está inscrita em fins da década de 1940 e toda a de 1950, de lá os lupanares irão para a *Almirante Barroso*.

Destacamos também a rua *Dez de Novembro*, por ela ter sido citada em vários momentos do nosso tópico passado, quando discutíamos a mudança do nome da rua *Almirante Barroso* para *Benjamin Larena*, em que os vereadores tomavam como exemplo a antiga rua da “Matança” lugar da “zona”, a rua *Dez de Novembro* que havia sido “redimida” do espectro da prostituição, inclusive ganhando um novo nome, rua *Porto Alegre*.

A partir de Nelson Barbalho, Agnaldo Fagundes Bezerra, Souza Pepeu e Fernando Florêncio, todos literatas caruaruenses, temos subsídio para conhecermos um pouco mais da antiga “RUA DEZ” como eles escreviam, um pouco de seu cotidiano, de suas muitas histórias.

Como disse Nelson Barbalho, aquela era a rua das “*putas no País de Caruaru*”<sup>146</sup>, lugar de cabra macho, lugar de se contrair “*as doenças do mundo, pois não doenças da RUA DEZ*”, lugar da diversão noturna de muitos jovens e homens. Rua também da venda de São Belo, que ficava situada numa de suas esquinas, no coração da própria “Matança”, um dos nomes dado também a rua Dez de Novembro, centro da zona de prostituição de Caruaru.

Era a venda que o escritor Nelson Barbalho gostava de visitar regularmente, como ele mesmo disse em seus escritos. Era na venda de São Belo que vez por outra, “*davam uns giros, se mostrando, as meninas trelosas da RUA DEZ, muitas das quais se tornariam inesquecíveis para mim...*”<sup>147</sup> disse o escritor. Essas inesquecíveis para Barbalho, eram a *foguenta Maria Barros*, a *bonitona Lica*, a sensualíssima *Severina de Diógenes*, a *gata mansa Pretinha*, gente boa à beça, todas elas “*putas de ganho, todas do barulho na cama e da brincadeira sem mistério*”.<sup>148</sup>

Conforme Nelson Barbalho as meninas trelosas, nossas prostitutas, não iam só a venda de São Belo a procura de clientes para seus comércios, para as carícias do sexo, iam em muitos momentos ali “*fazer higiene mental, iam mais para trocar dois dedos de prosa do que arranjar parceiros*”<sup>149</sup>, isso nos demonstra como a prostituta não era só aquilo que dizem ser seus acusadores nos jornais: pervertidas que pensavam em sexo vinte e quatro horas por dia, há na prostituição feminina muito mais que apenas sexo.

---

<sup>146</sup> BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente**. Recife: 1980, p. 68.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>148</sup> Ibidem, p.68.

<sup>149</sup> Ibidem, p.68

Havia sociabilidades no dia a dia das meretrizes, conversas amigáveis nas vendas e bares da “Matança”, conversas que se davam na troca diária de informações, redes de solidariedades entre os habitantes e frequentadores da *Rua Dez* e as próprias prostitutas, como nos contará mais à frente a revista **Caruaru Hoje**, e como tem demonstrado Nelson Barbalho em seu livro *Meu Povinho de Caruaru*.

Segundo o literata, um dos exemplos era o de “*Plácido José de Oliveira que adora puxar conversa com as meninas, tinha um jeito todo especial de cativá-las pela prosa variada e instrutiva... de homem muito lido e vivido*”<sup>150</sup>, portanto, a prostituta não era só sexo, ela transcendia aquilo que o olhar condenatório da “boa sociedade” míope pela moralidade e o desprezo a impedia de enxergar, enxergar a prostituta como uma mulher normal, uma mulher dotada de uma vida que extrapolava as quatro paredes de um quarto de cabaré, lugar de seu viver, de suas práticas.

Segundo Nelson Barbalho, Lica, aquela que ele chamou de “bonitona”, chegou até “*a ler folhetim romanesco por influência do malandro filho do Major Guilherme de Oliveira*” e continua sua narração do que via na venda de São Belo, agora meio indignado ou espantado pelo fato de ver prostitutas lendo, ele disse em relação a Lica: “*mulher da vida a perder tempo com leitura só sendo coisa do tihoso, mas acontecia na Matança, naqueles idos gostosos de minha adolescência no País de Caruaru, onde havia de tudo e de tudo aparecia mesmo fora de horas, como naquelas reuniões noturnas na venda de S. Belo*”<sup>151</sup>. Fica visível através da escrita do literata que leitura não era coisa de prostituta, até porque prostituta não precisa “saber ler” para vender seu corpo na rua da Matança.

Além desse lugar de conversas, a venda de S. Belo era um lugar de aconselhamento, onde o Plácido José de Oliveira, conhecido também como Plácido Dobrão de Ouro, estava sempre a conversar e aconselhar “*qualquer biraia*”<sup>152</sup> da RUA DEZ, segundo Barbalho, esse aconselhamento era só moral, pois “*ajuda de ordem material Plácido dava não. O bicho era amarrado de corda, um unha-de-fome da brucuta, embora fosse rico*”<sup>153</sup>.

A rua *Dez*, comportava muito mais que simples esquemas de prostituição, era lugar também de entrosamentos sociais, de classes sociais diferentes a dialogar, a exemplo do Plácido e suas amigas

---

<sup>150</sup> Ibidem, 69.

<sup>151</sup> BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente**. Recife: 1980, p. 69.

<sup>152</sup> Uma das muitas expressões usadas na cidade de Caruaru na década de 1950 para se referir as prostitutas da rua Dez de novembro, *biraia* era sinônimo na boca do povo para prostituta, rapariga, mulher de cabaré, mulher da vida, ou mulher de vida fácil, como muitos diziam. Não sabemos se tal expressão era, ou foi empregada em outros lugares do Brasil como sinônimo ou adjetivo a definir uma prostituta. Sabemos que ainda hoje moradores de Caruaru, sobretudo aqueles que viveram as décadas de 1950, 1960 e 1970 ainda lembram da expressão usada para definir também tais mulheres ligadas a prostituição, tomamos tal informação através de várias conversas informais com moradores das antigas ruas da “zona”.

<sup>153</sup> BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente**. Recife: 1980, p. 69.



prostitutas. Era um lugar de sociabilidades, de intimidade que extrapolava o meretrício, mas por se tratar de mulheres-prostitutas, essas sociabilidades eram condenadas, por isso geralmente não conhecidas e quando narradas, muitas dessas histórias não estavam comprometidas com a alteridade.

Ali, ainda na rua *Dez*, na calçada de uma de suas esquinas estava localizado um dos mais conhecidos cabarés da “Matança” o “Lanterna Verde do casal Américo/Antonieta”, segundo nos conta o escritor caruaruense Fernando Florêncio nas páginas da *Revista Bimestral Caruaru Hoje*<sup>154</sup>, lugar onde “*muitos olhares se cruzaram, muitos corações bateram em descompasso para um romance de alguns quartos de hora, na sua grande maioria, e, muito raramente, um pouco mais longos, de algumas noites ou semanas*”<sup>155</sup>.

Segundo Florêncio, estes não raros, terminam em conflitos e os motivos eram quase sempre os mesmos “*traição, ciúme, exploração, dinheiro curto ou nenhum...*” Ali na esquina, o salão, mesas e cadeiras, uma pequena pista de dança- um conjunto musical ou uma radiola faziam a festa, daqueles frequentadores da rua *Dez*, a rua da boêmia caruaruense na década de 1950, lugar não só frequentado pelos comuns, mas também por personalidades políticas, e, também alguns da classe média citadina como nos diz o escritor.

Aquela rua era um ponto de encontro, um ponto de conversas, um ponto do sexo pago e comprado, um espaço de entrosamentos e relações sociais. Um lugar desses tantos elementos que perpassam a prática da prostituição.

Ali as relações, conforme o literata “*se iniciavam com um olhar, um convite para uma parte, um drinque ou a oferta de um cigarro e terminavam quase sempre, na cama*”<sup>156</sup>, assim como também demonstrado nas relações da rua *Almirante Barroso*, os procedimentos das meninas “trelosas” se assemelhavam em alguns lugares, pontos em comum na vasta e complexa rede de prostituição que liga essas mulheres.

Os frequentadores da rua, a da “Matança” e do Lanterna Verde, quando podiam entravam, sentavam e chamavam uma mulher para a mesa, bebiam, dançavam e o resto, caro leitor você já sabe, era só consequência, nos contou Fernando Florêncio.

---

<sup>154</sup> Foi uma revista caruaruense de distribuição bimestral, criada e idealizada pelo jornalista e escritor Souza Pepeu no ano de 2000, era um veículo como ele mesmo gostava de dizer, com o objetivo de resgatar o passado da cidade, através de suas histórias, entre elas a da prostituição. Foram onze anos de publicação ininterrupta até a morte do fundador e escritor, após seu óbito a revista saiu de circulação na cidade de Caruaru.

<sup>155</sup> FLORÊNCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1)**. In. *Caruaru Hoje*, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007, p. 41.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 41.

Na rua Dez, os protagonistas daquela peça são homens e mulheres “*cada qual em busca de sua presa, ele buscando saciar os seus desejos e ela tentando a todo custo sobreviver*”<sup>157</sup>, numa relação de troca, permeada e nutrida pelo capital, pelo dinheiro. Já aqueles que não podiam entrar no Lanterna Verde ou outros puteiros, por falta de dinheiro, nos diz o autor que o “*sereno também era animado*”, pois aqueles homens ficavam ali de plantão, horas e mais horas, admirando os dançarinos e quem sabe uma possível conquista.

Era um lugar de muitas histórias, contadas sob o espectro da prostituição, a exemplo de uma narrada pelo escritor, como aquela festa dada pelo prefeito da cidade no Lanterna Verde em algum ano da década de 1950. Segundo Florêncio,

O prefeito da época convidou meia dúzia de amigos e uma dúzia de mulheres, providenciou comida e bebida em abundância, maçãs, peras e uvas, lança-perfume e fechou o Lanterna Verde só para eles. Ao som de muita música, vararam a madrugada até o Sol raiar numa homérica bacanal jamais vista ou sonhada por uma Caruaru ainda bucólica e provinciana.<sup>158</sup>

Há, também, uma outra história acontecida na *Rua Dez*, contada por Florêncio, sobre um jovem rapaz que ele chama de primo Belmiroff, se o rapaz era de fato seu primo não sabemos. Interessamos a história de “sua primeira vez”, de “sua primeira aventura amorosa” pela rua da “Matança”. Belmiroff, era um juvenzinho, que a pouco tinha deixado a adolescência, era franzino, tímido, de classe média. Ele estava sempre ali “*de plantão no sereno, do chamado cabaré de Américo*”, e já havia escolhido aquela com quem desejava perder sua virgindade, há semanas ela dançava e ele a admirava, com o coração enamorado por aquela rapariga de olhos “*verdes-cinza*”.

Esse namoro “*de olho no olho e leve sorriso sem uma palavra, um cumprimento- durou semanas, não se sabia se o maior empecilho para uma aproximação era a timidez ou a falta de dinheiro*”<sup>159</sup>, para o escritor, os dois sem dúvidas. Era, muito mais a falta dinheiro, pois naquela mesma semana, juntou todos os trocados que dispunha, pediu emprestado o que faltava a uns amigos e “*conseguiu juntar o necessário, somou tudo e trocou por uma nota de vinte mil réis, que era o cachê da época*”<sup>160</sup>, custaria vinte mil réis a sua primeira vez com uma mulher, uma mulher “da vida”.

<sup>157</sup> FLORENCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1)**. In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007, p. 41.

<sup>158</sup> FLORENCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1)**. In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007, p. 41.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>160</sup> FLORENCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1)**. In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007, p. 42.

Agora com a nota no bolso, fruto, das economias que fizera e conseguira com os amigos, criou coragem e foi para o sereno da noite, perto do Lanterna Verde e ficou a esperar que ela aparecesse, aquela cujos os olhos verdes o havia cativado. Ela do nada, apareceu.

Ele não “teve dúvidas: respirou fundo e com um movimento de cabeça fez sinal para que ela saísse. Ela assentiu com o olhar. Terminada a parte, ela sai e ele a segue. Não trocam um cumprimento, uma palavra, nem sequer caminham juntos”<sup>161</sup>. Caminharam em silêncio até a casa da prostituta, sem trocar uma única palavra. Ele estava trêmulo.

Ela ascende o candeeiro de manga e começa a se trocar, ele faz o mesmo, embora, todo embaraçado “sem entusiasmo e, por incrível que pareça, meio triste- quem sabe por se descobrir um despreparado para a tarefa a que se propunha”<sup>162</sup>. Ele sentou-se na beira da cama, de cuecas, meio encolhido, murcho, apagado sem saber o que fazer e muito menos o que falar. Até que ela aparece, com sua experiência, aprendida com a prática:

Afaga-lhe os cabelos, beija-lhe a testa, depois demoradamente os olhos e em seguida esboça novamente aquele meio sorriso irresistível a que já estava acostumado. Só então ele se anima, se recompõe, renasce, e com aquele roçar de pele com pele, aquele cheiro de mulher perfumada que nunca sentira antes, as brasas aparentemente adormecidas em suas entranhas, transformaram-se como por milagre, em labaredas vivas...<sup>163</sup>

Acessas as chamas da paixão, do desejo, da vontade, conduzidas por aquela mulher da zona, ele pode finalmente “partir para o nunca antes conhecido e prazeroso jogo carnal”, transam, fazem sexo, ele, deixa-se levar por aqueles olhos-verdes que lhe levaram a loucura, ao paraíso, aos territórios do prazer. Segundo Florêncio, terminada toda aquela batalha, “após o asseio de praxe, veste-se, deixa a nota de vinte mil réis sob o candeeiro e sai. Sem nenhum cumprimento. Sem uma palavra”.

Belmiroff, não era mais um jovem “donzelo”, agora era “um homem” havia provado do doce fruto da noite da tão falada *rua Dez*, a mesma da tão antiga condenação caruaruense. Quantos Belmiroff não receberam e conheceram nossas meretrizes, de quantas histórias como esta não tinham sido também protagonistas?

---

<sup>161</sup> FLORENCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1)**. In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007, p. 42

<sup>162</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 42.

Ainda da rua *Dez*, há uma pequena história entre as tantas: a de uma elegante prostituta, que sempre caminhava pelas adjacências da referida rua e, narrada por nosso literata em algum dia de maio da década 1950, o autor, ainda Fernando Florêncio, não nos dá a data precisa. Ela era uma figura “*graciosamente feminina, vestida sempre com esmero e bom gosto... no rosto uma maquiagem de tonalidade suave, o cabelo negro e abundante se enrodilhando num coque no alto da cabeça... tinha a pele clara e aveludada*”<sup>164</sup>, a referida prostituta trazia ainda consigo brincos de argolas douradas que lhe enfeitavam as orelhas e, sempre também com sua sombrinha...

Aquela era “*Isabel, mais uma vez entre tantas, fazendo o seu passeio vespéral pelo centro urbano, indiferente aos olhos concupiscentes dos homens e aos ditos fuzilantes de algumas mada-mes*”<sup>165</sup>. Ela, parecia não se importar com sua condição de prostituta, apenas, com maestria andava sob os olhares desejosos e condenatórios.

Segundo nosso literata, Isabel não se mostrava, não estava se exibindo, ou fazendo comércio, nem tinha culpa de ser o que era. Ela simplesmente passava, no fim da “*tarde outonal*”, ou desliza suavemente “*como uma garça-real em lago de águas serenas*”, ela apenas caminhava. “*Vai passando, leve como uma pluma, sem orgulho ou empáfia, deixando até transparecer, em alguns momentos, uma certa timidez ou insegurança, pois bem sabe o quanto ela e suas iguais são vítimas de discriminações e preconceitos*”<sup>166</sup>.

Interessante é perceber como continuará a narração e descrição feita sobre Isabel: “*mas vai passando com a dignidade de uma dama respeitável- essa é a imagem que ela transmite*”, o autor coloca e associa honra a uma figura que socialmente condenável, jamais teria, dado o teor de suas “práticas imorais”, não condizentes com uma mulher portadora de “honra”.

Para o escritor, Isabel, tinha dignidade, como a de uma dama respeitável da cidade, pois ela era bem mais que uma prostituta, aqui nesta escrita, a palavra condenatória *prostituta* é esquecida, deixada de lado, Isabel era uma dama, é descrita como uma grande e admirável mulher. Há no *olhar* de nosso literata, uma outra descrição que foge à regra para o ser prostituta.

Uma dama que por onde passava, deixava atrás de si uma fragrância pelo ar, uma fragrância “*sutil e aliciante, de que não se esquece jamais*”, cheiro e vista a ser devaneios de muitos dos que

<sup>164</sup> FLORÊNCIO, Fernando. *Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (2)*. In. *Caruaru Hoje*, ano 8- Nº 44- Outubro e Novembro de 2007, p. 34.

<sup>165</sup> FLORÊNCIO, Fernando. *Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (2)*. In. *Caruaru Hoje*, ano 8- Nº 44- Outubro e Novembro de 2007, p. 34.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p.34.

olham, era um mistério encantado. Fernando Florêncio termina sua narrativa dizendo: “*ah, Isabel, quantas tardes iluminaste com tua a meiga presença, tua elegância, teu doce caminhada, tua classe incomparável, teu porte de rainha. Ah, Isabel, Isabel... Saudades*”. Palavras doces para um cotidiano marcado pelas intemperes da zona, palavras de saudade, de alguém conhecida. Isabel, uma das damas da Rua Dez. Isabel, da “matança”, Isabel do passado prostituto de Caruaru, Isabel de algumas histórias, como essa contada pelo escritor Fernando Florêncio e agora desta dissertação.

## 2.5- DOS NOMES DAS “MULHERES DA VIDA” QUE MARCARAM VIDAS.

Gostaríamos de começar esse tópico, falando da especificidade do nome. O nome é um elemento distintivo entre às pessoas, pois, ele carrega elementos indentityários e elementos da idiosincrasia humana, pessoal. Quando lemos os escritos acerca de nossas prostitutas na cidade de Caruaru-PE, que trazem especificamente o nome de várias dessas mulheres aparentemente “esquecidas”, compreendemos que elas não eram tão “invisíveis” assim como pensamos.

É importante ressaltar a relevância dos escritos de Nelson Barbalho e Agnaldo Fagundes Bezerra<sup>167</sup> no que se refere a essa questão, a de nomear e registrar um pouco da história dessas mulheres-prostitutas. Ressaltamos as suas escritas pois, é por meio delas que conhecemos um pouco mais dos nomes das mulheres da antiga rua *Dez* e posteriormente da *Almirante Barroso*, afim de que estas mulheres não sejam apagadas de suas singularidades, confinadas ao mar do esquecimento, por terem como nome homogeneizador: *prostituta*. A palavra prostituta, apaga e abarca em uma só grafia as singularidades de cada um ser desse, intitulada de prostituta, já o nome as distinguem, associa-lhes suas particularidades, as fazem mais reais, concretas, pois, as reconhecem como humanas e não como só uma palavra.

E é por meio de Agnaldo Fagundes Bezerra em seu livro *Caminhantes de Caruaru*, que conheceremos algumas dessas tantas “mulheres da vida, perdidas, caídas no mundo, decaídas da sociedade... aquelas infelizes que viviam na Antiga Matança, depois Rua Dez. Ou batendo calçadas, pelas ruas de Caruaru”<sup>168</sup>, aqui as conheceremos por seus nomes, aquilo que lhes distinguiam uma das outras e de tantas outras residentes na *urbe*. Segundo o escritor Agnaldo, um “punhado delas ficou

---

<sup>167</sup> Autor de livros e diversas crônicas sobre a terra de José Rodrigues de Jesus (fundador da Cidade). Agnaldo tem sido um pesquisador constante e denodado amante da "Terra dos Avelozes", da "Capital do Agreste", regatando nomes de pessoas humildes que se não fosse a abnegação ficariam esquecidos, quer pelo folclore, quer pela participação histórica nas áreas de cultura e social. Não se pode só elogiar as "Águias", precisa-se falar dos "Beija-flores". Nota feita por Newton Thaumaturgo no Blog *Municipalismo Por Newton Thaumaturgo* em 18 de janeiro de 2010. Ver blog: <http://newtonthaumaturgo.blogspot.com.br/2010/01/escritor-agnaldo-fagundes-bezerra.html>, acessado em 15 de novembro de 2017 às 23: 08. Grifos nossos.

<sup>168</sup> BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1980, p. 119.

conhecido pelos apelidos, que carregaram para o resto da vida, e que caminhavam de boca em boca, especialmente na do Zé-povinho”<sup>169</sup>.

Iremos transcrever literalmente o que disse Agnaldo Fagundes sobre “as mulheres da vida” residentes na Rua Dez de novembro, sobre seus nomes e apelidos. Segue-se a lista, contando com nove prostitutas. A primeira a ser mencionada é:

- ***Maria Chalé***, tinha mania de morar em chalé, todo caiado de branco, terreiro limpinho. Ficava horas, na janela, entretida, fumando cachimbo, esquecida do tempo e da vida miserável que levava.
- ***Maria-Boi-Brabo***, uma parada dura de roer. Quando cismava, a confusão era geral na zona. Nunca levou desaforo para casa. Ninguém a segurava. Nem mesmo a polícia que comia da banda podre com ela. Mulher bonita. Bonita e perigosa.
- ***Maria Bronzeada***, cabocla de pele bronzeada, de rosto bonito.
- ***Donzela***, carregava essa alcunha, desde moça. Simpática e calma. Não frequentava forró.
- ***Antônia Velha***, feia e rabugenta. Conhecida como professora e conselheira das demais. Informações sobre qualquer biraia da RUA DEZ, era ela a fonte e o escoadouro. Morreu na mais extrema pobreza.
- ***Tereza Zanoia***, considerada rica pelas companheiras e muitas diziam que ela tinha sua ponta de orgulho. Vivendo afastada do ambiente das outras, socada no seu canto, sem incomodar ninguém.
- ***Isabel-Bunda-de-Tanajura***, de pernas finas e traseiro arrebitado. Daí, seu apelido. Tomava uma carraspana medonha. Considerada pelos forrozeiros como tendo os pés de seda, por ser excelente dançarina.
- **MARIA PEQUENA**, um pingão de gente. Encarquilhada e feia. Feia que só a necessidade. Morreu na miséria, coitada!

---

<sup>169</sup> BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1980, p. 119.

- *Dona Benedita*, vivia amasiada com Neco, dono de um forró. A mulher que não a chamasse de “dona”, estava sumariamente marcada por ela, sem direito a dançar no seu forró. Gostava de “status”.

Destacamos aqui o nome de Maria Pequena entre os demais, porque no dia 29 de janeiro de 1972 o *Jornal Católico A Defesa*, publicará uma nota sobre o falecimento e velório dessa prostituta tão conhecida na cidade, sob o título “*Morreu Maria Pequena*”. Nessa trama é perceptível que prostituição e cidade se entrelaçam o tempo inteiro como mencionamos no primeiro capítulo. Embora fossem desprezadas por uns, “malditas” por outros, a figura da prostituta na cidade de Caruaru não era totalmente “invisível” socialmente, inclusive nos meios oficiais de notícias da época, nem na “boa sociedade”, se assim não fosse então por que reservar no noticiário um espaço para notificação da morte de uma “mulher da vida”?

A notícia do dia 29 escrita por Luécito Cintra, começa trazendo a informação de que Maria Pequena, era a mais antiga prostituta da zona, que em 1972 já estava localizada na rua Almirante Barroso e não mais na Dez de Novembro, e nos conta de que ela morreu: leucemia. Segundo o autor da notícia ela “fora amante de mais de uma dezena de ‘homens de bem’, comerciantes, médicos, advogados, funcionários públicos etc.” E continua sua escrita a dizer que avistou o cortejo fúnebre cruzando a linha férrea distanciando-se do meretrício. E nos traz alguns detalhes do cortejo.

Segundo Cintra, “não eram os ex-amantes que conduziam o féretro, mas quatro meretrizes que sustentavam as alças da urna mortuária”. Pelas informações mencionadas pelo escritor, nos parece que ele sabia quem eram seus amantes e que nenhum deles, se encontrava ali. A matéria continua: “Morreu Maria Pequena. Para que alarde? Não seria necessário a presença dos amantes, assim como surgiram desapareceram...”.

O Cintra continua nos falando sobre a morte e o cortejo fúnebre de nossa prostituta:

As mãos que acariciaram-na enquanto tinha vida, não suportariam a rigidez e o peso de um caixão funerário e menos seriam capazes de acariciar a fronte gélida de uma prostituta morta. Sua própria gente a conduziu à sepultura: comerciantes noturnos, prostitutas, cafetões e gigolôs. Viviam do mesmo infortúnio, ambientizavam-se das mesmas ilusões. Na carreta, cravos brancos contrastavam com o colorido das vestes ousadas das meretrizes. Que estranha ironia: as flores desgalhadas jaziam na carreta



rumo ao cemitério; a meretriz jazia desgalhada do prostíbulo conduzida à sepultura. Flores e prostituta com o mesmo destino.<sup>170</sup>

O fato concreto era que aquela prostituta tinha morrido, deixando aquela vida que levara até sua morte. Não seria mais um número, uma “mariposa” noturna nos territórios da “Princesa do Agreste” pernambucano que não a “aceitava” enquanto prostituta e mulher. Sua difícil vida tinha chegado ao fim, sua vida de grande “miséria” como disse Agnaldo Fagundes. Havia “morrido Dona Maria Alves, sem repiques dos sinos e sem a visita dos ex-amantes”, disse Cintra.

Em algum dia, para o autor da matéria “um amante qualquer morrerá e é possível que tenha ao seu lado uma prostituta acariciando ternamente a fria frente, depositando cravos brancos no corpo inteiro e conduzindo o rígido caixão ao cemitério”. Ela não seria esquecida embora morta, havia feito história, fez e agora é parte também dessa história de prostituição da cidade de Caruaru. Descansou Maria Pequena.

Assim como em Caruaru, pequeno ponto histórico do país, durante toda a história do Brasil, seja na Colônia, no Império ou na República, mulheres prostitutas foram registradas com e por seus nomes. Ganham em algum momento pequenos espaços na escrita da história, mesmo que quase sempre associadas ao que é pejorativo. Agora, evocamos a historiadora Mary Del Priore para falarmos de algumas prostitutas nomeadas, entre as tantas existentes no Brasil Colonial, apenas como exemplo disso que afirmamos.

Como esquecer de algumas “mal procedidas e meretrizes” da Colônia, registradas nos processos, na história e na memória da população? Nas cidades coloniais “as mal procedidas ganhavam suas vidas em praças, fontes, ruas e casas de comércio, até esbarravam na repressão periódica de autoridades ou da vizinhança, incomodados com suas brigas e arruaças”<sup>171</sup>, e tornavam-se conhecidas.

Domingas Fernandes de São Paulo em 1758 é um desses exemplos, era “acusada de viver meretrizmente e desonesta... que é consentidora que em sua casa se desoneste mulheres”<sup>172</sup>, como aquelas conhecidas como Martinha, Ifigênia, Joseja e Narcisa, todas elas “vivem de suas excomulgadas torpezas... insiste o acusador, e de cometer com vários homens na mesma casa que tem a porta aberta para esse detestável fim”<sup>173</sup>.

<sup>170</sup> Jornal *A Defesa*, 29 de janeiro de 1972.

<sup>171</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 41.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p. 42

<sup>173</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 42.

Ainda da mesma cidade, São Paulo em 1752, havia Joana Maria Leite, e era vulgarmente conhecida como Joaninha, ele era acusada “de ser pública meretriz fazendo de tão torpe estado modo de vida, de sorte que não só está pronta a quantos a procuram, mas ainda incita os que não a buscam para com eles ofender a Deus”<sup>174</sup>.

Havia ainda Ana Delgada da Silva que em 1781 “é acusada de ter se separado de seu marido e viver com escândalo... e assistindo numa casa de alcouce<sup>175</sup> e prostituição”<sup>176</sup>. Para além do registro do nome, destacamos também aquilo que nos aponta Del Priore, as causas que empurravam para a prática da prostituição essas mulheres no geral e as também nomeadas: a precariedade das condições materiais de vida, um dos motivos primeiros para a prostituição no Brasil.

Um exemplo desses é o de Joana Pedrosa em 1754, em Mogi das Cruzes, que “não faz vida com seu marido... (este) a muitos anos a desamparou... a dita tem por ofício andar buscando homens passageiros por todas as vendas”<sup>177</sup>, a pobreza assume nesta tessitura da história um elemento fundamental para a explicação da prostituição em nossos territórios. Segundo Del Priore:

Muito comum no quadro de pobreza da colônia eram mães, pais e maridos consentirem na prostituição de suas filhas e esposas, assim como faziam Francisca Carijó, em Itu, ou Joana Ribeira, em Atibaia, em 1758, que exploravam as suas filhas. A primeira vivendo do que elas ganham por suas torpezas, acompanhando a sua filha que vai fora de casa a seu mau trato... A segunda não só se desonesta com uns e outros pública e escandalosamente, mas também serve de alcoviteira a sua filha solteira por nome Ana... entregando-a a todos que com ela se querem desonestar.<sup>178</sup>

Assim como nas demais províncias brasileiras, outro exemplo é o das Minas Gerais, onde “a prostituição parece ter atingido uma proporção bem mais elevada que em outros da Colônia, além de apresentar traços bastante peculiares”<sup>179</sup>, que aqui não nos deteremos a explicar. Nas Minas, assim

---

<sup>174</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>175</sup> *Casas de Alcouce* era uma expressão usada como sinônimo de prostíbulos, ainda vigente no século XVIII, era um dos termos mais empregados e comumente usados para definir os locais de prostituição na Colônia, tanto pelas pessoas no cotidiano, quanto nos inquéritos oficiais.

<sup>176</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 42.

<sup>177</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>178</sup> DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 43-44.

<sup>179</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 156.

como em outros lugares “as prostitutas eram identificadas por apelidos nas comunidades em que habitavam”<sup>180</sup>, assim como as conhecidas, Sopinha, Cachoeira, Rabada, Pisca, Comprimento, Foguete, A mãe do mundo e muitos outros.

Conforme Figueiredo: “o estigma da prostituição agora aparecia acompanhado desses depreciativos que reforçavam a desclassificação social de mulheres negras, mulatas, carijós empurradas para aquela prática”<sup>181</sup>. Para além do nome prostituta, havia agora o nome e o apelido, para algumas. E assim segue-se os registros dos nomes de nossas prostitutas pelo Brasil a fora, em cada lugar com certeza, pelo menos algum registro há.

---

<sup>180</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 157.

<sup>181</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 157.

## 2.6- ALGUMAS LINHAS: DAS CAUSAS DA PROSTITUIÇÃO E DO CAPITALISMO.

*Não há panfletos morais, não há leis severas nem organizações sociais, nem enganosas receitas, nem discursos da Unesco que possam fazer desaparecer a prostituição, enquanto não se transforme nossa atitude íntima para com o amor.*

Maryse Choisy

O *homo lascivus*, na sua ânsia por prazer sexual, busca a prostituta. Vai ao encontro daquele ser “*resultante da ausência do amor e da presença do dinheiro*”, combinante das imbricações sociais do meio em que vive/viveu, que lhes forja com tamanha força, assim como um oleiro a construir um vaso, que ao fazer imprime no objeto de sua criação, marcas, identidades, formas, que se inscrevem sempre em um dado tempo-espaço.<sup>182</sup>

Com a afirmação dos tempos modernos e do capitalismo enquanto sistema, cujo fio condutor é o deus *dinheiro*, a mulher prostituta torna-se ainda mais, coisa, objeto, e o “amor” tão prezado na sociedade ocidental-cristã, torna-se venal. É com a consolidação do capital, que a mulher “*ingressa na categoria de mercadoria encontrada no mercado*”<sup>183</sup>, como um produto a ser buscado, negociado, comprado, desejado, usado, pronto a atender “*as necessidades dos homens mal-educados sexualmente*” de uma sociedade marcada por padrões patriarcais e machistas, cujo o fim maior é: a realização dos desejos sexuais do homem, como já dissera o Bispo Dom Augusto de Carvalho, ao pensar a prostituição em Caruaru em algum ano da década de 1970.

Com isso, não queremos afirmar que a prostituição feminina, a que aqui discutimos, é fruto da modernidade ocidental, apenas, voltamos o nosso olhar para essa temporalidade histórica para a partir dela, levantarmos algumas reflexões, visto que é na modernidade que a prostituição como a entendemos nesta análise dissertativa, explode enquanto fenômeno de massa, sobretudo, na Europa,

<sup>182</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 29.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 29.

resultante de toda uma dinâmica histórica e também como uma das consequências do capitalismo que estava a se definir e a forjar “involuntariamente” seus marginalizados. Porém reconhecemos os estágios anteriores de tal prática, e aqui evocamos o delegado Armando Pereira para (re) lembrarmos tais períodos.

Passa a prostituição no mundo por cinco períodos distintos, segundo o autor, que indicam as “dominantes éticas e filosóficas da humanidade na ronda dos tempos”<sup>184</sup>:

- No primeiro período, com caráter sacro e hospitalar, ela nasce e se nutre à margem e paralelamente à família. A prostituta de reveste de aspecto místico e tutelar;
- No segundo, o epicuriano, assume papel estético e político... Seu papel é menos religioso que político;
- No terceiro, o cristão, é como a lepra. Em nome da moral e da família, a meretriz é chicoteada, embora Santo Agostinho venha piedosamente em seu socorro e lhe dê na sociedade um pequenino lugar ao sol, chamando-a a ignominiosa cloaca que defende a donzela.

E aqui destacamos no terceiro período, o do *medievo*, a prostituição no sentido da definição que aqui discutimos. É na Idade Média, com a civilização ocidental-cristã que ela se define, é na Europa meridional que se formam os primeiros bordéis, o lugar dessas mulheres decaídas de uma sociedade com pretensões de alcançar o sagrado na Terra, mas nem por isso, Santo Agostinho não deixou de comentar sua “utilidade” nas sociedades de seu tempo quando disse: “*as prostitutas e outras pestes desta natureza? Tirai da sociedade humana as prostitutas e tereis manchado tudo de volúpia*”<sup>185</sup>.

- O quarto, o da tolerância, surge sob o signo da ciência, como o *mal- necessário*. A *fille* se submete ao regulamento, move-se sob o controle sanitário. E o mundo vê aumentar o exercício das decaídas de maneira nunca presenciada antes.

Tal período histórico, foi tomado como objeto de estudo e reflexão por diversos historiadores, brasileiros e internacionais, hoje já consagrados por suas pesquisas, como já demonstramos nos capítulos anteriores, no Brasil por exemplo, uma grande obra que abrange tais questões, é o já clássico: *Meretrizes e Doutores- saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, da historiadora

<sup>184</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 29-30.

<sup>185</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 11.

Magali Engel, que com maestria reflete sobre o discurso da “ciência” sobre um dos “males necessários” da sociedade carioca de fins do XIX: a prostituição. Contribuições que de certa forma, se aplicam em alguns momentos a nosso texto dissertativo. Esse é apenas um exemplo dos tantos.

- No quinto período, o contemporâneo, verifica-se a alforria, abolem-se os regulamentos, converte-se a presa do homem em criatura livre de se vender, sem que seja submetida a qualquer fiscalização ou exigência medico-policia.

É nesse período, o contemporâneo, que se inscrevem nossas prostitutas caruaruenses de 1960/70, “alforriadas” do saber médico-policia, porém, aprisionadas pela condenação da “boa” sociedade, que as excluem sob o signo de uma moral, da ordem, e as fazem marginais em um sistema que as produziu: o capitalista.

No século XIX na Europa por exemplo:

Que viu o início do reinado da máquina e a total eclosão do capitalismo, assistiu-se ao mais desenfreado avanço da prostituição e à mais estarrecedora experiência com o tráfico em massa de mulheres para fins prostitucionais. Foi a demanda insana de prazer sexual de uma sociedade, que começava a desfrutar de riqueza e conforto, que determinou a intervenção do Estado no sentido de disciplinar as legiões de decaídas das grandes cidades”<sup>186</sup>.

Tal exemplo, nos ilustra a relação existente entre o desenvolvimento do capitalismo e a prostituição enquanto fenômeno social, ou seria melhor dizermos: entre a pobreza gerada a uns tantos pelo sistema e a prostituição? Pobreza e prostituição se articulam como as duas faces de uma mesma moeda, a partir do momento em que o dinheiro *se torna o equivalente impessoal de todas as coisas*, a relação entre capitalismo e prostituição se consolida, pois em muito o primeiro dita os rumos do segundo, mas não decisivamente.

Quando passamos a perceber a prostituição como prática ancorada também na materialidade, nas condições objetivas da existência humana, desbancamos qualquer julgamento ancorado em uma moral, ainda que sejamos em algum momento tentados a tal. Pois quem *olha* com clareza o fenômeno, “não pode deixar de fazer suas as palavras lúcidas de Simone de Beauvoir: *na verdade, em um mundo*

---

<sup>186</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 30.

*atormentado pela miséria e pela falta de trabalho, desde que se ofereça uma profissão, há quem a siga: enquanto houver polícia e prostituição haverá policiais e prostitutas*<sup>187</sup>.

Por isso, muitas das explicações para a prostituição encontram-se nas condições materiais da sociedade, no modo como o capital ditou os rumos do desenvolvimento em seus mais variados espaços. Em um mundo atormentado pela miséria e pelas faltas, a prostituição constituiu-se como meio e alternativa de sobrevivência.

Assim, o mundo “dos excluídos se constitui em face daqueles que partilham da inclusão numa ordem dada, e é ante a imposição e legitimação desta que se concebe a desordem, da mesma forma que a noção de *bárbaro* ou *selvagem*”<sup>188</sup> que tem como referência a concepção dos ditos *civilizados*, geralmente aqueles “donos” da *urbe* por meio do poder econômico, político e cultural que tudo dita.

Um exemplo clássico desse “mundo social” atormentado pelas faltas, ausências e pobreza é o do Rio de Janeiro em fins do século XIX, que tornava a cada dia mais nítido as contradições sociais existentes já no fim do decadente II Império brasileiro. As condições de sobrevivência e existência para os seguimentos mais pobres tornavam-se cada vez mais precárias e difíceis, aos marginalizados da sociedade, as sobras. A negação do trabalho, da dignidade e da própria condição humana.

Se levarmos em conta as privações femininas que eram ainda maiores nesse mundo atormentado pela miséria e pelas faltas, pelo simples fato de serem mulheres em uma sociedade construída, marcada e imbricada pelos ditames do patriarcalismo, ancorados na escravidão como instituição forjadora da sociedade brasileira e de um certo *ethos*, compreenderemos como a prostituição apresentar-se-á como alternativa de sobrevivência, como meio de se viver.

Segundo a historiadora Magali Engel:

A situação da parcela feminina destes seguimentos era ainda mais grave, se levarmos em conta a existência de preconceitos que restringiam muito as ocupações que podiam ser desempenhadas por mulheres. Assim não restavam à mulher livre e pobre, ou mesmo à escrava de ganho muitas alternativas, além do serviço doméstico, do

---

<sup>187</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 21.

<sup>188</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001, p.7.

pequeno comércio e outras atividades como lavadeiras, cartomantes, feiticeiras, coristas, dançarinas, cantoras, atrizes e prostitutas.<sup>189</sup>

Mesmo levando em consideração, como nos alerta a historiadora já citada, “*a absorção significativa da mão-de-obra feminina pelo setor fabril que se desenvolvia no Rio de Janeiro a partir da década de 1880, a oferta continuava sendo muito maior, ampliada como vimos pela presença do liberto e do imigrante europeu*”.<sup>190</sup> Sendo assim, a prostituição “*permanecia como uma alternativa importante de sobrevivência para a mulher, oferecendo em alguns casos a possibilidade de ganhos mais expressivos*”.<sup>191</sup>

Embora, as condições de sobrevivência sejam de suma importância para entendermos o fenômeno da prostituição, não podemos deixar também de considerar outros fatores, não menos importantes nessa análise, que somados a este primeiro, ditam a conduta e o futuro de tais mulheres a tal prática. Entre eles podemos destacar, “*os padrões, as normas de comportamento e os valores morais então vigentes- tais como a valorização da virgindade da mulher, a monogamia, o patriarcalismo- que conferiam ao homem uma liberdade sexual justificada e aceita socialmente*”.<sup>192</sup>

A cultura em muito, dita também o existir dessas mulheres prostitutas em terras brasileiras, os valores hegemônicos as privam de algumas tantas liberdades, as segregam e lhes negam. Os próprios valores patriarcais as incitam à prática da prostituição de certa maneira, pois permeados pelas contradições e pelas hipocrisias múltiplas, legitimam ao homem essa outra forma de “amor” extra- conjugal. A monogamia tão prezada nos valores patriarcais torna-se então uma mentira, uma vez que a busca pela prostituta se torna aceitável, legitimada, pelo “bem” das “moças de família” e pela honra do casamento.

Tais formas de “*classificação, que instauram a percepção da diferença e a legitimam, são fruto de múltiplos fatores, que vão desde a biologia à estratificação social, mas que se efetivam no domínio do simbólico, que sacramenta os significados, funções, papéis e valores*”<sup>193</sup>, por isso credi-

---

<sup>189</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 24-25.

<sup>190</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 25.

<sup>191</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>193</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001, p.8.



tamos que a cultura, atrelada as condições materiais forjam a prostituta, como uma filha dessa imbricação. A cultura, o simbólico, as representações são fundamentais para a afirmação, reafirmação e legitimação dessa ordem de coisas. Assim como em outros tantos exemplos, o Rio de Janeiro nos evoca tais reflexões.

A partir do momento em que o dinheiro assume esse papel de mediação entre diversas transições entre humanos, a prostituta, torna-se mais objeto, mais venda, mais compra, perde-se mais do *ser*, torna-se mais *ter*, por dinheiro e pelo dinheiro deixa-se possuir, como tudo aquilo que o capital é capaz de comprar, como por exemplo o próprio “amor”. O capitalismo não só vende como também compra o “amor”, ou o que se pensa num dado contexto histórico ser isso que denominamos de “amor” - esse conjunto de sentimentos que brotam do subjetivo humano- visto que tais concepções se alternam, multam-se na ronda dos tempos, como por exemplo demonstrou a historiadora Mary Del Priore em seu *História do Amor no Brasil*.

A prostituição nos revela assim, as contradições existentes nessa sociedade marcada pela moralidade. A *compra* e a *venda*, desde este momento- o moderno, contemporâneo-, substituíram as relações naturais, os costumes, o próprio contato humano:

O amor, que seria a forma natural das relações humanas, o amor retribuído, a relação amorosa recíproca, também se destorce nesse processo geral de alienação que, segundo as palavras de Garaudy ‘degrada o ser em ter’ e o ‘ser do homem está alienado e despersonalizado sobre o plano do ter’. O processo produtivo perde o seu sentido fecundante do mundo, para o homem em sua realidade social, assumindo um caráter fetichista. O homem, inventor do utensílio, e capaz de presentificar o passado, tanto quanto de se projetar intencionalmente no futuro, se coisifica, e o útil se torna um “bem”. Até que o útil para os que dominam se mascare de O Bem”.<sup>194</sup>

Por isso, cabíveis são as palavras da escritora e filósofa francesa Maryse Choisy, que influenciada pela psicanálise quando a escrever de seus romances, disse: “*não há panfletos morais, não há leis severas nem organizações sociais, nem enganosas receitas, nem discursos da Unesco que possam fazer desaparecer a prostituição, enquanto não se transforme nossa atitude íntima para com o amor*”.

O capital altera tais compreensões, altera hábitos e costumes, modifica posturas, uma vez que o dinheiro tudo agora media, altera-se inclusive a concepção do que é amor, sentimento tão subjetivo.

---

<sup>194</sup> FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). *A prostituição é necessária?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 17.

Prostituição, “amor” e capital, fundem-se como elementos que se combinam na medida exata. O capital como perpetuador da pobreza, da segregação social e de classe, e da indiferença em relação ao que cresce ser o “amor”, na medida em que altera concepções, preserva a ordem de certas coisas, como a mazela da pobreza em que vivem a maioria das meretrizes.

Conforme Armando Pereira, foi sob o influxo das doutrinas econômicas do século XIX, que em Paris por exemplo, percebeu-se que a prostituição está intimamente ligada à questão do proletariado feminino, percebia-se a essas alturas “*que não é nas classes superiores que se recrutam as 7.000 mulheres que a polícia de Paris inscrevia anualmente em seus registros*”<sup>195</sup>, eram quase sempre as pobres da sociedade francesa que alimentavam o mercado da prostituição, eram quase sempre aquelas desprovidas de todos os recursos necessários para sobrevivência humana que trilhavam os caminhos do meretrício como escape para a miséria de suas existências. Vinham das classes menos abastadas, a satisfação de tantos “mundos masculinos”.

Por isso, aqui somos totalmente contra as explicações para a prostituição que tinham/têm como base a biologia e alguns ramos da antropologia, que acreditavam existir uma “prostituta nata” como quis “inventar” o psiquiatra e criminologista Lombroso, ao crer ser por questões endógenas como os aspectos psicológicos e fisiológicos, a explicação para a conduta das prostitutas. Lombroso ao tentar criar a teoria da “*prostituta nata*”, observando duzentas mulheres com grande determinação e empenho, ao fim de suas análises, teve que “admitir que 63% das decaídas que estudou não apresentavam as degenerescências características das prostitutas natas”<sup>196</sup>, mostrando-lhes a incongruência de sua percepção, e a defasagem de sua teoria.

Diversas foram as teorias que buscavam a explicação para a prostituição por meio da ciência biológica, como aquelas também da endocrinologia, que beirando ao ridículo diziam ser a prostituta refém de suas glândulas, refém de seus hormônios. Não obstante “*construíram-se belos monumentos da ciência bio-psicológica para explicar que a meretriz sofre na carne apenas as descargas de seu aparelho glandular*”<sup>197</sup>.

O que questionou o penalista e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Roberto Lyra: “*que determinismo é esse que distingue ricos e pobres? Somente as últimas se prostituem no sentido em apreço. Determinismo glandular que se submete, burocraticamente, a horário, escala,*

<sup>195</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 32.

<sup>196</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 52.

<sup>197</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 52.

*preço, local, ritmos, preferencias e costumes de segundo e terceiros?* ”<sup>198</sup> Por que só as mulheres pobres, se todas possuem tais glândulas?

Por isso cremos assim, como a maioria das correntes sociológicas e históricas, que a mulher se prostitui por uma série de fatores sociais como temos dito até aqui, sendo o econômico um dos mais decisivos, embora não seja ele em si a explicação para todo o complexo discurso da prostituição. A *pobreza* empurra a mulher também a prostituição. O meio acaba assim, elaborando a meretriz. “*Entre os deveres do proletariado conta-se o de fornecer as mulheres necessárias ao bem social. É uma cota de sacrifício que apenas as classes baixas pagam à coletividade. A verdade é incontestável*”<sup>199</sup>. A profundidade de tal afirmação nos causa um misto de dor misturada a não aceitação de uma verdade social que nos é difícil de crer, mesmo sabendo-se verdadeira, pois as análises dos dados sobre as causas da prostituição nos gritam sempre: são geralmente pobres quase todas as prostitutas!

A alegria dos possuidores da meretriz, daqueles que por elas pagam, para no afã de seus prazeres sexuais se satisfazerem, implica necessariamente na desgraça, na pobreza da classe de mulheres menos abastadas do sistema, o gozo rápido e pago, o “amor” comprado cronometrado, implica na condição de “desclassificada” social da prostituta, como bem pensou a historiadora Laura de Melo e Souza, ao nos lançar sua reflexão sobre o que seria ser um desclassificado social.

A classe feminina pobre do sistema, forja as meninas “de vida alegre” da e para a sociedade, cujas existências estão definidas e mutiladas muitas vezes pela palavra estigmatizadora que carregam em si, como uma grafia perpétua, tatuada como algo indissociável de si em seus muitos corpos: prostituta. George Simmel, nos chama a uma reflexão em sua *Filosofia do Amor*, ao nos perguntar se estas são meninas de “vida fácil e feliz” de fato.

Karkhov e Federovsky, em 1938, em uma pesquisa realizada em grande escala na Rússia, demonstraram as causas da prostituição. Eis as suas estatísticas:

Miséria: .....88,7%

Tentação de amigos: .....5,65%

Instintos sexual pronunciado: .... 5, 65%.

<sup>198</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 53.

<sup>199</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 55.

Segundo Armando Pereira, no Brasil como em outros tantos lugares, o analfabetismo e a ignorância fornecem um imenso exército de meretrizes. “O jurista patricio J. Bicalho Guimarães (*Causas da Prostituição*) cita as estatísticas do Sr. Fernando Bastos Ribeiro, antigo titular da Delegacia de Costumes da Guanabara. Aquela autoridade reuniu dados sobre mil prostitutas, chegando à conclusão que”:<sup>200</sup>

- 57% são simplesmente alfabetizadas
- 23% são analfabetas.
- 18% têm instrução primária.
- 2% têm instrução secundária (dado alarmante).

Ainda mais:

- 83% pertencem a famílias desajustadas.
- 34% ignoram a paternidade ou vinham de lares desfeitos.
- 84% eram arrimo (amparo, proteção) de alguma pessoa. (Como basicamente sempre são).
- 72% possuíam filhos dependentes e ajudavam a manter os lares.
- 92% tinham origem modesta. (Pobre).

O Delegado, Armando, continua a afirmar que a miséria, como fator de prostituição não é fenômeno brasileiro somente, e cita as estatísticas de Lille na França como exemplo, em relação a profissão das “decaídas”:

Empregadas domésticas.....	46, 23%
Sem profissão.....	22, 58%
Operárias.....	19, 35%
Sem trabalho.....	4,30%
Costureiras.....	2, 15%

---

<sup>200</sup> PEREIRA, Armando. **Sexo e Prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 55.

E aqui evocamos os dados que dispomos de Caruaru, da década de 1970 já mencionados no capítulo I sobre as mulheres da “zona”, residentes na Rua Almirante Barroso e adjacências:

- 168 mulheres prostitutas;
- 135 eram de outros municípios (vinham a Caruaru “tentar ganhar a vida” visto as condições de seus municípios);
- 33 eram de Caruaru;
- 98% delas eram analfabetas e socialmente marginalizadas, sem empregos formais.

Portanto, social e historicamente as causas da prostituição vão sendo expostas e compreendidas, descartando qualquer compreensão baseada em uma determinada moral estabelecida e julgamento, bem como as explicações já descartadas ancoradas nas ciências biológicas. A prostituição é uma questão social, não o resultante de julgamentos morais que explicam *a priori* o fenômeno. Percebemos pelos dados, que a pobreza continua como a causa primeira, a ignorância e os analfabetismos implicam na exclusão social do trabalho, lhes restringem as oportunidades e a dependência de outros da prostituta as fazem permanecerem na prática, que em muitos casos não veem outra maneira de sobreviverem.

A pobreza, a desigualdade, a falta de instrução pelo saber sistemático e institucional negado aos cidadãos, sobretudo aos mais pobres, traz a anunciação da culpa também do Estado, que excludente não levou educação a seu povo, lançando-os a marginalidade da “boa e organizada” sociedade que pretendem para si, não percebendo que forjam suas próprias mazelas, seus próprios “problemas sociais” seus agentes indesejáveis.

O capitalismo na medida que moderniza, embeleza, cria e organiza, ameniza distâncias, projeta futuros grandiosos e de bem-estar, é o mesmo sistema que também segrega, legitima situações sociais, condena ao “*é natural, Deus quis assim*” a vida de tantos desgraçados, invisíveis a sociedade da qual também pertencem e que por ela pagam, como as prostitutas. O capital produz pobreza, logo produz prostitutas.

Como disse o socialista August Bebel: “*não se deve lutar contra a prostituição; é preciso fazê-lo contra o capitalismo*”, que produz a indiferença de classe, a pobreza, a miséria, a indiferença perante o *ser*, a indiferença perante às sensibilidades humanas, aos dramas humanos e existenciais, que em seu conjunto, forjam a prostituta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Mas como chegar às cidades visíveis do passado, ou às cidades invisíveis, quando o passado sonhava o seu futuro, senão a partir das marcas de historicidade deixadas, que funcionam como pegadas ou rastros para o historiador do presente? (...) Que mais poderia desejar um historiador?”*

*Sandra Jatahy Pesavento.*

**C**aruaru, cidade (in)visível, cidade sonhada, cidade imaginada, cidade projetada, cidade representada, *urbe* marginalizada. Campo do sensível, das sociabilidades, das (in) tensões, dos conflitos, da luta entre classes sociais. Nela, residiram suas prostitutas das décadas de 1960/70, cerne de nossa investigação histórica neste fazer dissertativo, que comprometida com a ciência da História e permeada pela alteridade, tentou de alguma forma torná-las mais visíveis e dizíveis enquanto sujeitos históricos, menos míticas e exóticas, mais humanas, em um território que lhes lançam ao esquecimento.

Mulheres “decaídas”, meretrizes, prostitutas, foram essas que preencheram estas nossas páginas. Suas histórias, suas representações históricas, suas sensibilidades, dores e alguns de seus medos mais profundos, seus nomes, suas lágrimas, compuseram quase o todo do que aqui dissemos, foram os fios que teceram esta reflexão, eles deram-se entorno dessas “mulheres da vida”, organizados e ditados pelas muitas dinâmicas da *urbe*, que atreladas a uma lógica de poder e saber, mas muito mais de poder, que decidiam os seus (in)certos destinos, sua condição histórico-social e existencial em uma dada sociedade em processo de modernização e pretensões.

Pelos rastros do passado, pelos registros históricos de suas existências num dado tempo, nosso conhecimento sobre. Pelas marcas humanas, portanto históricas, inscritas e circunscritas na cidade de

pesquisa e do pesquisador a produção de uma dissertação. Os jornais *A DEFESA* e o *VANGUARDA*, foram a inspiração primeira e a base para esta singela compreensão do fenômeno da prostituição nos territórios da “Princesa Centenária”<sup>201</sup> em um dado momento, foram as fontes primárias que nos permitiram uma aproximação maior destes sujeitos condenados da *urbe: as prostitutas*, mulheres cujas vidas anunciam muito da sociedade em que vivem/viveram.

A literatura local, sobretudo, a de **Nelson Barbalho** e **Agnaldo Fagundes**, nos lançaram boas reflexões e questionamentos no decorrer da elaboração desta trama, pois ao escreverem literariamente a cidade e suas mulheres “perdidas”, registravam História em seu sentido mais pleno. Quem duvidaria, por exemplo, da capacidade de um “*Balzac, Charles Dickens, Lima Barreto ou Machado de Assis para falar de suas cidades pela via literária?*” Todos ícones da literatura mundial e nacional. “*As tramas são imaginadas, os personagens são fictícios, mas o universo do social e a sensibilidade de uma época se revelam diante do leitor de maneira verossímil, convivente*”<sup>202</sup>, pois há na literatura registro de tempos históricos. Em nosso caso, na literatura de Barbalho e Fagundes os personagens não são fictícios, eles eram em alguns momentos, literalmente “as mulheres da zona” com nomes e jeitos, suas singularidades, faz-se assim a literatura uma fonte para a investigação histórica e para esta produção.

A Revista Bimestral de Caruaru, a **Caruaru Hoje**, que não mais existe, também nos trouxe uma boa contribuição para recriarmos e problematizarmos pela escrita, a antiga rua Dez de Novembro, hoje Porto Alegre, e a própria rua Almirante Barroso, hoje Benjamim Larena no que se referia a temática da prostituição. As duas ruas citadas também nos ensinaram alguma coisa, quando “falavam”, “contavam”, na medida em que o pesquisador ao caminhar por elas em suas andanças como dizia o Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire e a elas “perguntava” sobre como eram ou como tinham se dado em uma outra temporalidade, naquela em que nossas prostitutas ali residiam.

A partir da análise da documentação que tínhamos em mãos, perguntávamos a *urbe*, alguns dos questionamentos que em nós existia sobre a mesma e suas muitas formas de organização e, as ruas em algum momento respondiam, não completamente como gostaria aquele que estava a ouvir, os sussurros do passado pela materialidade dos lugares. Também, alguns de seus moradores mais

---

<sup>201</sup>Expressão utilizada pelo Professor e Mestre em História, Gustavo Henrique da Silva em sua dissertação de mestrado, para se referir a Caruaru quando da comemoração de seus 100 anos de emancipação política. Dissertação: UMA PRINCESA CENTENÁRIA: DESEJOS, EXPECTATIVAS E EXCLUSÕES NAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE CARUARU-PE (1957). UFCG-PB.

<sup>202</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23, p.18.

antigos, com desconfiança e dúvida explicavam algumas das perguntas que um estranho lhes fazia, com uma camisa inclusive do partido hoje criminalizado por certos segmentos da sociedade brasileira, ela era vermelha. As andanças foram necessárias para a compreensão dos espaços e territorialidades que compunham a antiga “zona do baixo meretrício” e pelo pesquisador acreditar fielmente nos pressupostos da história cultural, quando do dizer que: *tudo na cidade conta um pouco de si*.

Alguns *Projetos de Lei da Câmara Municipal de Caruaru*, foram fundamentais para a confirmação histórica de algumas hipóteses que tínhamos formulado antes mesmo de ter acesso a documentação: o poder ditava também as narrativas de esquecimento e lembrança dentro da cidade. O discurso do poder, era o discurso da “verdade” e fora dele não há outra “verdade”. O poder inventava a cidade, seus agentes indesejáveis e periféricos. O poder municipal legitimava ou não discursos, saberes e práticas, condenava a prostituta e sobre ela, pelo discurso dizia, contribuindo fortemente para a formação de um *imaginário* cidadão sobre a prostituição.

Por isso metodologicamente a análise do discurso em volta do fenômeno da prostituição foi cuidadosamente adotado como procedimento de compreensão e apreensão, e analisado com rigor e medo tudo aquilo que as fontes nos diziam. Dizemos medo, pois falar do outro no tempo, que não mais existe, implica em uma dimensão ética, que deve estar comprometida com alteridade e a verdade da História, citar o outro que escreveu sobre um determinado tema deve envolver essa atitude de honestidade intelectual afim de que, não mencionemos o que não foi dito, ou atribuamos informações falaciosas a quem nunca disse, isso é um dever humano antes que acadêmico.

A fala, que se dá também pela escrita, embora permeada pelo medo é ainda assim nossa obrigação pois, “*a um historiador, afinal, não se pede senão mais palavras, a continuação de seu discurso, a retomada insistente de sua fala responsável por novamente encetar relações entre vivos e mortos, entre a sociedade presente e as que ela toma por seu passado ou por seu oposto*”.<sup>203</sup>

Foram observados dados quantitativos, embora não priorizados, necessários, porém não centrais, como aqueles que nos mostravam o quantitativo de prostitutas em algumas regiões, o índice e a porcentagem de pobreza de tais mulheres em Caruaru e em alguns outros países do mundo e de diferentes contextos históricos, importantes também foram algumas informações numéricas do IBGE.

Teoricamente, fomos guiados por três faróis na escrita: pela historiadora brasileira *Sandra Jatahy Pesavento*, e pelos franceses *Roger Chartier* e *Michel Foucault*, todos de grande relevância para a compreensão do que aqui nos propusemos a entender melhor: a prostituição em uma cidade do

---

<sup>203</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil** (1935, 1937, 1945). 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 178.



interior de Pernambuco nas décadas de 1960/70. Eles nos apontavam questionamentos pertinentes aos problemas que identificávamos e o mais importante, nos faziam perceber o que consideramos o coerente da questão, eles são muito das respostas. Eles nos fizeram escrever com maior precisão. Não podemos também de deixar de fazer menção a historiografia nacional que aqui não citaremos detalhadamente, mas que se encontra na escrita da dissertação e sendo de grande relevância para a legitimação dessa pesquisa.

Na medida em que a cidade a nós se revelava pela pesquisa, ouvíamos atentamente aquilo que ela sussurrava, de forma lenta e gradual, às vezes complexa até demais para a compreensão. Ela mostrava-se a quem a ela *olhava, o olhar*, ditava a percepção e o entendimento da *urbe*, e do fenômeno urbano, daqueles que um dia foram os cidadãos do presente da cidade que hoje apenas existem pelas lembranças, pelas narrativas, pela fala, pela escrita.

Por vezes, “*as vozes, as ações e os lugares nos parecem familiar, pois fazem parte do nosso cotidiano*”<sup>204</sup>, em outros momentos, tudo isso nos parece um estrangeiro, surpreendente, pois nos “*deparamos com outros valores e sentidos que se conferem aos atos e palavras*”. Mas, não “*será esta mesma a grande aventura do historiador no campo do conhecimento? Chegar lá, naquela temporalidade já escoada, e tentar entender como os homens de uma outra época conferiam sentido ao mundo?*”<sup>205</sup> Uma tentativa de dar respostas a todas estas questões, foi o objeto deste trabalho.

Por isso, ouvíamos tão atentamente como Kublai Khan, escutava a Marco Polo quando das cidades que visitou, ao grande Imperador contava, pois “*as suas eram as narrativas mais preciosas e minuciosas que o Grande Khan podia desejar, e não havia questão ou curiosidade à qual não respondessem*”, pois tudo o que o jovem veneziano contava ou mostrava ao Imperador dos tártaros tinha “*o poder dos emblemas, que uma vez vistos não podem ser esquecidos ou confundidos*”. Tudo que o jovem ao Grande contava, estava permeado pelos símbolos, pelas representações, pela memória, pelo desejo, pelas utopias, pelo prazer, pelos sentidos invisíveis,<sup>206</sup> Marco Polo, conseguia enxergar outras cidades, as tantas escritas nas mesmas vistas pelos outros embaixadores. E assim magistralmente Italo Calvino, compreendia metaforicamente as cidades.

E na medida que escutávamos as fontes, os indícios do passado, os projetos de exclusão e marginalização de prostitutas, contidos no próprio cotidiano da *urbe* e em seus muitos enunciados, íamos compreendendo que elas não só tinham feito história, como eram parte constitutiva da história

<sup>204</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001, p. 356.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 356.

<sup>206</sup> CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p. 28.

desse todo complexo chamado de cidade, a obra máxima do humano, desse mundo urbano a que pertencemos, a Caruaru das décadas que aqui tomamos como piso de nosso tempo.

Para tanto, retomamos “o gesto característico do historiador, aquele que traz a si o vivido pelo que dele se produz como resto, indício, e a partir dali faz emergir novos sentidos”<sup>207</sup>, e inspirados no historiador francês Jules Michelet, começamos a assoprar sobre os vestígios do passado empoeirados pelos resíduos do tempo, o senhor que na medida em que tudo destrói, também muita coisa preserva.

Com os assopros sobre os vestígios, tudo que parecia apenas morte, começou a ter vida, os mortos do passado, ou melhor, as mortas prostitutas, passaram a viver sob nossos olhos todas às vezes que sobre elas perguntávamos. Erguiam-se, contando-se a partir das marcas que na sociedade caruaruense de 1960/70 deixaram, dançavam nos nossos escritos com tamanha beleza e majestade, sob nossos olhos, sob nossa escrita, como demonstramos no primeiro capítulo, também choraram quando da “Transferência da Zona”, mostrando-nos como eram humanas.

E assoprando a poeira do tempo algumas questões se tornavam mais nítidas, suas vidas ganhavam importância, suas existências saíam do silêncio a que foram submetidas. A tão elegante Isabel, não era mais só passado, era agora história nas linhas da escrita, Maria Pequena, foi lembrada quando de sua morte pela imprensa caruaruense, com palavras doces muitos dela se despediram. E quanto mais assoprávamos, mais conhecíamos sobre as tensões em torno da prostituição em Caruaru, víamos erguerem-se histórias do antigo Lanterna Verde- o grande cabaré da Porto Alegre- como aquela do primo Belmirof narrada por Nelson Barbalho... víamos poesia em suas amargas vidas, víamos vidas que extrapolavam o nome que as acompanharam para sempre: *prostitutas*.

E apenas escrevemos, apenas escrevemos, o primeiro texto acadêmico/científico de uma pós-graduação *stricto sensu*, sobre a prostituição em um pequeno espaço de tempo da história de uma cidade chamada Caruaru também conhecida como a “*Princesa do Agreste Pernambucano*”.

---

<sup>207</sup>AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil** (1935, 1937, 1945). 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife, p. 180.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo-jardinese**. Recife: Comunigraf, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cidade e Jardinagem: ambivalência socioespacial, estigma e segregação na cidade do Belo Jardim**. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba- UFPB- João Pessoa.

\_\_\_\_\_. **O Historiador e sua função social na contemporaneidade**. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

AGRA DO Ó, Alarcon. **Velhices Imaginadas: Memória e Envelhecimento no Nordeste do Brasil (1935, 1937, 1945)**. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco- UFPE- Recife,

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARANHA, Gervácio Batista. **Da história entre a retórica e a prova: por uma mimesis renovada**. In: Anais do XXVII simpósio nacional de história: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 2013.

BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru: estórias de gente da gente**. Recife: ?, 1980.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BEZERRA, Agnaldo Fagundes. **Caminhantes de Caruaru**. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1980.

BOSI, Alfredo. **Machado de Assis, o enigma do olhar**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* (1929-1989); a revolução francesa da historiografia.** 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE- 1960-1968).** 2015. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco-UFPE- Recife.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difusão editorial, 1988.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação.** In: revista *Annales* (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pg.1505-1520).

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher.** São Paulo: Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil.** São Paulo: Planeta, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mulheres no Brasil Colonial: a mulher no imaginário social, mãe e mulher, honra e desordem, religiosidade e sexualidade.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. **As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas.** In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (org.) **História Cultural, narrativas e pluralidade.** São Paulo: Hucitec, 2014.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores, saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais.** In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FLORENCIO, Fernando. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (1).** In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 43- Agosto e Setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. **Zona do meretrício-lembranças nem sempre amenas (2).** In. **Caruaru Hoje**, ano 8- Nº 44- Outubro e Novembro de 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FREITAS JÚNIOR, Otávio de. **Histórico e causas da prostituição**. In: PEREIRA, Armando (et al.). **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, Josabel Barreto. **Caruaru, Ontem e Hoje: De Fazenda a Capital**. Recife: Ed. Do Autor, 2012.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: VELHO, Guilherme Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PEREIRA, Armando (et al.). **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Sexo e prostituição**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Ver. Bras. Hist., Jun 2007, vol.27, n°53, p.11-23.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Representações, uma trajetória**. Anos 90, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Era uma vez um beco: origens de um mau lugar**. In: Palavras da Cidade. (Org.) Maria Stella Bresciani. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. **História e história cultural**. 3<sup>a</sup>. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX).** Rev. Bras. Hist. vol. 19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

\_\_\_\_\_. **Pensar com o sentimento, sentir com a mente, bienal de Veneza, 2007: 52ª Exposição de Arte.** In: RAMOS, Alcides Freire; DE MATOS, Maria Izilda Santos e PATRIOTA, Rosângela (org.). **Olhares sobre a história.** São Paulo: Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, consulta em 12 maio 2017. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

\_\_\_\_\_. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.** 1ª ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001.

RAGO, Margareth. **A “Nova” Historiografia Brasileira.** Anos 90, Porto Alegre, n.11, julho de 1999.

RAMOS, Alcides Freire; DE MATOS, Maria Izilda Santos; PATRIOTA, Rosângela (Org.). **Olhares sobre a história.** São Paulo: Hucitec, 2010.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010

RUSSO, Gláucia. **No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos.** Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, Set./Dez. 2007.

SIMMEL, George. **Filosofia do amor.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.



